



**Universidade do Estado do Rio de Janeiro**  
Centro de Educação e Humanidades  
Faculdade de Educação da Baixada Fluminense

Sandra Santos Cerqueira

**Trajatória dos encontros nacionais de atendimento escolar  
hospitalar e domiciliar: políticas públicas e práticas pedagógicas**

Duque de Caxias

2023

Sandra Santos Cerqueira

**Trajetória dos encontros nacionais de atendimento escolar hospitalar e domiciliar: políticas públicas e práticas pedagógicas**

Dissertação apresentada, como requisito parcial para obtenção ao título de Mestre, ao Programa de Pós-Graduação em Educação, Cultura e Comunicação em Periferias, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Área de Concentração: Educação, Cultura e Comunicação.

Orientador(a): Prof.<sup>a</sup> Dra. Ediclea Mascarenhas Fernandes

Duque de Caxias

2023

CATALOGAÇÃO NA FONTE  
UERJ / REDE SIRIUS / BIBLIOTECA CEH/C

C416	Cerqueira, Sandra Santos
Tese	Trajetória dos encontros nacionais de atendimento escolar hospitalar e domiciliar: políticas públicas e práticas pedagógicas / Sandra Santos Cerqueira. - 2023.  119 f.  Orientador(a): Ediclea Mascarenhas Fernandes.  Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Educação da Baixada Fluminense, Universidade do Estado do Rio de Janeiro.  1. Educação - Teses. 2. Direito Humano - Teses. I. Fernandes, Edicleia Mascarenhas. II. Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Faculdade de Educação da Baixada Fluminense. III. Título.
	CDU 37:342.57

Bibliotecária: Ana Paola Araujo – CRB7/6387

Autorizo, apenas para fins acadêmicos e científicos, a reprodução total ou parcial desta dissertação, desde que citada a fonte.

-----  
Assinatura

-----  
Data

Sandra Santos Cerqueira

**Trajetória dos encontros nacionais de atendimento escolar hospitalar e domiciliar: políticas públicas e práticas pedagógicas**

Dissertação apresentada como requisito parcial para obtenção do título de Mestre ao Programa de Educação, Cultura e Comunicação em Periferias, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Área de concentração: Educação, Cultura e Comunicação em Periferias.

Aprovada em: 12 de junho de 2023.

Banca Examinadora:

---

Prof.<sup>a</sup> Dra. Ediclea Mascarenhas Fernandes (Orientadora)  
Faculdade de Educação da Baixada Fluminense – UERJ

---

Prof.<sup>a</sup> Dra. Gilcilene de Oliveira Damasceno Barão  
Faculdade de Educação da Baixada Fluminense – UERJ

---

Prof. Dr. Adilson Valdano Mulhambe  
Universidade Pedagógica de Maputo

Duque de Caxias

2023

## DEDICATÓRIA

Dedico esse trabalho a minha família que muito me incentivou, apoiou e ajudou a realizá-lo.

## **AGRADECIMENTOS**

Agradeço em primeiro lugar a Deus por ser a base de todas as minhas conquistas e me deu energia e benefícios para a conclusão do trabalho.

Ao meu marido, Joaquim Germano de Souza e aos meus filhos, Amanda Cerqueira de Souza e Germano Cerqueira de Souza, por acreditarem em minhas escolhas, apoiarem e se esforçarem junto a mim para que eu suprisse todas elas.

A toda minha família e aos amigos que me incentivaram durante todo o tempo de estudo e contribuíram, mesmo que indiretamente para que o trabalho se realizasse.

A Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Ediclea Mascarenhas Fernandes por suas orientações prestadas na elaboração deste trabalho, me incentivando e colaborando no desenvolvimento de minhas ideias.

Aos meus colegas de turma que compartilharam de atividades e pesquisas.

Enfim, agradeço a todas as pessoas que fizeram parte dessa etapa decisiva em minha vida.

A educação não é nem oriental nem ocidental. A educação é a educação e é o direito de cada ser humano.

*Malala Youssef*

## RESUMO

CERQUEIRA, Sandra Santos. **Trajatória dos Encontros Nacionais de Atendimento Escolar Hospitalar e Domiciliar: políticas públicas e práticas pedagógicas.** 2023. 119 f. Dissertação (Mestrado em Educação, Cultura e Comunicação) – Faculdade de Educação da Baixada Fluminense, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Duque de Caxias, 2023.

O presente estudo teve por objetivo compreender como estava sendo realizado o atendimento educacional em ambiente hospitalar e domiciliar no Brasil, direcionado a alunos impedidos de frequentar a escola regular, em decorrência de internação por motivos de tratamento de saúde. O atendimento educacional hospitalar e domiciliar assegura o acesso à educação para pessoas que enfrentam problemas de saúde, considerando a educação como um direito humano, fundamental e inalienável de todo cidadão. Foi realizada uma pesquisa bibliográfica, incluindo uma revisão sistemática, para investigar na literatura, assuntos, conceitos e definições em relação à temática do estudo. Além disso, foram consultados documentos que defendem o direito à educação da criança hospitalizada, como leis, decretos, teses, dissertações, artigos que abordam a oferta do atendimento educacional em ambiente hospitalar e domiciliar no Brasil, por meio das bases de dados do Google Acadêmico, do Banco de Teses e Dissertações da Capes e Periódico da Capes, bem como os anais e documentos relativos aos onze encontros nacionais de atendimento escolar hospitalar e domiciliar realizados no Brasil no período entre 2000 a 2021, que possibilitaram a reunião de valiosas e recentes informações sobre o contexto, eficácia e desafios desse campo, contribuindo para o seu avanço e o aprimoramento de suas práticas. A pesquisa analisou o percurso histórico dos encontros nacionais específicos sobre o tema e utilizou a metodologia metapesquisa, que se caracteriza por ser uma pesquisa baseada em evidências que analisa e sintetiza os resultados de estudos já realizados, sendo seu próprio objeto de estudo. Em conclusão, a pesquisa revelou que o atendimento educacional hospitalar e domiciliar é uma modalidade de ensino crucial para indivíduos afetados por problemas de saúde, porém é pouco explorada e desconhecida por muitos no Brasil. Esse modelo educacional é diversificado e disperso, sendo realizado por diferentes entidades, como órgãos municipais, estaduais, filantrópicos e projetos universitários. O poder transformador da educação e o cuidado humano são destacados por meio de várias iniciativas que vão além da sala de aula tradicional. No entanto, a diversidade de vínculos pode ser prejudicial para os alunos, que precisam de capacitação e atenção profissional de qualidade de forma a assegurar uma educação integral, igualitária, inclusiva e resiliente, considerando a saúde dos alunos. A análise das políticas públicas relevantes na área considerou as etapas sequenciais e as interações entre os atores e instituições, permitindo compreender e avaliar o processo de formulação e implementação dessas políticas. Contudo, é essencial estabelecer diretrizes e políticas abrangentes e integradas para promover o desenvolvimento dos serviços de atendimento educacional hospitalar e domiciliar, buscando aumentar o reconhecimento de sua importância pela sociedade e autoridades governamentais.

Palavras-chave: Encontros nacionais de atendimento escolar hospitalar e domiciliar. Educação. Direito humano.



## ABSTRACT

CERQUEIRA, Sandra Santos. **Trajectory of the National Meetings on Hospital and Home School Assistance: public policies and pedagogical practices.** 2023. 119 f. Dissertação (Mestrado em Educação, Cultura e Comunicação) – Faculdade de Educação da Baixada Fluminense, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Duque de Caxias, 2023.

The present study aimed to understand how educational care was being carried out in the hospital and home environment in Brazil, aimed at students prevented from attending regular school, due to hospitalization for reasons of health treatment. The hospital and home educational service ensures access to education for people who face health problems, considering education as a human, fundamental and inalienable right of every citizen. A bibliographical research was carried out, including a systematic review, to investigate in the literature, subjects, concepts and definitions in relation to the theme of the study. In addition, documents were consulted that defend the right to education of hospitalized children, such as laws, decrees, theses, dissertations, articles that address the provision of educational care in hospitals and homes in Brazil, through Google Scholar databases. , from the Bank of Theses and Dissertations of Capes and Periódico da Capes, as well as the annals and documents related to the eleven national meetings of hospital and home school attendance held in Brazil in the period between 2000 and 2021, which made it possible to gather valuable and recent information on the context, effectiveness and challenges of this field, contributing to its advancement and the improvement of its practices. The research analyzed the historical course of specific national meetings on the subject and used the meta-research methodology, which is characterized by being an evidence-based research that analyzes and summarizes the results of studies already carried out, being its own object of study. In conclusion, the research revealed that hospital and home educational care is a crucial teaching modality for individuals affected by health problems, but it is little explored and unknown by many in Brazil. This educational model is diversified and dispersed, being carried out by different entities, such as municipal, state, philanthropic agencies and university projects. The transformative power of education and humane care is highlighted through various initiatives that go beyond the traditional classroom. However, the diversity of links can be harmful for students, who need training and quality professional care in order to ensure a comprehensive, egalitarian, inclusive and resilient education, taking into account the students' health conditions. However, it is essential to establish comprehensive and integrated guidelines and policies to promote the development of hospital and home educational care services, seeking to increase recognition of their importance by society and government authorities.

Keywords: National meetings of school hospital and home care. Education. Human rights.

## LISTA DE QUADROS

Quadro 1	Leis e documentos oficiais .....	35
Quadro 2	Lista dos Encontros Nacionais de Atendimento Educacional Hospitalar e Domiciliar.....	50
Quadro 3	1º Encontro Nacional de Atendimento Escolar Hospitalar e Domiciliar.....	51
	.	
Quadro 4	2º Encontro Nacional de Atendimento Escolar Hospitalar e Domiciliar.....	55
	.	
Quadro 5	3º Encontro Nacional de Atendimento Escolar Hospitalar e Domiciliar.....	56
	.	
Quadro 6	5º Encontro Nacional de Atendimento Escolar Hospitalar e Domiciliar.....	61
	.	
Quadro 7	6º Encontro Nacional de Atendimento Escolar Hospitalar e Domiciliar.....	64
	.	
Quadro 8	7º Encontro Nacional de Atendimento Escolar Hospitalar e Domiciliar.....	69
	.	
Quadro 9	8º Encontro Nacional de Atendimento Escolar Hospitalar e Domiciliar.....	71
	.	
Quadro 10	9º Encontro Nacional de Atendimento Escolar Hospitalar e Domiciliar.....	73
	.	
Quadro 11	10º Encontro Nacional de Atendimento Escolar Hospitalar e Domiciliar.....	76
	.	
Quadro 12	11º Encontro Nacional de Atendimento Escolar Hospitalar e Domiciliar.....	80
	.	

Quadro 13	Mesa redonda de abertura do 11º Encontro Nacional de Atendimento Escolar Hospitalar e Domiciliar.....	84
Quadro 14	Mesa-Redonda I do 11º Encontro Nacional de Atendimento Escolar Hospitalar e Domiciliar.....	85
Quadro 15	Mesa-Redonda II do 11º Encontro Nacional de Atendimento Escolar Hospitalar e Domiciliar.....	86
Quadro 16	Mesa-Redonda III do 11º Encontro Nacional de Atendimento Escolar Hospitalar e Domiciliar.....	87
Quadro 17	Mesa-Redonda IV do 11º Encontro Nacional de Atendimento Escolar Hospitalar e Domiciliar.....	89
Quadro 18	Mesa-Redonda V do 11º Encontro Nacional de Atendimento Escolar Hospitalar e Domiciliar.....	90
Quadro 19	Mesa-Redonda VI do 11º Encontro Nacional de Atendimento Escolar Hospitalar e Domiciliar.....	91
Quadro 20	Mesa-Redonda- I SIMPÓSIO GIEI do 11º Encontro Nacional de Atendimento Escolar Hospitalar e Domiciliar.....	93
Quadro 21	Mesa-Redonda - Homenagem, Premiações, divulgação do próximo Congresso do 11º Encontro Nacional de Atendimento Escolar Hospitalar e Domiciliar.....	94

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1	Discurso da professora Lecy Rittmeyer na inauguração das salas .....	23
Figura 2	Capa dos Anais do 1º Encontro Nacional de Atendimento Escolar Hospitalar e Domiciliar.....	51
Figura 3	Print da tela do site 6º encontro nacional atendimento hospitalar e domiciliar.....	63
Figura 4	Capa do documento/Anais do 7º encontro nacional de atendimento hospitalar e domiciliar.....	68
Figura 5	Capa do documento- 9º encontro nacional de atendimento hospitalar e domiciliar .....	72
Figura 6	Reprodução da capa do documento do cronograma do 10º encontro nacional de atendimento hospitalar e domiciliar.....	75
Figura 7	Foto da capa dos Anais do 11º Encontro Nacional de Atendimento Escolar Hospitalar e Domiciliar.....	80
Figura 8	Pré-Encontros Regionais de Atendimento Nacional de Atendimento Escolar Hospitalar e Domiciliar.....	82
Figura 9	Gráfico com as respostas dos participantes.....	95
Figura 10	Linha do tempo dos Encontros Nacionais de Atendimento Escolar Hospitalar e Domiciliar.....	107

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CF	Constituição Federal
MEC	Ministério da Educação
CD	Disco Compacto
CDS	Discos Compactos
COVID 19	Coronavírus Disease
APD	Atendimento Pedagógico Domiciliar
ONU	Organização das Nações Unidas
CENESP	Centro Nacional de Educação Especial
ECA	Estatuto da Criança e do Adolescente
SEESP	Secretaria de Educação Especial
DCNE	Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Pedagogia

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>13</b>
<b>1 ATENDIMENTO EDUCACIONAL HOSPITALAR E DOMICILIAR - DIREITO FUNDAMENTAL DE ACESSO À EDUCAÇÃO, SOB A PERSPECTIVA DE DIREITO HUMANO.....</b>	<b>20</b>
1.2 Educação como direito humano e atenção à diversidade humana .....	28
<b>2 POLÍTICAS PÚBLICAS NO CAMPO DO ATENDIMENTO EDUCACIONAL HOSPITALAR E DOMICILIAR .....</b>	<b>31</b>
2.1 Percurso da Legislação na garantia de direitos .....	32
2.2 Práticas pedagógicas em ambiente hospitalar e domiciliar .....	41
2.3 Competências do profissional que atua no atendimento escolar em ambiente hospitalar e domiciliar .....	43
<b>3 Trajetória dos Encontros Nacionais de Atendimento Escolar Hospitalar e Domiciliar .....</b>	<b>49</b>
3.1 1º Encontro Nacional de Atendimento Escolar Hospitalar e Domiciliar ...	51
3.2 2º Encontro Nacional de Atendimento Escolar Hospitalar e Domiciliar ...	55
3.3 3º Encontro Nacional de Atendimento Escolar Hospitalar e Domiciliar ...	56
3.4 4º Encontro Nacional de Atendimento Escolar Hospitalar e Domiciliar ...	60
3.5 5º Encontro Nacional de Atendimento Escolar Hospitalar e Domiciliar ...	61
3.6 6º Encontro Nacional de Atendimento Escolar Hospitalar e Domiciliar ...	63
3.7 7º Encontro Nacional de Atendimento Escolar Hospitalar e Domiciliar ...	68
3.8 8º Encontro Nacional de Atendimento Escolar Hospitalar e Domiciliar ...	71
3.9 9º Encontro Nacional de Atendimento Escolar Hospitalar e Domiciliar ...	73
3.10 10º Encontro Nacional de Atendimento Escolar Hospitalar e Domiciliar ..	76
3.11 11º Encontro Nacional de Atendimento Escolar Hospitalar e Domiciliar ..	81
<b>4 CONSIDERAÇÕES SOBRE A TRAJETÓRIA DOS ENCONTROS NACIONAIS DE ATENDIMENTO EDUCACIONAL HOSPITALAR E DOMICILIAR .....</b>	<b>101</b>
<b>CONCLUSÃO .....</b>	<b>109</b>
<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>114</b>

## INTRODUÇÃO

O presente trabalho insere-se na linha de pesquisa "Educação, Escola e seus sujeitos sociais", vincula-se ao Núcleo de Educação Especial Inclusiva da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, [dgp.cnpq.br/dgp/espelhogrupo/2976898531077121](http://dgp.cnpq.br/dgp/espelhogrupo/2976898531077121) Produção de Materiais Didáticos Acessíveis para pessoas com Deficiências em Contextos Formais e Informais de Educação e pretende contribuir para a discussão e análise das questões referentes ao acesso à educação no contexto hospitalar e domiciliar, abordando o "estado da arte" das políticas públicas e das práticas pedagógicas no atendimento educacional no Brasil.

Como professora dos anos iniciais do ensino fundamental na rede pública do município de Duque de Caxias, desde 2016, sempre me deparei com diversas realidades sociais, em decorrência da violência, da exclusão social e pessoas com deficiência, que requerem um olhar mais atento às questões de sua aprendizagem e esses alunos têm uma necessidade a mais que os outros alunos, ditos "regulares" pois precisam de condições adequadas para se desenvolverem, pois vários são os fatores que dificultam o trabalho, tanto na perspectiva do aluno quanto do professor, sobretudo, nesse momento de pandemia da COVID 19 em que nossas vidas foram alteradas. As relações de trabalho, estudo e entretenimento foram sensivelmente afetadas e restringidas e por isso promoveram tanto sofrimento, gerado por sentimentos negativos como o medo, ansiedade, depressão entre outros.

Todos os alunos, sem qualquer distinção, necessitam de acompanhamento pedagógico que os auxiliem em sua trajetória, de forma a superar as dificuldades que se interpõem em sua vida escolar. Essa assistência ocorre na escola regular, porém, os alunos têm essa trajetória interrompida quando, por fatores diversos, ficam impedidos de comparecer à unidade escolar, como é o caso do adoecimento. Essa interrupção configura-se como um impedimento de receber uma educação adequada para o seu desenvolvimento que possibilite tornar-se um cidadão de bem e qualificado para conviver pacificamente com seus pares e atuar em sociedade de forma participativa e colaborativa, bem como, representa a quebra de um direito humano que é estabelecido em legislação, onde existem lacunas a serem preenchidas em sua realização, e essas brechas fomentam um desejo de novas

discussões em busca de soluções viáveis e compatíveis, dada a relevância da pesquisa.

Saviani (2019) corrobora com esse entendimento, salientando a necessidade de uma educação que promova a igualdade no acesso ao conhecimento e que tenha como foco o desenvolvimento completo das pessoas, não apenas fornecendo habilidades técnicas, mas também cultivando uma visão crítica da realidade e dos processos sociais. O autor aborda a educação como um direito humano fundamental, enfatizando a importância da educação na garantia desse direito.

O estudo teve como objetivo geral compreender como estava sendo realizado o atendimento educacional hospitalar e domiciliar no Brasil, abrangendo o período de 2000 a 2021. Ele buscou identificar a eficácia alcançada e os desafios enfrentados durante a sua implementação, bem como avaliar a relevância das políticas públicas para sua efetivação. Para isso, foram analisados os encontros nacionais específicos na área, realizados ao longo desse período, com o intuito de traçar um panorama histórico e compreender o estado atual desses serviços educacionais voltados para alunos hospitalizados ou em atendimento domiciliar.

Para a elaboração desta investigação foram examinados artigos científicos e textos que abordaram a oferta do atendimento educacional hospitalar e domiciliar no Brasil, considerando as políticas públicas em vigor e a perspectiva dos direitos humanos de acesso à educação. Além disso, foram consultados documentos que defendem o direito à educação das crianças hospitalizadas, tais como leis, decretos, teses, dissertações e artigos que abordam a oferta desse atendimento, bem como os anais dos onze encontros nacionais de atendimento educacional hospitalar e domiciliar realizados entre os anos de 2000 e 2021 no Brasil, que possibilitaram a reunião de valiosas e recentes informações sobre o contexto, eficácia e desafios desse campo, contribuindo para o seu avanço e o aprimoramento de suas práticas

Os dados e informações que embasaram essa pesquisa foram coletados por meio de uma pesquisa bibliográfica no Banco de Teses e Dissertações, bem como através da análise e observação de documentos oficiais disponíveis na base de dados do Google Acadêmico.

O estudo utilizou a metodologia “meta pesquisa”, focando nos encontros nacionais específicos sobre o atendimento educacional hospitalar e domiciliar no Brasil, realizados entre os anos de 2000 e 2021. Essa abordagem busca analisar as



pesquisas existentes no campo, compreendendo seus fundamentos teóricos e contribuindo para o desenvolvimento teórico da área. A meta pesquisa permite uma visão ampla e aprofundada do tema, identificando lacunas e possibilidades de avanço teórico.

Esta dissertação encontra-se estruturada em 3 capítulos. No primeiro capítulo denominado de “Atendimento educacional hospitalar e/ou domiciliar - Direito fundamental de acesso à educação, sob a perspectiva de direito humano”, abordamos sobre a base legal do atendimento educacional hospitalar e domiciliar que é um direito e representa um importante serviço disponibilizado a todo cidadão acometido por problemas de saúde e que por não ser do conhecimento geral da população, apenas privilégio de alguns, o atendimento educacional não ocorre e ocasiona a interrupção do processo educativo.

No segundo capítulo denominado “Políticas Públicas no campo do atendimento educacional hospitalar e domiciliar” discorremos sobre as políticas públicas implementadas, as práticas pedagógicas desenvolvidas no atendimento educacional hospitalar e os desafios encontrados em sua realização. Os dados e as informações sobre o assunto foram obtidos através da realização de uma pesquisa bibliográfica sobre o desenvolvimento desse atendimento em Banco de Teses e Dissertações da Capes, da análise e observação de documentos oficiais constantes da base de dados Google Acadêmico e de artigos publicados em Congressos especializados na temática, Esse estudo documental que se constitui por ser uma investigação acerca do desenvolvimento do atendimento educacional realizado em ambiente hospitalar e domiciliar no Brasil, compreende o período entre o ano de 2000 até 2021.

A seguir, foram demonstrados minuciosamente os procedimentos metodológicos adotados para a execução desta pesquisa. O objetivo primordial foi compreender a abordagem do atendimento educacional hospitalar e domiciliar no contexto brasileiro. Este tipo de atendimento é direcionado a alunos que, devido à internação necessária para tratamento de saúde, enfrentam impossibilidades de frequentar escolas regulares. Abordamos essa temática com especial atenção ao preceito essencial do direito humano à educação, buscando assimilar como o sistema se conforma sob essa perspectiva.

Foi realizada uma pesquisa bibliográfica, incluindo a revisão sistemática, para investigar na literatura, assuntos, conceitos e definições em relação à temática do estudo, assim como, foram consultados diversos documentos, leis, decretos, políticas, estratégias, etc, que respaldam o direito à educação da criança hospitalizada. Essas fontes abrangem uma ampla variedade de teses, dissertações e artigos, totalizando mais de duzentas fontes, fornecendo uma visão abrangente e aprofundada do tema. A pesquisa foi conduzida por meio da exploração das bases de dados do Google Acadêmico, Banco de Teses e Dissertações da Capes e Periódico da Capes. Durante a seleção dos artigos, foram utilizados descritores e expressões como "classe hospitalar" e "atendimento pedagógico domiciliar". Além disso, os anais e documentos dos onze encontros nacionais de atendimento hospitalar e domiciliar realizados entre 2000 e 2021 foram analisados, revelando o estado atual de conhecimento e apresentando as pesquisas e práticas pedagógicas desenvolvidas nesse campo. Essa ampla investigação contribuiu para uma compreensão mais completa e informada do tema, tanto por parte da sociedade quanto dos profissionais envolvidos.

A trajetória de construção desta investigação foi constituída em duas etapas: levantamento por pesquisas no Google Scholar através da fonte: (<https://scholar.google.com.br/>) e a segunda etapa, pesquisa por documentos em textos impressos, em sites dos eventos e manuscritos dos anais dos 11 simpósios de atendimento educacional hospitalar e domiciliar, restringida a pesquisa aos artigos publicados entre 2000 e 2021, limitando-se ao idioma português. Caracterizou-se numa busca exaustiva, pois alguns documentos não estavam disponíveis, e dessa forma, foram coletados de participantes que disponibilizaram um cd para recuperação.

As fontes se mostraram esparsas e o produto final dos encontros nacionais de atendimento escolar hospitalar e domiciliar apresentou-se de formas diversificadas. Em alguns anos foram elaborados documentos impressos físicos, em outros, por suporte digital tecnológico e por discos compactos (cds), e que por conta das mudanças tecnológicas, esses materiais não ficaram disponíveis e socializados em bibliotecas, sendo necessário, recorrer a participantes para recompor o corpus documental. Recentemente, esses materiais têm sido disponibilizados através de publicações em sites na internet.

A metodologia utilizada na pesquisa foi a metapesquisa, que se baseia em evidências sólidas, garantindo resultados confiáveis e enriquecendo nossa compreensão nesse campo. Isso significa que a análise não se baseou apenas em opiniões ou conjecturas, mas sim em informações confiáveis e comprovadas que contribuíram para uma compreensão mais profunda e precisa do tema em questão.

Segundo Rosenbaum e Langhinrichs-Rohling (2006), o conceito de meta pesquisa versa sobre pesquisa, buscando explicar o processo de pesquisa sobre um tema ou sobre uma área ou campo específico. Esse método representa uma forma de análise sobre pesquisas feitas, e em vista disso, os encontros específicos pertinentes à temática foram a principal fonte de informações para a realização deste estudo. Dessa forma, a metodologia representa uma avaliação de outras pesquisas realizadas demonstrando características, tendências, fragilidades e obstáculos para o desenvolvimento da temática da pesquisa que versa sobre o atendimento educacional hospitalar e domiciliar (Mainardes, *et al.*, 2018).

O autor argumenta sobre a diferença entre metapesquisa e as demais abordagens metodológicas:

A metapesquisa difere da revisão de literatura, revisão sistemática, estado da arte, estado do conhecimento. A metapesquisa é orientada para a disciplina (área ou campo) e está engajada com os avanços da pesquisa na disciplina (área ou campo). Os estudos de revisão (revisão de literatura, revisão sistemática, estado do conhecimento, estado da arte) estão orientados para projetos de pesquisa: as pesquisas precedentes são revisadas principalmente como uma fase preparatória para a realização de novos projetos de pesquisa. É por meio da revisão de literatura que o pesquisador se familiariza com o conhecimento já construído sobre a temática de pesquisa e identifica possíveis lacunas que necessitam ser preenchidas em novos projetos de pesquisa. Geralmente, os trabalhos de revisão de literatura preocupam-se mais em sintetizar os resultados de um conjunto de pesquisas, dispensando menos atenção aos fundamentos teóricos das pesquisas revisadas. A metapesquisa, por sua vez, busca analisar, especialmente, os fundamentos teóricos das pesquisas e o significado destes no desenvolvimento teórico do campo do qual as pesquisas fazem parte. (Mainardes, 2018, p. 306).

Dessarte, a metapesquisa tem como perspectiva analisar os referenciais teóricos instigados pelas pesquisas em uma temática intrínseca. Tello e Mainardes, (2015, p.169), salientam que a metapesquisa:

a) permite a ampliação do conhecimento produzido no campo; b) ajuda na reflexão sobre as possibilidades dos critérios de cientificidade e de vigilância

epistemológica e c) contribui para intensificar o intercâmbio de informação e críticas sobre a produção de conhecimento do campo (Tello; Mainardes, 2015, p. 169).

Desse modo, possibilita “identificar como os pesquisadores do campo estão desenvolvendo suas ideias e proposições, amparando-se em determinados referenciais teóricos” (Tello; Mainardes, 2015, p. 169). Assim, a metapesquisa não se confunde com uma revisão de literatura pois tem como finalidade organizar os trabalhos sobre uma temática específica e analisar suas visões teórico-epistemológicas, enquanto a revisão de literatura evidencia os resultados obtidos pelas pesquisas.

Conforme entendimento de Zhao (1991) *apud* Mainardes (2021), as “pesquisas sobre pesquisas” são realizadas com a finalidade de tornar a estudar o mesmo fenômeno que já havia sido anteriormente estudado (replicação, por exemplo) ou para estudar os resultados e os processos (teorias, métodos) de estudos já realizados, ou seja, um “meta estudo”, que pode ser considerado um “estudo de segunda ordem”. Os estudos primários analisam um fenômeno dado (mundo real) e os estudos secundários analisam os estudos já realizados. O meta estudo ultrapassa os estudos prévios e busca não apenas resumir os resultados obtidos, mas também considerar os processos envolvidos nos estudos anteriores, em termos de “onde estávamos e para onde estamos avançando” Zhao (1991) p. 378 *apud* Mainardes (2021).

A análise abrangente dos Encontros Nacionais de Atendimento Educacional Hospitalar e Domiciliar utilizou critérios amplos de inclusão, considerando tanto os depoimentos dos participantes desses encontros como as publicações acadêmicas relacionadas ao assunto. Esses critérios permitiram que os pesquisadores incorporassem diversas fontes de informações relevantes para a análise. Por um lado, os relatos dos participantes dos Encontros Nacionais forneceram insights diretos e práticos sobre as experiências, práticas e desafios enfrentados no campo do atendimento educacional hospitalar e domiciliar. Por outro lado, a inclusão de publicações acadêmicas permitiu a análise de trabalhos científicos mais aprofundados e embasados, que foram apresentados durante os encontros ou publicados em periódicos científicos.

Os artigos acadêmicos mencionados, geralmente passam por revisão por pares, o que garante maior rigor metodológico e validade das informações. Ao

considerar tanto os relatos dos participantes quanto às publicações acadêmicas, a metapesquisa conseguiu obter uma visão mais abrangente e completa sobre o assunto. Isso permitiu compreender a evolução do campo ao longo do tempo, identificar tendências, desafios e avanços, bem como fundamentar as conclusões e análises realizadas.

A meticulosidade empregada na integração de diversas fontes enriqueceu significativamente a nossa análise, conferindo-lhe uma base robusta e abrangente. Essa abordagem minuciosa não apenas ampliou a amplitude da investigação, mas também proporcionou insights mais perspicazes sobre a evolução do atendimento educacional em ambientes hospitalares e domiciliares no Brasil durante as duas últimas décadas.

No terceiro capítulo, foram apresentados os resultados da análise dos dados sobre a trajetória dos Encontros Nacionais de Atendimento Escolar Hospitalar e Domiciliar. Também foram apresentadas as considerações finais sobre essa análise e por fim, finalizamos a pesquisa, apresentando as conclusões sobre a análise realizada, bem como, proporcionando uma reflexão que contextualiza os resultados em um âmbito mais abrangente.

Essas conclusões não apenas consolidaram os achados da investigação, mas também abriram portas para novas perguntas e áreas de pesquisa ressaltando sua natureza dinâmica e evolutiva oferecendo uma base sólida para futuros desenvolvimentos e contribuições ao campo acadêmico.

## **1 ATENDIMENTO EDUCACIONAL HOSPITALAR E DOMICILIAR - DIREITO FUNDAMENTAL DE ACESSO À EDUCAÇÃO, SOB A PERSPECTIVA DE DIREITO HUMANO.**

No cenário contemporâneo, segundo Tavares (2008), a acessibilidade à educação é reconhecida como um direito humano fundamental, transcendendo desafios e circunstâncias diversas. Nesse contexto, emerge a relevância do Atendimento Educacional Hospitalar e Domiciliar, uma abordagem que visa assegurar a educação de qualidade a indivíduos que, devido a condições de saúde ou localização, não podem frequentar escolas tradicionais. (Pereira *et al.*, 2018). Este estudo se concentrou na interseção entre o acesso à educação como direito humano e a implementação do atendimento educacional em ambientes hospitalares e domiciliares.

Ao analisar os alicerces legais e marcos regulatórios que sustentam essa abordagem, juntamente com suas implicações sociais e pedagógicas, buscamos compreender de que forma o Atendimento Educacional Hospitalar e Domiciliar fortalece a inclusão e a igualdade. Teixeira, *et al.*, (2017), assevera que essa modalidade de educação não apenas responde às demandas de grupos vulneráveis, mas também demonstra um compromisso concreto com os princípios dos direitos humanos em uma sociedade dinâmica e multifacetada.

O Atendimento Educacional Hospitalar e Domiciliar, ainda segundo Teixeira, *et al.*, (2017), ao oferecer educação adaptada às circunstâncias únicas de cada aluno, não somente promove oportunidades educacionais, mas também resguarda a dignidade e a individualidade de cada indivíduo. Destaca-se, assim, como uma expressão concreta do comprometimento em garantir que todos, independentemente de suas limitações físicas ou de saúde, tenham acesso pleno ao direito inalienável à educação, reforçando os princípios fundamentais dos direitos humanos.

### **1.1 O percurso do atendimento educacional no ambiente hospitalar e domiciliar.**

O atendimento educacional hospitalar e domiciliar segundo o Ministério da Educação (MEC), e que se refere a ele como "classe hospitalar", é um atendimento escolar que ocorre em ambientes de tratamento de saúde, seja na circunstância de internação, como tradicionalmente conhecida, seja na circunstância do atendimento em hospital-dia e hospital-semana ou em serviços de atenção integral à saúde mental. O atendimento pedagógico domiciliar é o atendimento educacional que ocorre em ambiente domiciliar, decorrente de problema de saúde que impossibilite o educando de frequentar a escola ou esteja ele em casas de passagem, casas de apoio, casas-lar e/ou outras estruturas de apoio da sociedade. (Brasil, 2002).

A Lei 9394/96, Lei de Diretrizes e Bases da Educação, utiliza o termo "atendimento educacional", por ser uma modalidade de ensino inserida na Educação Especial, ofertada ao aluno da educação básica, que está impedido, temporária ou permanentemente, de frequentar a escola regular, pois encontra-se internado para tratamento de saúde, em regime hospitalar ou domiciliar, por tempo prolongado de acordo com a Lei 13.716 de 24 de setembro de 2018.

A educação hospitalar é uma modalidade legal de ensino que busca promover um processo alternativo de escolarização no ambiente hospitalar ou domiciliar. Este atendimento pedagógico-educacional destina-se a criança ou adolescente que por algum motivo de saúde está impossibilitado de frequentar a escola regular. (Pereira *et al.*, 2018).

O objetivo do atendimento educacional hospitalar é propiciar o acompanhamento curricular do aluno quando este estiver hospitalizado. Dessa forma, garante-se a manutenção do vínculo com as escolas visando atender as propostas curriculares vigentes na escola. Isso porque os atendimentos baseiam-se na percepção de que o adoecimento está entre as situações que afastam os educandos da escola, permanente ou temporariamente, portanto eles não devem ter sua escolarização interrompida durante o período de internação, entendendo a educação como um direito de todos (Teixeira *et al.*, 2017).

Ainda segundo Teixeira *et al* (2017), essa modalidade educacional ainda é pouco explorada no Brasil, pois embora a legislação brasileira tenha estabelecido

regras para esse tipo de assistência há mais de dez anos, constata-se que sua presença nos ambientes de cuidados de saúde é bastante limitada. Uma situação semelhante ocorre com os estudos relacionados a esse assunto. O número de publicações científicas brasileiras que tratam do atendimento educacional em hospitais e em domicílio é reduzido, em comparação com a necessidade de conhecimento nessa área. Essa situação tem contribuído para a falta de conhecimento sobre o direito garantido por lei.

O atendimento educacional hospitalar e domiciliar surgiu na França, após a Segunda Guerra Mundial. Como resultado desse conflito militar global, inúmeras crianças e adolescentes em idade escolar foram mutiladas e feridas, o que motivou a permanência delas em hospitais por longos períodos. Numa tentativa de amenizar as consequências da guerra e que oportunizassem a essas crianças, enquanto alunas, prosseguir em seus estudos ali mesmo no hospital, foi criada por Henri Sellier<sup>1</sup>, uma classe hospitalar na cidade de Paris. E assim com incentivo de médicos, religiosos e voluntários, a classe hospitalar foi conquistando um espaço na sociedade e sendo difundida para vários países, entre os quais se pode citar a Alemanha e os Estados Unidos. (Santos; Souza, 2009).

No Brasil, segundo Oliveira (2013), essa prática educacional iniciou-se em 1950, com a classe hospitalar no Hospital Jesus, localizado no Rio de Janeiro. Essa classe hospitalar visava o oferecimento do atendimento pedagógico em parceria com as escolas para que no retorno de crianças e adolescentes, quando não necessitassem mais estarem hospitalizados, pudessem dar continuidade a seus estudos sem grandes prejuízos.

Foi no ano de 1950, No Hospital Bom Jesus, no Município do Rio de Janeiro, em que a professora Lecy Rittmeyer, que cursava Assistência Social, criou a primeira classe hospitalar, visando com isto o atendimento às crianças internadas, para que em seus retornos para as escolas regulares pudessem continuar seus estudos normalmente (Santos; Souza, 2009, p. 110).

O trabalho desenvolvido pela Assistente Social Lecy Rittmeyer<sup>2</sup> foi um marco em âmbito nacional dando vazão à Pedagogia Hospitalar, que se caracteriza por atender escolares hospitalizados, impossibilitados de atendimento pedagógico, no ambiente escolar. A construção do sujeito como produto de seu conhecimento,

---

<sup>1</sup> Henri Charles Sellier -Político e Urbanista Francês - (1883-1943).

<sup>2</sup>Lecy Rittmeyer - Assistente Social /Primeira professora da classe hospitalar no Hospital Jesus- RJ - (1950).



através de seus pensamentos e suas ações, torna-se possível se autoconstruir e transformar a realidade vigente dos alunos hospitalizados (Matos; Mugiatti, 2009).

Figura 1 - Discurso da professora Lecy Rittmeyer na inauguração das salas.



FONTE: RAMOS (2007).

Barros (2011 p. 20), relata que no início do século XX, dentro de instituições psiquiátricas, surgiu uma distinção notável no tratamento de crianças. Essa distinção envolve separar crianças com problemas de saúde mental daquelas com outras doenças ou condições de saúde. Isso aconteceu em um período em que as doenças decorrentes da pobreza, como lepra, tuberculose e sífilis, eram frequentemente confundidas com condições de saúde mental precárias. O Pavilhão Escola Bourneville, destinado a crianças com anomalias, situado no Hospício Nacional de Alienados do Rio de Janeiro, fundado em 1902 e fechado em 1942, acrescentou um capítulo à história da educação hospitalar no Brasil pois, nessa época, era comum internar crianças em hospitais psiquiátricos, tanto por questões econômicas - aliviando os pais de responsabilidades de cuidado - quanto por razões de saúde pública, em que deficiência mental e condições semelhantes, por vezes mal compreendidas, eram consideradas justificativas para hospitalização.

Dessa forma é possível inferir que houve influências no surgimento da classe hospitalar que desenvolvia seu trabalho priorizando o lado educativo das crianças que estavam internadas. A classe hospitalar mesmo tendo iniciado na década de 50 no Brasil, há registros de que em 1600, ainda que incipientes, no Brasil Colônia,

havia atendimento escolar aos denominados deficientes físicos na Santa Casa de Misericórdia em São Paulo.

Ao longo do tempo, os termos relacionados ao atendimento educacional hospitalar e domiciliar passaram por mudanças significativas. Inicialmente, eram restritos a alunos hospitalizados por longos períodos. Com o tempo, houve uma conscientização sobre a importância da inclusão e dos direitos humanos, levando à ampliação dos conceitos para abranger uma diversidade de condições de saúde. Atualmente, a abordagem é mais abrangente, visando garantir o acesso à educação para todas as pessoas com desafios de saúde, seja em ambiente hospitalar ou domiciliar.

Segundo Matos e Mugiatti (2006), o atendimento escolar hospitalar pode ser categorizado em três abordagens: classe hospitalar, pedagogia hospitalar e escola hospitalar. A classe hospitalar é um espaço que oferece atendimento conjunto, porém de forma heterogênea, atendendo vários alunos em uma mesma classe ou sala de aula no hospital, onde o professor atua como uma ponte entre o hospital e a escola, buscando evitar a reprovação do aluno ao final do ano letivo. Fontes (2005a) critica a abordagem da classe hospitalar por não levar em conta o processo subjetivo vivenciado pela criança no hospital, considerando essa visão reducionista e simplista, uma vez que o objetivo muitas vezes se limita a assegurar o ano letivo do aluno. De forma semelhante, Fonseca (2003) defende que o termo "classe hospitalar" pode ser percebido como segregativo, pois cria uma distinção entre a escola regular e a escola no hospital e apesar de ser amplamente utilizado em publicações nacionais, ele não é tão preciso quanto deveria ser em seu significado.

A abordagem da pedagogia hospitalar, conforme entendimento de Matos e Mugiatti (2006), busca incluir alunos que enfrentam enfermidades e não devem ser excluídos da sala de aula regular. Segundo Fontes (2005a), essa abordagem consiste em atividades lúdicas que promovem o reconhecimento do espaço, da própria doença e da identidade do aluno, com o intuito de tranquilizá-lo em relação ao ambiente hospitalar, caracterizando-se por ser um processo educativo alternativo e contínuo, que transcende o contexto formal da escola, abrangendo as necessidades especiais temporárias do educando em ambientes hospitalares e/ou domiciliares. Distingue-se como uma nova realidade multi/inter/transdisciplinar com abordagens educacionais específicas.

Ainda segundo Fontes (2005a), em certas situações, no contexto brasileiro, a

expressão "pedagogia hospitalar" pode desconsiderar o aspecto educacional do atendimento no hospital. A prática pedagógica nem sempre está vinculada diretamente ao atendimento escolar, podendo ser uma proposta de educação complementar ou atividades recreativas. Para Fonseca (2015), a terminologia mencionada, frequentemente gera confusão entre o papel do professor e as propostas de humanização da assistência hospitalar, como terapias artísticas e de educação para a saúde, podendo levar ao descuido com o direito à educação da criança doente.

De acordo com Mattos e Mugiatti (2014), a Pedagogia Hospitalar é uma nova área da Pedagogia Científica que está em processo de construção por assumir uma natureza singular e diferenciada, sustentada na Pedagogia Clássica cuja atenção e otimização da educação são compreendidas no sentido mais amplo do enfermo. As autoras conceituam a Pedagogia Hospitalar como um segmento voltado para alunos em estado de doença e que têm o hospital ou domicílio como lócus de aprendizagem e caracterizando-a como:

É um processo alternativo de educação continuada que ultrapassa o contexto formal da escola, pois levanta parâmetros para o atendimento de necessidades especiais transitórias do educando, em ambiente hospitalar e/ou domiciliar. Trata-se de nova realidade multi/inter/transdisciplinar com características educativas próprias. Consiste no atendimento personalizado ao escolar doente, respeitando seu momento de doença e considerando a situação de escolaridade, como, também, a sua procedência. (Matos; Mugiatti, 2014, p. 37).

Fernandes *et al.*, (2014), descreve a Pedagogia Hospitalar como um dos campos de atuação do Profissional licenciado em Pedagogia, que traz os saberes deste campo interdisciplinar ao espaço hospitalar, tão necessário ao atendimento global de quem se encontra internado.

A expressão "escola hospitalar" ou "atendimento escolar hospitalar" é mais ampla do que o termo "classe hospitalar". De acordo com Fonseca (2003), essa abordagem é mais adequada para o contexto nacional, pois enfatiza que cada indivíduo precisa de uma escola que se adapte aos seus interesses e necessidades, independentemente de estar hospitalizado ou não. A concepção de escola hospitalar abrange uma prática pedagógico-educacional que está interligada a diversos aspectos da realidade, incluindo a criança, a doença, os pais, os profissionais de saúde, o professor, o ambiente hospitalar, bem como os sistemas externos ao

hospital, como a vinculação com a escola de origem, o encaminhamento para matrícula do aluno, e a adaptação para a inserção da criança com necessidades especiais em uma escola regular, entre outros aspectos.

Fernandes *et al.* (2014), assevera que o atendimento educacional é um processo que envolve o ensino ativo, dialógico e interativo, no qual a escola, família e o estudante trabalham juntos. O aluno é compreendido levando em conta suas relações e integração em diferentes grupos sociais, educacionais e culturais. Através da ação pedagógica, as experiências dos alunos são transformadas em aprendizagens inclusivas, livres de preconceitos, para que todos possam aprender, considerando suas diversas características e necessidades.

As crianças com necessidades educacionais especiais e com deficiência dependem de condições concretas oferecidas pelo grupo social a que pertencem, que podem ser adequadas ou não para o seu desenvolvimento, e nesse sentido, a escola desempenha papel fundamental no desenvolvimento integral dos educandos pois promove habilidades e competências necessárias para a convivência em sociedade. Conforme apontado por Vygotski, (1997), não é o déficit em si que vai traçar o destino da criança, mas sim, os modos como a deficiência é significada, como suas ações são interpretadas pelo outro e que experiências concretas lhe são oferecidas.

A criança ou o adolescente é um cidadão que tem direito ao atendimento de suas necessidades e interesses mesmo quando está enfermo. O adoecimento é percebido como uma das situações que afastam os educandos da escola, porém, o comprometimento da saúde não impede seu desenvolvimento e aprendizagem, e sendo a escolarização uma premissa legal, esta não pode ser interrompida durante o período de internação do aluno. (Teixeira *et al.*, 2017).

O artigo 214 da Constituição Federal afirma que as ações do Poder Público devem conduzir à universalização do atendimento escolar. “A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando o pleno exercício da cidadania e a qualificação para o trabalho”. (Constituição, 1988, p. 63).

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional assegura que o Poder Público criará formas alternativas de acesso aos diferentes níveis de ensino (art. 5º, § 5º), podendo organizar-se de diferentes formas para garantir o processo de

aprendizagem (art. 23). Ademais, contou-se com a contribuição da Lei nº 13.716/2018, que possibilita que alunos da educação básica, que estejam internados por tempo prolongado para tratamento de saúde - seja no hospital ou em casa - recebam atendimento educacional com a finalidade de proteger a infância e a juventude e apresentando-se como um instrumento para tentar garantir uma sociedade mais justa.

Os direitos inalienáveis à educação de todos também são garantidos e em documentos e pactos internacionais como a Declaração Mundial de Educação para Todos (1990) e a Declaração de Salamanca (1994) passam a influenciar a formulação das políticas públicas de educação inclusiva. Imbuídos desses princípios em 1994, é publicada a Política Nacional de Educação Especial, orientando o processo de “integração instrucional” que condiciona o acesso às classes comuns do ensino regular àqueles que “(...) possuem condições de acompanhar e desenvolver as atividades curriculares programadas do ensino comum, no mesmo ritmo que os alunos ditos normais”.

Reafirmando os pressupostos construídos a partir de padrões homogêneos de participação e aprendizagem, a Política não provoca uma reformulação das práticas educacionais de maneira que sejam valorizados os diferentes potenciais de aprendizagem no ensino comum, mas mantendo a responsabilidade da educação desses alunos exclusivamente no âmbito da educação especial, porém, foi o primeiro documento a tratar oficialmente a educação hospitalar, prevista pelo Ministério da Educação e do Desporto, inserindo o termo "classe hospitalar" e garantindo que sujeitos em condição de hospitalização pudessem dar seguimento ao processo de escolarização. Nesse documento, “a Secretaria de Educação Especial do MEC reconhece a Classe Hospitalar como sendo uma das modalidades de atendimento educacional às crianças e jovens (internados) que necessitem de educação especial e que estejam em tratamento hospitalar” (Brasil, 1994, p. 20).

Esta modalidade de ensino continua ativa e presente em hospitais brasileiros respaldando-se em determinações específicas de cada município ou estado e/ou em legislações anteriores pertinentes (Brasil, 1995; Brasil, 2001). De acordo com um desses documentos, Classes Hospitalares e Atendimento Pedagógico Domiciliar: estratégias e orientações (Brasil, 2002), o atendimento educacional realizado no ambiente hospitalar oferta e garante a continuidade dos processos de

desenvolvimento e de aprendizagem de crianças e jovens que, por motivo de doença ou internação hospitalar, estejam afastados da escola.

Reconhecida como modalidade de ensino, posteriormente foi normatizada entre os anos de 2001 e 2002 com os documentos, também do MEC, intitulados de “Diretrizes Nacionais para Educação Especial na Educação Básica” (Brasil, 2001) e ‘Classe Hospitalar e atendimento pedagógico domiciliar: orientações e estratégias” (Brasil, 2002). Segundo as Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica - Parecer CNE/CEB número 17/2001, que passou a ter caráter obrigatório a partir de 2002, por esse atendimento entende-se: Serviço destinado a prover, mediante atendimento especializado, a educação escolar a alunos impossibilitados de frequentar as aulas em razão de tratamento de saúde que implique internação hospitalar ou atendimento ambulatorial (Brasil, 2002 p. 33). Estar hospitalizado não é sinônimo de exclusão. A criança e/ou adolescente é um cidadão que tem o direito ao atendimento de suas necessidades e interesses mesmo quando está doente e, conseqüentemente, afastado do ambiente escolar.

A educação exerce um papel proeminente em nosso processo de humanização. O ser humano, enquanto “um ser inacabado”, tal como indica Freire (1987, p. 42), está chamado a “ser mais” e, nesse sentido, a educação é um imperativo da vida humana, ou seja, ela é um fenômeno que se impõe se – e somente se – quisermos ter uma vida verdadeiramente humana, que é, em suma, uma resposta ao chamado a sermos mais humanos, embora teoricamente seja possível, nem sempre é uma realidade dentro do contexto do sistema capitalista.

## **1.2 Educação como direito humano e atenção à diversidade humana**

Segundo a Declaração Universal de Direitos Humanos, em seu art.1º: “Todos os seres humanos nascem livres e iguais em dignidade e direitos”. Documento criado pela Organização das Nações Unidas (ONU) em 1948 na cidade de Paris, essa declaração define os direitos básicos do ser humano, orientando o comportamento de todos os cidadãos, as ações dos governos e a formação de leis de proteção aos direitos humanos, representando uma importante contribuição para a promoção de uma vida digna para todos os habitantes do mundo. Dentre os direitos previstos neste documento, destaca-se a “educação”, por ser um direito

inalienável, fundamental, de natureza social, e, todos os cidadãos, sem qualquer cunho discriminatório, têm direito de acesso a ela.

A educação é um direito fundamental de natureza social previsto na Constituição Federal de 1988. Segundo Tavares (2008), a CF não estabelece, contudo, de imediato, sua abrangência de conteúdo, porém, um conteúdo mínimo pode ser facilmente compreendido, que, nesse sentido, esse direito significa, o direito de (igual) acesso à educação, que deve ser concedido a todos, especialmente para os níveis mais basilares do ensino. Dessa forma, o conteúdo inicial (mínimo) do direito à educação é o de acesso ao conhecimento básico e capacitações, que devem ser oferecidas de forma regular e organizada.

Um ponto de grande relevância no direito educacional foi a conversação da educação como direito público subjetivo, direito de todos e obrigação do Estado, assegurando a responsabilização da autoridade pública competente pelo não oferecimento do serviço ou sua oferta irregular. Assim sendo, a educação, para atingir seus objetivos previstos constitucionalmente, deve ser ofertada a todos, ficando assegurados os princípios da universalidade, da laicidade, da liberdade de ensino e de sua gratuidade (Duarte, 2007).

Esses objetivos demonstram o sentido que a Constituição concedeu ao direito fundamental à educação. Compreende-se, a partir daqui, que ser um direito fundamental é inerente à própria educação, não se tratando de qualquer direito à educação, mas daquelas cujas bases foram construídas constitucionalmente e que atendam às suas aspirações. Isso significa que o direito à educação é o direito de acesso igualitário por todos. (Tavares, 2008).

Machado e Oliveira (2001) afirmam que o reconhecimento dos direitos que devem ser garantidos a cada ser humano foi significativamente ampliado neste século. Ainda segundo os autores, “além de ser um direito social, a educação é um pré-requisito para usufruir-se dos demais direitos civis, políticos e sociais emergindo como um componente básico dos Direitos do Homem”. (Machado; Oliveira, 2001, p. 57)

Reafirmando e legitimando o direito à educação, garantido constitucionalmente, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação, promulgada posteriormente em 1996, estabelece os princípios da educação e os deveres do Estado em relação à educação escolar pública, estruturando e organizando o

sistema educacional brasileiro, público ou privado, definindo as responsabilidades em regime de colaboração entre a União, Estados, Distrito Federal e os municípios, desde a educação básica até o ensino superior.

No Brasil, nessa mesma concepção de garantia dos direitos humanos encontram-se expressas no texto de nossa Constituição Federal de 1988, intitulada como “Constituição Cidadã”.

A educação configura-se como um meio de expressão do direito ao processo de tornar-se humano, que decorre de uma tensão entre socialização e humanização. Já a partir de uma tensão jurídica e axiológica, o direito à educação é considerado como um dispositivo que conscientiza os seres humanos do valor em relação à sua condição humana (Andrade, 2013).

Ainda segundo Andrade (2013), a educação apresenta-se como um fenômeno da vida humana que não se dá apenas no âmbito da educação formal. É considerada como algo que engloba a escola, mas não se reduz a ela, ou seja, não se restringe ao acesso e à permanência a um sistema escolar.

Brandão (1991, p. 8), faz uma reflexão acerca da concepção de educação para indicar a que se refere o direito jurídico que daí se deriva. Ao ensaiar uma definição sobre o que seria a educação, ele defende que dela “ninguém escapa” e ela “não pode escapar” de ninguém, pois entende que a educação é uma realidade que nos é imposta, e se isso acontece o mais provável é que não nos tornemos humanos e que não a humanizemos, cada vez mais, como um processo por nós inventado e para nós necessário.

Educação é um tipo específico de socialização. Tornamo-nos humanos a partir do convívio com outros humanos e nesta convivência nos educamos. Só somos verdadeiramente humanos se passarmos por um processo de socialização, que é, de fato, educativo. Ninguém nasce pronto e acabado como ser humano, muito pelo contrário, nos tornamos humanos por um processo social, o qual, segundo nossa ciência dos valores morais, temos o direito fundamental de vivenciá-lo através de formas e instituições próprias. (Andrade, 2013).

Destarte, a Constituição Federal considera o direito à educação como subjetivo, ou seja, está garantido desde o nascimento do cidadão e, portanto, ao longo de sua vida, não lhe pode ser retirado ou desprezado sem que tal direito seja subestimado. Garantir oportunidades de estudos para aqueles que se encontram por



razões diversas, impossibilitados de frequentar a escola comum e a sala de aula regular, é procurar garantir o direito à educação.

Portanto, o acesso à educação, em todas as suas modalidades de ensino, possibilita ao indivíduo se autoconstruir e se reconhecer como sujeito capaz de opções com inúmeras oportunidades de crescimento como cidadão. Quando se percebe a importância que o saber ocupa na sociedade em que se vive, o direito à educação passa a ser politicamente exigido como um instrumento de reivindicação e de participação política. Assim, a educação como direito e sua efetivação em práticas sociais, se converte em instrumento de redução das desigualdades e das discriminações que permeiam as relações na sociedade. (CURY, 2002).

## **2 POLÍTICAS PÚBLICAS NO CAMPO DO ATENDIMENTO EDUCACIONAL HOSPITALAR E DOMICILIAR**

No âmbito da educação, a busca pela equidade e inclusão tem conduzido a uma redefinição das formas tradicionais de aprendizado. Um dos segmentos em destaque é o Atendimento Educacional Hospitalar e Domiciliar. De acordo com Teixeira, *et al.*, (2017), este conceito, sensível às necessidades singulares dos alunos em situações de saúde delicadas ou com limitações de mobilidade, visa garantir que o direito à educação seja uma realidade inquestionável para todos.

Esta introdução, conforme Arosa (2014), busca salientar a importância fundamental das políticas públicas na estruturação e execução efetiva do Atendimento Educacional Hospitalar e Domiciliar, explorando de que maneira essas políticas promovem a inclusão educacional e salvaguardam os direitos humanos essenciais de cada indivíduo.

No cerne dessa análise, será examinada a interação entre a esfera pública e a educação inclusiva, ilustrando como as políticas moldam diretamente o acesso apropriado à aprendizagem em ambientes desafiadores. Além disso, será enfatizada a relevância de considerar cada estudante como um ser único, merecedor de uma educação que respeite sua dignidade e situação específica. Consequentemente, compreender o papel das políticas públicas no contexto do Atendimento Educacional Hospitalar e Domiciliar é fundamental para desvendar a capacidade transformadora

dessas políticas na promoção de uma sociedade mais inclusiva e consciente das necessidades educacionais de todos os seus membros.

## **2.1 Percurso da Legislação na garantia de direitos**

Com o objetivo de contextualizar as políticas públicas educacionais, torna-se relevante conceituar primeiramente as políticas públicas. A palavra “política” está ligada a tudo o que se relaciona à cidade, civil, sociável ou social, conforme entendimento de Bobbio (2000, p. 159).

Para Bucci (2002, p. 269) o atributo “pública”, sobreposto ao substantivo “política”, indica quais são os destinatários como também os autores da política. Ainda segundo a autora, a política será pública somente quando priorizar interesses públicos e quando for direcionada à coletividade, cuja realização seja desejada pela sociedade. Afirma que ela se caracteriza por ser expressão de um processo público, que possibilita a participação de todos os abrangidos, diretos e indiretos, permitindo manifestação clara e transparente dos interesses respectivos.

Pode-se inferir que as políticas públicas são ações, metas e planos que os governos, em suas diversas esferas (municipais, estaduais e federais) traçam para alcançar o bem-estar da sociedade. Elas são desmembradas em diversas áreas tais como educação, saúde, assistência social entre outras e são criadas com a finalidade de solucionar problemas sociais, garantindo assistência e prestando serviços de acordo com as necessidades dos cidadãos.

Oriundas de pressões e conflitos decorrentes de movimentos sociais, as políticas públicas percorrem vários caminhos até a sua efetivação quando se tornam prioridades do poder público, tais como, o momento de sua elaboração, formulação, planejamento e organização do aparato administrativo, da execução, do acompanhamento e da avaliação. Desempenham um importante papel na sociedade, na medida de sua efetivação, contribuindo para a redução das desigualdades sociais existentes, suprimindo carências que impedem a realização da democracia e conseqüentemente incorrendo em qualidade de vida social e cultural (Arosa, 2014).

Bomtempo (2005, p. 210) afirma que as políticas públicas estão, de modo direto, associadas ao exercício dos direitos sociais, evidenciando que o Estado deve ter uma conduta dinâmica e competente para garantir a constitucionalização de tais

direitos sociais, ou seja, o Estado deve proporcionar meios para que os direitos possam ser usufruídos. Estas condições, a que se refere a autora, nada mais são do que as chamadas “políticas públicas”. Desse modo, é importante esclarecer que a visão de política pública está ligada à convicção de Estado que se reconhece, evidenciando e determinando a política pública que irá ser assumida em conformidade com as ideias e princípios do modelo de Ekstado.

Em vista disso, Bucci (2002, p. 244-245) discorre:

Uma primeira dificuldade em se trabalhar com a noção de política pública em direito diz respeito à relação entre o direito e o modelo de Estado. Pois, se se concebe a política pública como criação do Estado de bem-estar, expressa sempre como forma de intervenção do Estado, e se adota como premissa a exaustão do Estado de bem-estar – o que é uma constatação não apenas de autores neoliberais – seria, discutível definir o Estado contemporâneo como “fundamentalmente, Estado implementador de políticas públicas”. Teria sentido falar em Estado implementador de políticas públicas no caso da era do Estado de bem-estar?

Azevedo (2006), assevera que as políticas públicas, da mesma forma que qualquer ação humana, são definidas, realizadas, remodeladas ou inutilizadas baseadas na memória da sociedade ou do Estado. Essas políticas são elaboradas a partir das representações sociais, desenvolvidas por cada sociedade em relação a si mesma, denotando ações inerentes ao universo cultural e simbólico, que é característico de uma determinada realidade social.

Assim, se as políticas públicas têm por fim orientar a atuação governamental para um objetivo constitucionalmente previsto, devem estar dirigidas ao cumprimento das tarefas correspondentes à concretização de direitos sociais, como é o caso do direito à educação. Elas são criadas com o intuito de auxiliar no enfrentamento dos problemas existentes no cotidiano das escolas, que reduzem a possibilidade de qualidade na educação, no entanto, somente o direcionamento destas para a educação não constitui uma forma efetiva para auxiliar crianças e adolescentes a um ensino de melhor qualidade, posto que existam outros pontos que também devem ser considerados a partir das políticas públicas, como os problemas de fome, drogas e a própria violência que vem se instalando nas escolas em todo o Brasil (Quadros, 2008).

Segundo Oliveira (2010), a política pública, no sentido etimológico da palavra, refere-se ao desenvolvimento a partir do trabalho do Estado junto à participação do povo nas decisões. Sob este entendimento conceitua-se que:

Se "políticas públicas" é tudo aquilo que um governo faz ou deixa de fazer, políticas públicas educacionais é tudo aquilo que um governo faz ou deixa de fazer em educação. Porém, educação é um conceito muito amplo para se tratar das políticas educacionais. Isso quer dizer que políticas educacionais é um foco mais específico do tratamento da educação, que em geral se aplica às questões escolares. Em outras palavras, pode-se dizer que políticas públicas educacionais dizem respeito à educação escolar (Oliveira, 2010).

As políticas públicas educacionais transcendem a mera questão do acesso universal à escola, abrangendo a construção fundamental da sociedade que emerge dessas instituições educacionais. Elas desempenham um papel crucial na formação não apenas de alunos, mas também na configuração do tecido social e cultural de uma comunidade. Ao direcionar recursos e estratégias para o sistema educacional, as políticas públicas moldam as experiências de aprendizado e, por conseguinte, impactam a vida de todas as pessoas. A qualidade da educação oferecida não apenas determina o sucesso individual, mas contribui para a formação de cidadãos informados, críticos e participativos, delineando, assim, os contornos de uma sociedade mais justa, equitativa e próspera. Nessa perspectiva abrangente, fica evidente que as Políticas Públicas Educacionais desempenham um papel crucial na construção do presente e na preparação para o futuro de uma sociedade.

A escolha do sistema educacional e as políticas públicas destinadas à educação refletem a preocupação do país com seu futuro. Seguindo a perspectiva de Freire (1998), compreendemos que apenas um ensino público, gratuito, inclusivo e de qualidade pode possibilitar a construção de uma sociedade onde as disparidades socioculturais e socioeconômicas não sejam tão acentuadas. Nesse contexto, é essencial analisar os marcos legais que delineiam a educação hospitalar, destacando a importância de uma estrutura normativa sólida para orientar e garantir práticas educacionais que atendam às necessidades específicas desses ambientes. Esses marcos legais não apenas fundamentam as bases jurídicas da educação hospitalar, mas também estabelecem diretrizes que visam assegurar a igualdade de acesso à educação, independentemente das circunstâncias de saúde que os alunos possam enfrentar. Essa abordagem legal não só consolida o compromisso com a equidade no sistema educacional, mas também serve como um farol orientador para a implementação de iniciativas que promovam uma educação inclusiva e de qualidade em contextos hospitalares.

**Quadro 1 - Leis e documentos oficiais**

<b>DOCUMENTOS OFICIAIS</b>	<b>ÓRGÃO</b>	<b>ANO</b>
DECRETO - LEI Nº 1.044	PLANALTO	1969
DECRETO 72.425/CENESP	MEC	1973
CONSTITUIÇÃO FEDERAL	ASSEMBLEIA NACIONAL CONSTITUINTE	1988
LEI 8.069 - ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE	PLANALTO	1990
DECLARAÇÃO DE SALAMANCA	UNESCO	1994
POLÍTICA NACIONAL DE EDUCAÇÃO ESPECIAL	PLANALTO	1994
RESOLUÇÃO DE CONANDA Nº 41	CNDCA	1995
LEI 9394/96 - LEI DE DIRETRIZES E BASES DA EDUCAÇÃO	MEC	1996
RESOLUÇÃO Nº 02 - DIRETRIZES NACIONAIS PARA EDUCAÇÃO ESPECIAL NA EDUCAÇÃO BÁSICA	CNE/CEB	2001
CLASSE HOSPITALAR E ATENDIMENTO PEDAGÓGICO DOMICILIAR/ESTRATÉGIAS E ORIENTAÇÕES	MEC/SEESP	2002
LEI 11.104	PLANALTO	2005
POLÍTICA NACIONAL DE EDUCAÇÃO ESPECIAL NA PERSPECTIVA INCLUSIVA	MEC/SEESP	2008
RESOLUÇÃO Nº 4	CNE/CEB	2009
LEI 12.796	MEC	2013
LEI 13.716	MEC	2018

Fonte: A autora, 2023.

Apesar de, no Brasil, as primeiras ações educativas referentes ao tratamento de crianças hospitalizadas terem acontecido a partir da década de 50, o primeiro Decreto Lei, de nº 1.044, surgiu apenas em 1969. Anteriormente, as Classes Especiais tinham a responsabilidade de promover a inclusão de alunos com deficiências, problemas de aprendizagem e pessoas enfermas nas escolas. Esse

decreto foi estabelecido para expandir o atendimento educacional para além das escolas e oferecer possibilidades de equivalência nos estudos.

Ministérios diversos estavam envolvidos na implementação desse direito e garantia de acompanhamento da escolarização para essas pessoas, *vide*:

Os Ministros da Marinha de Guerra, do Exército e da Aeronáutica Militar, usando das atribuições que lhes confere o artigo 3º do ato institucional nº 16, de 14 de outubro de 1969, combinado com o § 1º do artigo 2º do ato institucional nº 5, de 13 de dezembro de 1968, e considerando que a Constituição assegura a todos o direito à educação; considerando que condições de saúde nem sempre permitem frequência do educando a escola, na proporção mínima exigida em lei, embora se encontrando o aluno em condições de aprendizagem; considerando que a legislação admite, de um lado, o regime excepcional de classes especiais, de outro, o da equivalência de cursos e estudos, bem como o da educação peculiar dos excepcionais; (Brasil, 1969, p. 1).

O Decreto Lei, de nº 1.044/69 descreve quais eram os alunos enfermos para os quais deveria ser destinada a educação, a forma como deveria ocorrer o atendimento domiciliar e quem seriam os responsáveis por encaminhar e garantir o direito à educação dessas pessoas, *vide*:

Art. 1º São considerados merecedores de tratamento excepcional os alunos de qualquer nível de ensino, portadores de afecções congênitas ou adquiridas, infecções, traumatismo ou outras condições mórbidas, determinando distúrbios agudos ou agudizados, caracterizados por:

a) incapacidade física relativa, incompatível com a frequência aos trabalhos escolares; desde que se verifique a conservação das condições intelectuais e emocionais necessárias para o prosseguimento da atividade escolar em novos moldes;

b) ocorrência isolada ou esporádica;

c) duração que não ultrapasse o máximo ainda admissível, em cada caso, para a continuidade do processo pedagógico de aprendizado, atendendo a que tais características se verificam, entre outros, em casos de síndromes hemorrágicas (tais como a hemofilia), asma, cartide, pericardites, afecções osteoarticulares submetidas a correções ortopédicas, nefropatias agudas ou subagudas, afecções reumáticas etc.

Em 1973, é criado no MEC, através do Decreto nº 72.425, o Centro Nacional de Educação Especial – CENESP, responsável pela administração da educação especial no Brasil, que, com respaldo ativista, impulsionou ações educacionais voltadas às pessoas com deficiência e às pessoas com superdotação, nos moldes de campanhas assistenciais e ações isoladas do Estado. Nesse período, não se efetiva uma política pública de acesso universal à educação, permanecendo a concepção de ‘políticas especiais’ para tratar da temática da educação de alunos

com deficiência e, no que se refere aos alunos com superdotação, apesar do acesso ao ensino regular, não é organizado um atendimento especializado que considere as singularidades de aprendizagem desses alunos.

Posteriormente, a Constituição Federal de 1988, em seu artigo 3º inciso IV, traz como um dos seus objetivos fundamentais, “promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação”, e, em seus artigos 6º, 205 e 214, estabelece que a educação é direito de todos e dever do Estado e da família e será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade (Brasil, 1988), vide:

Art. 6º São direitos sociais a educação, a saúde, o trabalho, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição.

Art.205.A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

Art. 214. A lei estabelecerá o plano nacional de educação, de duração decenal, com o objetivo de articular o sistema nacional de educação em regime de colaboração e definir diretrizes, objetivos, metas e estratégias de implementação para assegurar a manutenção e desenvolvimento do ensino em seus diversos níveis, etapas e modalidades por meio de ações integradas dos poderes públicos das diferentes esferas federativas que conduzam a: (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 59, de 2009)

**I** - erradicação do analfabetismo;

**II** - universalização do atendimento escolar;

**III** - melhoria da qualidade do ensino;

**IV** - formação para o trabalho;

**V** - promoção humanística, científica e tecnológica do País.

**VI** - estabelecimento de meta de aplicação de recursos públicos em educação como proporção do produto interno bruto. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 59, de 2009)

O Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA, Lei nº 8.069/90 estabelece que:

Art.7º: A criança e o adolescente têm direito à proteção à vida e à saúde, mediante a efetivação de políticas sociais públicas que permitam o nascimento e o desenvolvimento sadio e harmonioso em condições dignas de existência.

Ainda conforme o ECA, em seu artigo 55, reforça os dispositivos legais supracitados ao determinar que “os pais ou responsáveis têm a obrigação de

matricular seus filhos ou pupilos na rede regular de ensino”. Essa lei garante os direitos da criança e do adolescente hospitalizados. (Brasil, 1990).

A Declaração de Salamanca, criada em 1994, tem por convicção o ideal de que todos os alunos, na medida do possível, devem aprender juntos independentemente de suas capacidades. Simultaneamente, ela aponta a escolarização de crianças em escolas especiais, nos casos em que a educação regular não pode satisfazer às necessidades educativas ou sociais do aluno. No entanto, a Declaração de Salamanca trouxe um avanço importante ao chamar a atenção dos governantes para a necessidade de aplicar todo investimento possível para o redimensionamento das escolas, para que possam atender com qualidade, a todas as crianças independente de suas diferenças e/ou dificuldades.

Em 1994, foi divulgada a Política Nacional de Educação Especial, que propunha o conceito de 'integração instrucional'. Essa abordagem estabelecia que o acesso às salas de aula regulares seria condicionado à capacidade dos alunos de acompanhar e progredir nas atividades curriculares no mesmo ritmo que os colegas considerados normais. Ao reafirmar os pressupostos construídos a partir de padrões homogêneos de participação e aprendizagem, a Política não provoca uma reformulação das práticas educacionais de maneira que sejam valorizados os diferentes potenciais de aprendizagem no ensino comum, mantendo a responsabilidade da educação desses alunos exclusivamente no âmbito da educação especial.

A Resolução nº. 41 de 13 de outubro de 1995 do CONANDA – Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (Brasil, 1995), trata dos direitos das crianças e adolescentes e prevê que enquanto a criança estiver hospitalizada, ela tem o direito de desfrutar de alguma forma de recreação, programas de educação para a saúde e acompanhamento do currículo escolar. A ação educativa no hospital configura-se como parte integrante de uma série de transformações pelas quais o país vem passando, na tentativa de dimensionar a educação e a saúde como direito de todos.

A Resolução nº 02 (CNE/CEB) de 2001, institui as Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica e versa sobre a responsabilidade da Classe Hospitalar sobre o aluno que está afastado de suas atividades escolares, assim como, o seu retorno à escola de origem. Estruturando e organizando a política de



atendimento pedagógico proposta pela resolução em epígrafe, o Ministério da Educação (MEC), publica em 2002 o documento “Classe Hospitalar e Atendimento Pedagógico Domiciliar: estratégias e orientações” com o objetivo de aprofundar conhecimentos e orientações acerca do atendimento educacional em hospitais e domiciliares (Brasil, 2002).

Nesse documento, o MEC estabelece os objetivos do atendimento educacional em ambientes hospitalares e domiciliares:

Compete às classes hospitalares e ao atendimento pedagógico domiciliar apresentar métodos e tecer orientações que possibilite a realização do acompanhamento pedagógico-educacional do processo de desenvolvimento e construção do conhecimento de crianças, jovens e adultos matriculados ou não nos sistemas de ensino regular, no âmbito da educação básica e que encontram-se impedidos de frequentar escola, temporária ou permanentemente e, garantir a manutenção do vínculo com as escolas por meio de um currículo flexibilizado e/ou adaptado, favorecendo seu ingresso, retorno ou adequada integração ao seu grupo escolar correspondente, como parte do direito de atenção integral (Brasil, 2002, p. 13).

Subsequentemente, a Lei 11.104 criada em 2005, aborda sobre a obrigatoriedade de instalação de brinquedotecas nas unidades de saúde que ofereçam atendimento pediátrico em regime de internação, pois estas representam um espaço de entretenimento para as crianças e suas famílias, conforme o disposto no parágrafo único de seu art. 1º, “Os hospitais que ofereçam atendimento pediátrico contarão, obrigatoriamente, com brinquedotecas nas suas dependências”. O disposto no *caput* deste artigo aplica-se a qualquer unidade de saúde que ofereça atendimento pediátrico em regime de internação.

Em 2008, o MEC, por meio da então Secretaria de Educação Especial (SEESP), instituiu a atual política de educação especial, denominada de “Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva” (Brasil, 2008), ratificada pelo Decreto no 6.571/2008 que foi revogado pelo Decreto no 7.611/2011). Essa nova política de inclusão assume, explicitamente, a incompetência no contexto de cobertura do atendimento à demanda provocada e reduz seu público de atenção aos educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação. Embora os preceitos legais garantam o atendimento pedagógico hospitalar/domiciliar em todo território nacional, o fato de a estrutura para esses atendimentos estar ligada à área de educação especial nas secretarias de educação dos estados e municípios brasileiros, os repasses de verbas e recursos

passam a ter destinações direcionadas às ações voltadas ao público determinado pela nova política de educação especial.

Em 2009, a Resolução CNE/CEB Nº 4 de 2 de outubro de 2009, menciona que o Atendimento Educacional Especializado em ambiente hospitalar ou domiciliar, será ofertado aos alunos pelo respectivo sistema de ensino, conforme descrito no art. 6º “Em casos de Atendimento Educacional Especializado em ambiente hospitalar ou domiciliar, será ofertada aos alunos, pelo respectivo sistema de ensino, a Educação Especial de forma complementar ou suplementar”.

A Lei de Diretrizes e bases da Educação (9394/96), foi alterada pela Lei 12.796 em 2013, e passou a estabelecer que a educação especial será oferecida na rede regular de ensino para educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, podendo essa educação ser ofertada em outros espaços que não os escolares, mediante a impossibilidade de inserção dos alunos nas classes comuns regulares, *vide*:

Art. 4º :

III - atendimento educacional especializado gratuito aos educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, transversal a todos os níveis, etapas e modalidades, preferencialmente na rede regular de ensino; (Brasil, 1996).

Em 2018, a LDB recebe o acréscimo de um artigo, de nº 4-A, através da Lei 13.718, passando a prever atendimento educacional para os alunos da educação básica, sejam crianças ou adolescentes, que estiverem hospitalizados, bem como, os que estiverem fazendo tratamento de saúde em domicílio, uma vez que estiverem impossibilitados de frequentar a escola, *vide*:

É assegurado atendimento educacional, durante o período de internação, ao aluno da educação básica internado para tratamento de saúde em regime hospitalar ou domiciliar por tempo prolongado, conforme dispuser o Poder Público em regulamento, na esfera de sua competência federativa”.(LDB, Art. 4º-A).

O Atendimento Educacional Hospitalar e o Atendimento Pedagógico Domiciliar (APD), através dessa lei, assevera “o atendimento educacional ao aluno da educação básica internado para tratamento de saúde em regime hospitalar e domiciliar por tempo prolongado”. (Brasil, 2018).

Embora seja importante contextualizarmos a sociedade atual - do

conhecimento e da tecnologia - nos âmbitos social e educacional, é necessário salientarmos que esse mundo desenvolve um longo processo histórico vislumbrando a educação no século XXI, a qual desafia escolas, professores e ambientes de formação pedagógica que se compreendem fora do espaço sala de aula.

Independentemente de suas características, sejam elas físicas, cognitivas, entre outras, todos têm direito à educação escolar, seja ela realizada em espaços institucionais formais e não formais e o atendimento educacional realizado em ambiente hospitalar e domiciliar é mais um dos atendimentos realizados em espaços que se afastam do cotidiano dos espaços escolares. (Ceccim,1997 *apud* Fernandes *et al.*, 2009).

Toda pessoa merece atenção e cuidados em seus modos de vida e na interação com o outro, o que denota uma enorme complexidade permeada por momentos dicotômicos e é nesse processo que se procura ressignificar a vida por meio das diversas formas de ensinar e aprender. (Pinel, 2009 p. 122).

## **2.2 Práticas pedagógicas em ambiente hospitalar e domiciliar**

As práticas pedagógicas realizadas na Classe Hospitalar, oferecem à criança e ao adolescente, a vivência escolar, exigindo dos profissionais da educação maior flexibilidade, em relação ao número de crianças que irão ser atendidas, bem como ao período que cada uma delas permanecerá internada e às diferentes patologias. A concepção de classe escolar em hospitais é consequência da importância formal de que crianças hospitalizadas, independentemente do período de permanência no estabelecimento, têm necessidades educativas e direitos de cidadania, onde se abrange a escolarização. (Freitas *et al.*, 2015)

Assis (2009) afirma que por referir-se a um serviço de apoio pedagógico qualificado para atender as necessidades educacionais especiais do aluno-paciente, a Classe Hospitalar se inclui na Educação Especial, definida em uma proposta educativa que assegura recursos e serviços educacionais especiais (BRASIL, 2001a). As crianças hospitalizadas, permanente ou temporariamente, em decorrência de suas condições de saúde, possuem necessidades educacionais especiais e formam um grupo de alunos com diversas demandas, psicológicas,

médicas, sociais e educacionais diferentes de crianças de uma classe comum do ensino regular e diferentes de crianças com deficiências. (Ortiz, 2002).

Segundo o entendimento de Pereira *et al.*, (2018), o atendimento educacional hospitalar e domiciliar presumem em seus princípios pedagógicos, uma gama de saberes vinculados aos seguintes processos: escolarização; conexão com a escola de origem; conhecimento e a compreensão do espaço e do cotidiano hospitalar; currículo adaptado ao estado biopsicossocial do aluno; possibilidade que os alunos compreendam sua situação e aceitem.

A criança e o adolescente são cidadãos que têm direito ao atendimento de suas necessidades e interesses mesmo quando está enfermo, e o adoecimento é uma das situações que afastam os alunos da escola, no entanto, o comprometimento da saúde não impede seu desenvolvimento e aprendizagem, e sendo a escolarização uma premissa legal, esta não pode ser interrompida durante o período de internação do aluno. (Teixeira, *et al.*, 2017).

As atividades pedagógicas realizadas de forma lúdica, contribuem para o bem-estar das crianças hospitalizadas pois as fazem esquecer de sua condição e do ambiente em que se encontram, retomando sensações antigas e possibilitando ressignificar sua realidade. (Issa *et al.*, 2011).

Para o desenvolvimento dos trabalhos pedagógicos nos espaços hospitalares, tais como, enfermarias e as salas da classe hospitalar, são necessárias estimulações visuais, brinquedos e jogos que tornem os ambientes alegres e acolhedores, *vide*:

“(...) o atendimento pedagógico educacional se constitui a partir das diferenças idade-série numa organização multisseriada, onde a professora conta com um grupo heterogêneo e diverso em relação ao nível de aprendizado em que se encontram seus alunos, aproximando as crianças hospitalizadas cada vez mais do seu ambiente escolar, envolvendo desde os processos de alfabetização, até o ensino de diferentes disciplinas do ensino fundamental.” (Fernandes, 2010, p.150)

Na classe hospitalar são atendidos alunos com variadas patologias clínicas, idades distintas que compõem e interagem no mesmo espaço. Deste modo, todos se relacionam, compartilham ideias e cooperam entre si. Diante dessa realidade diversa existente na classe hospitalar se faz necessário que o educador seja audacioso e promova aulas criativas, sempre considerando a possibilidade de cada paciente. É essencial que as atividades sejam variadas, incidindo em um

atendimento personalizado, pois a forma de ensinar e conciliar idades e traumas no mesmo recinto é extremamente delicada, compatibilizando as propostas com a escola de origem. (Issa *et al.*, 2012)

Dentro desses cenários, a centralidade é dada ao progresso físico, mental, social e emocional dos alunos, com o intuito de encorajar suas habilidades ao mesmo tempo em que se atenta às suas restrições. Isso é alcançado por meio de uma abordagem curricular adaptável, que se alinha ao ano de estudo, ao estágio de evolução e ao estado psicológico individual. A flexibilidade do currículo, moldada por esses fatores, emerge como uma estrutura que permite uma educação congruente com cada aluno, respeitando tanto suas capacidades quanto suas limitações. (Medeiros *et al.*, 2022)

### **2.3 Competências do profissional que atua no atendimento escolar em ambiente hospitalar e domiciliar**

A posse de competências essenciais é fundamental para o desenvolvimento do atendimento educacional hospitalar e domiciliar. Tais competências incluem habilidades comunicativas, conhecimento das condições de saúde, formação em Pedagogia ou áreas afins, capacidade de mediação, diagnóstico das necessidades educacionais, trabalho em equipe multidisciplinar, sensibilidade à diversidade, conhecimentos gerais para docência e foco na promoção da autonomia dos alunos. De posse dessas habilidades, o profissional garante o sucesso e o impacto positivo do atendimento, proporcionando uma experiência educacional enriquecedora e inclusiva para alunos que enfrentam restrições permanentes ou temporárias devido à saúde, conforme a interpretação dos autores mencionados a seguir.

A atuação do professor no hospital remete à Pedagogia Hospitalar, que se situa no corpo teórico da Educação Especial, e que define como suas principais ações as atividades de Classes Hospitalares e atendimento domiciliar para crianças e adolescentes em tratamento de saúde (Menezes, 2004; González, 2007; Bergamo; Silva; Moreira, 2008).

O Conselho Nacional de Educação (Brasil, 2001a) sinaliza que o trabalho em Classe Hospitalar deva ser desenvolvido por pedagogos com habilitação em

Educação Especial. De acordo com o Ministério da Educação (Brasil, 2002), o professor que trabalha nas Classes Hospitalares deverá ter formação pedagógica preferencialmente em Educação Especial ou em cursos de Pedagogia ou licenciaturas e ter noções sobre as doenças e as condições biopsicossociais vividas pelos alunos hospitalizados.

No curso de atuação na Educação Especial é recomendado que o professor tenha em sua formação inicial e contínua, tanto conhecimentos gerais para docência quanto conhecimentos específicos da área, de forma a possibilitar sua atuação interativa e interdisciplinar em salas de aula para o ensino regular, em centros de atendimento educacional especializado, em centros de acessibilidade das instituições de ensino superior, em salas de recursos, em classes hospitalares e em ambientes domiciliares. (Fernandes *et al.*, 2022).

Segundo Fernandes *et al.*, (2014), a “Pedagogia Hospitalar” é um dos campos de atuação do Profissional licenciado em Pedagogia, que traz os saberes deste campo interdisciplinar ao espaço hospitalar, tão necessário ao atendimento global de quem se encontra internado. O profissional licenciado em Pedagogia tem como locus de sua práxis profissional o espaço formal da escola, mas essa prática pedagógica também pode ser realizada em espaços diversos, não formais, tais como o hospital e o domicílio do aluno.

A Pedagogia Hospitalar leva aos hospitais a necessidade de uma prática pedagógica, o que confirma a existência de um saber voltado ao atendimento de crianças e adolescentes hospitalizados envolvidos no processo de ensino-aprendizagem. Na Classe Hospitalar, o pedagogo faz a mediação das relações entre escola e o aluno internado, dando continuidade aos conteúdos escolares e proporcionando condições de qualidade de vida, desenvolvimento cognitivo e sua completa integração social (González; González, 2007; Bergamo; Silva; Moreira, 2008).

Conforme Ceccim (1997) *apud* Fernandes *et al.*, (2009), para atuar no atendimento educacional hospitalar ou no atendimento pedagógico domiciliar, o profissional docente deve estar capacitado para trabalhar com a diversidade humana e diferentes vivências culturais, identificando as necessidades educacionais especiais dos educandos impedidos temporariamente de frequentar a escola, definindo e implantando estratégias de flexibilização e adaptação curriculares. O

crescimento profissional do professor deve incluir sua busca de fazer parte da equipe de assistência ao educando, tanto para contribuir com os cuidados da saúde, quanto para aperfeiçoar o planejamento de ensino, manifestando-se segundo uma escuta pedagógica, *vide*:

O atendimento pedagógico educacional no ambiente hospitalar deve ser entendido como uma escuta pedagógica às necessidades e interesses da criança, buscando atendê-las o mais adequadamente possível nesses aspectos. O apoio pedagógico agrega à assistência aspectos de valorização da autoestima através de recursos que reduzem uma certa desvalia do adoecimento e suas consequências. A criança deve saber que, mesmo afastada temporariamente de sua classe, de sua escola, de seus professores, não será tão diferente dos outros no seu retorno (Ceccim, 1997 p.27-41).

Na realização de sua práxis profissional em ambiente hospitalar, o pedagogo sabe que faz parte de uma equipe multidisciplinar, tais como, médicos, enfermeiros, fisioterapeutas, dentistas, psicólogos, assistentes sociais, entre outros profissionais, que têm como objetivo a recuperação, não apenas física, mas integral dos alunos-pacientes, conforme Bianchetti, (2002), e ao se buscar um modo de olhar mais aberto, tentando se aperceber das diversas facetas ou ângulos de uma situação vivenciada, o professor consegue mudar, também no ambiente hospitalar, os olhares das hierarquias rígidas sem que se perca a importância das áreas profissionais e a necessidade de, às vezes, umas serem mais necessárias que as outras pelo simples e adequado fato de se estar vendo as necessidades daquele indivíduo que, hospitalizado, precisa de cuidados específicos e, mesmo no hospital, apesar de ser paciente, aluno, filho, doente que em momento algum deixa de ser cidadão. É esse tipo de olhar que deve ser desenvolvido: o de que o professor será visto e respeitado dentro do hospital quando todos os profissionais que no hospital atuam se vejam como indivíduos com valores, certezas e também medos e dúvidas, como cidadãos de direitos e, de fato, como seres humanos.

Segundo entendimento de Medeiros (2020), o professor no hospital pode ser um contraponto, tornando-se um agente de modificação do estado de “paciente” para o de “agente”, ao promover a interação deles com outros colegas, o que os pode levar a desfocar sua atenção da doença para o estudo, para o lúdico e para as demais práticas acadêmicas, ou apenas lhes permitir estar em um local provavelmente mais estimulante ou tranquilizador do que um quarto de hospital.

Ainda segundo Medeiros *et al.*, (2022), o aluno hospitalizado tem dificuldade

em lidar com sentimentos negativos, tais como medo e ansiedade, e o professor desempenha um papel essencial na superação dessas dificuldades e no resgate do aprender a aprender, mesmo fora do ambiente escolar. Dessa forma, o profissional docente que atua no atendimento pedagógico educacional em ambiente hospitalar e ou domiciliar, necessita de uma constante atualização em sua formação acadêmica para lidar com os desafios que se interpõem à realização de seu trabalho, no século vigente, e através de sua reflexão, é possível avaliar seu preparo e desempenho no exercício do atendimento escolar em ambiente hospitalar e domiciliar e quais medidas e atitudes podem melhorar o processo, na perspectiva inclusiva como forma de contribuição para o aprimoramento desse atendimento.

Por conseguinte, torna-se extremamente relevante o preparo e a qualificação profissional do Pedagogo, haja visto que seu perfil no Currículo do Curso de Pedagogia é atuar em diversos espaços institucionais formais e não formais e o atendimento educacional realizado em ambiente hospitalar e domiciliar é mais um dos atendimentos realizados em espaços que se afastam do cotidiano dos espaços escolares. (Ceccim, 1997 *apud* Fernandes *et al.*, 2009).

Esse profissional tem sido requisitado por diversos setores da sociedade, no entanto, precisam estar qualificados para atuar com desenvoltura para a resolução dos mais diversos problemas, para a execução e elaboração de projetos etc., e os cursos de graduação não oportunizam aos seus discentes e egressos do curso de Pedagogia, os conhecimentos necessários em relação aos novos espaços de atuação. Ao ingressarem no mercado de trabalho, são chamados para desempenhar essa nova função e terão que aprender no desenvolvimento diário de sua função. (Fireman, 2000, p.61-62 *apud* Lemos *et al.*, .2015).

Para trabalhar no âmbito não-formal, o profissional docente precisa ter um amplo conhecimento de mundo, ser capaz de articular com valores humanos, com os sistemas de comunicação, com as relações interpessoais, com currículos, práticas pedagógicas, avaliação e planejamento em contextos diversos, bem como, trabalhar com as mudanças tecnológicas, de mercado econômico e com a gestão do conhecimento, requisitos que justificam uma constante atualização em sua formação acadêmica (Fireman, 2000, p. 61-62).

As Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Pedagogia (DCNE 2006), define princípios, fundamentos e procedimentos na Educação Básica, e



orienta a organização, avaliação e desenvolvimento das ações pedagógicas nos diversos espaços. Esse documento traz informações sobre o perfil e a atuação do pedagogo, *vide*:

(...) à docência compreende atividades pedagógicas inerentes a processos de ensino e de aprendizagens, além daquelas próprias da gestão dos processos educativos em ambientes escolares e não-escolares, como também na produção e disseminação de conhecimentos da área da educação”. Mais à frente o documento incita ainda que o pedagogo deverá estar apto a “(...) trabalhar em espaços escolares e não-escolares, na promoção da aprendizagem de sujeitos em diferentes fases do desenvolvimento humano em diversos níveis e modalidades do processo educativo. (...)”. (Diretrizes Curriculares Nacionais para o curso de Pedagogia, 2005).

Conforme Fernandes *et al.*, (2022), existe a previsão nas Diretrizes que haja por parte do licenciado em Pedagogia, um conhecimento prévio sobre a atuação em ambientes não formais de educação. Esses espaços dizem respeito aos locais de educação não tradicionais, como: movimentos sociais, aldeias indígenas, ambiente hospitalar, ambiente domiciliar etc.

A modalidade de Classe Hospitalar, está elencada na Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (LBI, 2015), que conforme Fernandes (2021) sinaliza:

Considera-se pessoa com deficiência aquela que tem impedimento de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, o qual, em interação com uma ou mais barreiras, pode obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas.

Relevante destacar que o profissional docente que trabalha com o atendimento educacional hospitalar e domiciliar estará lidando com um público que é considerado com necessidades educacionais especiais, então é necessário que sejam oferecidas, ainda na formação docente, abordagens curriculares que possibilitem ao professor uma habilitação para lidar com todas as modalidades de educação. É necessário ainda que, o aluno de graduação em Pedagogia (e em outras licenciaturas também), tenha contato prático com essas modalidades, sendo oferecido pesquisa e extensão na área, pois, apesar do ensino hospitalar e domiciliar não ser algo novo no Brasil, muitos docentes, sequer sabem da existência desse campo de atuação. (Fernandes, 2021).

O Conselho Nacional de Educação, em 18 de novembro de 2018, através da resolução de número 7, estabeleceu as Diretrizes para a Extensão na Educação Superior Brasileira, disposta na Meta 12.7 da Lei Nº 13005/14.

Estabelece as Diretrizes para a Extensão na Educação Superior Brasileira e regimenta o disposto na Meta 12.7 da lei 13.005/2014, que aprova o Plano Nacional de Educação - PNE 2014- 2024 e dá outras providências.

A resolução tem por objetivo fazer a integralização da extensão nos cursos de educação superior nas modalidades de ensino presencial e também no ensino à distância. As finalidades que se buscam alcançar por meio dessas mudanças é impactar na formação e protagonismo dos estudantes proporcionando uma relação dialógica com a comunidade enfaernandesando a indissociação entre extensão ensino e pesquisa, a reflexão acerca das áreas de atuação dos profissionais, dentre outros aspectos previstos no capítulo I do documento. Tal resolução demonstra a importância da Extensão na formação dos docentes, por possibilitar vivências que vão além da sala de aula e se articulam com a pretensão de serem formados professores-pesquisadores.

Para que esses objetivos se concretizem é exigido que 10% da carga horária de todos os cursos de graduação sejam destinados à extensão. Fazendo uma associação com os campos de atuação previstas para o pedagogo, essa mudança é essencial no que tange a entrada do graduando nas modalidades de classe hospitalar, pois, com a curricularização da extensão automaticamente os alunos terão mais oportunidade de estagiar nas escolas hospitalares, fazendo com que haja mais visibilidade para a questão da atuação docente em espaços escolares não tradicionais. É importante enfatizar que essa Resolução se alinha com a Extensão já realizada nas Instituições de Educação Superior Brasileiras, nos Planos de Desenvolvimento Institucional, nos Projetos Políticos Institucionais, e ainda, nos Projetos Pedagógicos dos Cursos de graduação, o que pode ser observado nos incisos II e III do art. 8º das Diretrizes para a Extensão na Educação Superior Brasileira, *vide*:

Art. 8º Nos termos do projeto pedagógico da instituição, a integralização de estudos será efetivada por meio de:

[...]

II - práticas de docência e gestão educacional que ensejem aos licenciandos a observação e acompanhamento, a participação no

planejamento, na execução e na avaliação de aprendizagens, do ensino ou de projetos pedagógicos, tanto em escolas como em outros ambientes educativos;

III - atividades complementares envolvendo o planejamento e o desenvolvimento progressivo do Trabalho de Curso, atividades de monitoria, de iniciação científica e de extensão, diretamente orientadas por membro do corpo docente da instituição de educação superior decorrentes ou articuladas às disciplinas, áreas de conhecimentos, seminários, eventos científico-culturais, estudos curriculares, de modo a propiciar vivências em algumas modalidades e experiências, entre outras, e opcionalmente, a educação de pessoas com necessidades especiais, a educação do campo, a educação indígena, a educação em remanescentes de quilombos, em organizações não-governamentais, escolares e não-escolares públicas e privadas;

No entanto, o que ocorre, na realidade, é que muitos dos cursos superiores, nessa área de competência, não incluem disciplinas obrigatórias que abordam as necessidades especiais e as formas de trabalhar com este alunado, e nem tão pouco prepara os pedagogos para lidar com a realidade hospitalar. Geralmente, os cursos de Pedagogia dispõem apenas de uma disciplina obrigatória que aborda a Educação Especial, o que não garante que o futuro professor tenha suas necessidades atendidas quanto às formas de trabalhar com os alunos com necessidades educacionais especiais. Conforme afirma Menezes (2004), em relação ao professor de Classe Hospitalar, apenas a formação acadêmica não daria conta de preparar os pedagogos e demais licenciandos para lidar com a realidade do atendimento em ambiente hospitalar e domiciliar.

### **3 Trajetória dos Encontros Nacionais de Atendimento Escolar Hospitalar e Domiciliar**

A partir das pesquisas conduzidas e analisadas, foram obtidos resultados significativos acerca do desenvolvimento do atendimento educacional hospitalar e domiciliar. Estes resultados refletem o entendimento adquirido sobre a matéria, delineiam um panorama esclarecedor acerca das práticas e abordagens empregadas nesse contexto singular de educação, os quais são apresentados em detalhes a seguir.

O quadro abaixo apresenta o quantitativo de encontros, os respectivos locais e datas em que foram realizados, conforme se verifica abaixo.

**Quadro 2 - Lista dos Encontros Nacionais de Atendimento Educacional  
Hospitalar e Domiciliar**

ENCONTRO	ANO	LOCAL
1º	2000	RIO DE JANEIRO/RJ
2º	2002	GOIÂNIA/GO
3º	2004	SALVADOR/BA
4º	2005	PORTO ALEGRE/RS
5º	2007	CURITIBA/PR
6º	2009	NITERÓI/RJ
7º	2012	BELÉM/PA
8º	2014	SÃO PAULO/SP
9º	2016	CURITIBA/PR
10º	2019	SALVADOR/BA
11º	2021	RIO DE JANEIRO/RJ

Fonte: A autora, 2023

Os encontros nacionais de atendimento escolar hospitalar e domiciliar iniciaram no ano de 2000. Eles ocorrem bianualmente e até sua última edição, que sucedeu em 2021, perfizeram o total de onze encontros. Ao longo de tantos anos, esses eventos reúnem autoridades governamentais, desmembrados entre os entes federados, tais como os Municípios, os Estados, o Distrito Federal e a União, professores, pesquisadores e gestores nacionais e internacionais para debater, discutir e deliberar sobre o assunto. São pessoas especializadas que apresentam novos estudos e descobertas, compartilhando suas experiências, divulgando as produções acadêmico-científicas, o que representa relevantes contribuições a respeito da temática. A partir do relato dos dados e informações explanados nos Simpósios Hospitalares pode-se realizar uma análise acerca do desenvolvimento e da evolução dos atendimentos hospitalares e domiciliares no Brasil, o que se traduz na observância e obediência aos preceitos e às normas jurídicas estabelecidas para o seu exercício.



1°	02	05	03	24(21)	15 Relato de experiência	Práticas Pedagógicas	UCB UERJ UNIGRANRIO UNESA UFRGS ESP-RS
----	----	----	----	--------	--------------------------------	-------------------------	---

\*entre parênteses ( )\*- apresentações específicas de atendimento escolar hospitalar

Fonte: A autora, 2023

Conforme os Anais 1º ENSAEH, a primeira edição dos encontros nacionais de atendimento hospitalar ocorreu no ano de 2000 na cidade do Rio de Janeiro e foi a precursora na temática em relação ao atendimento escolar hospitalar e domiciliar.

O evento teve como propósito, reunir profissionais de educação e, principalmente, professores em exercício no atendimento escolar em ambiente hospitalar para realizar a troca de informações e experiências, objetivando a construção coletiva dessa modalidade escolar, no intuito de assegurar a qualidade e a qualificação na/da prestação do atendimento. (Fonseca, 2001, p. 07)

De acordo com os relatos apresentados nos anais do 1º Encontro Nacional sobre Atendimento Escolar Hospitalar, os objetivos pretendidos foram de “partilhar experiências, implementar intercâmbios e divulgar a produção acadêmico-científica na área do atendimento escolar hospitalar” (Fonseca 2001, p. 07). Em prol dos direitos e necessidades educacionais da criança e do adolescente hospitalizado, a experiência docente também ajudaria a estabelecer vínculos entre os professores, favorecendo trocas e unindo esforços para a continuidade, melhoria da qualidade e ampliação dessa modalidade de atendimento educacional garantindo, assim, o direito de escolaridade da criança ou jovem hospitalizado.

A cerimônia de abertura do 1º Encontro Nacional sobre Atendimento Escolar Hospitalar e Domiciliar destacou que o evento marcou o início de um movimento que iria se constituir ao longo de duas décadas, decisivo para o redimensionamento e possibilidade de unificação da visão sobre essa modalidade de atendimento, assegurando o reconhecimento educacional hospitalar e domiciliar e contou com a colaboração de empresas públicas e privadas conscientes da necessidade e direitos das crianças e adolescentes hospitalizados. Nas conferências realizadas, os

assuntos trazidos, deram destaque à importância da inclusão em sua efetividade, que naquele momento, configurava-se pela implantação de classes hospitalares e à escuta pedagógica que considera a livre expressão do aluno uma abordagem acolhedora e enriquecedora para a práxis profissional.

Nas mesas-redondas, os relatos versavam sobre a ausência de políticas públicas e ações efetivas. O número de classes hospitalares mostrava-se incipiente, apesar do reconhecimento da legislação desse direito como modalidade de atendimento educacional e as poucas existentes, somente funcionavam mediante empenho, dedicação e profissionalismo de idealistas.

Em dez estados e no distrito federal, contavam com 80 professores atendendo 1500 crianças ao mês, na faixa etária de 0 a 15 anos. O direito apresentava-se na teoria, mas não na prática, caracterizando-se como privilégio de poucos, o que contribuía para aumentar a desigualdade do atendimento.

Os simposiastas defendiam a elaboração de textos de Políticas Públicas Sociais que definiram como um documento, que continha objetivos, metas, definindo diretrizes e estratégias para garantir a todos o direito de acesso, ingresso e sucesso nos bens e serviços em relação à classe hospitalar, bem como, a promoção de debates e intercâmbio de propostas que reafirmam os direitos dessas crianças e jovens de exercerem sua cidadania.

O evento contou com representantes do MEC, através da Secretaria de Educação Especial, que asseguravam a inclusão de alunos com necessidades especiais no sistema educacional e reconheciam o atendimento escolar hospitalar como modalidade de atendimento educacional especializado para toda criança hospitalizada. Ressaltaram que o atendimento educacional hospitalar é um direito inalienável das crianças hospitalizadas, que o encontro é um avanço democrático desde a CF/1988 e a tarefa primordial da geração vigente é democratizar o país na esfera política e nas instituições, haja vista que o tema nuclear do encontro versa sobre o atendimento pedagógico-educacional hospitalar e domiciliar.

Destaca-se no evento o depoimento da Sra. Lecy Rittmeyer, a primeira professora da classe hospitalar do Hospital Jesus, na cidade do Rio de Janeiro, contando sua trajetória de trabalho e destacando que essa classe estava completando 50 anos de existência, o chamado “Jubileu de Ouro”. Em seu relato, a professora Lecy Rittmeyer contou que inicialmente os trabalhos eram realizados sem

vínculo com a Secretaria de Educação, havia apenas entendimentos com os diretores dos hospitais, que juntamente com autoridades educacionais, que abraçaram a causa, reivindicam unificação e regulamentação do serviço, assistência ao deficiente físico nos hospitais do estado, nas escolas públicas primárias e nos domicílios.

O atendimento educacional hospitalar e domiciliar era realizado nas enfermarias, sem instalações próprias, realizando atendimento a 80 crianças em vida escolar, em 200 leitos. O programa de trabalho continha, além da escolaridade, atividades de biblioteca com empréstimos de livros aos doentes. Nos anos seguintes foram sendo cedidos espaços (salas) do hospital e com isso a possibilidade de aplicar mais atividades variadas e também de mais professores, porém, tempos depois, houve um retrocesso por parte da saúde quando retomaram os espaços cedidos com a promessa de construir um setor escolar dentro do hospital, que não se concretizou, por acharem não haver mais necessidade de atuação, embasados no desconhecimento sobre a importância e a finalidade do atendimento educacional hospitalar e domiciliar, mesmo com previsão legal.

A professora relatou que o trabalho teve prejuízos em sua realização e conseqüentemente baixa do rendimento escolar, mesmo assim, a escola sempre procurou ter um bom relacionamento com o hospital e com seus diversos serviços e as atividades prosseguiram no mesmo formato inicial e com o tempo, surgiram projetos que envolviam novas atividades e festividades para a clientela. Os depoimentos de ex-alunos e responsáveis demonstraram contentamento e satisfação com o atendimento recebido afirmando ser o professor, a peça fundamental no desenvolvimento do atendimento educacional hospitalar e domiciliar pois realizava seu trabalho com sensibilidade e equilíbrio emocional para lidar com as reais necessidades do aluno, além de uma excelente formação profissional.

O trabalho era desenvolvido em parceria entre saúde e educação e se realizava através do atendimento pedagógico durante o período de internação dos pacientes envolvendo atividades lúdicas, de recreação e de acompanhamento escolar, com o intuito de minimizar os efeitos da hospitalização e de manter o vínculo com sua vida e rotina fora do hospital. Através do acompanhamento pedagógico para as crianças que são atendidas em sistema ambulatorial, fica evidente a importância da criança estar inserida na escola, ambiente responsável



pelo desenvolvimento da criança, assim como, a criança conviver com as diferenças humanas desde cedo para formação de sua cidadania.

Nas oficinas, houve ensinamentos a respeito dos procedimentos do trabalho do profissional que atua no atendimento pedagógico-educacional hospitalar, priorizando etapas sobre planejamento, desenvolvimento e avaliação das atividades para análise acerca de situações reais com sugestões de materiais e exercícios práticos.

O encontro desempenhou um papel inovador na abordagem do atendimento escolar em ambientes hospitalares e domiciliares. Além de pioneiro foi fundamental para divulgar e valorizar o atendimento educacional nessas condições. O evento promoveu a troca de informações e experiências entre profissionais de educação, visando a melhoria da qualidade desse serviço. Foram discutidos temas como a falta de políticas públicas efetivas e a importância da inclusão de alunos hospitalizados no sistema educacional. Apesar da participação limitada de universidades, o encontro marcou o início de um movimento significativo para a consolidação dessa modalidade de atendimento. O relato da experiência pioneira da professora Lecy Rittmeyer foi um destaque importante no evento.

### 3.2 2º Encontro Nacional de Atendimento Escolar Hospitalar e Domiciliar

**Quadro 4 - 2º Encontro Nacional de Atendimento Escolar Hospitalar e Domiciliar**

Encontro	Palestra	Mesa Redonda	Oficina	Pôster	Trabalho Comunicação Oral	Tema	Instituição
2º	—	—	—	—	Relato de Experiência Estudo de caso Depoimento	Práticas Pedagógicas	—

Fonte: A autora, 2023

Segundo Fonseca (2014), esta edição ocorreu em 2002, em Goiânia, Goiás, com total apoio da Secretaria de Educação local. Assim como na primeira edição, houve uma participação significativa de professores que atuavam em escolas hospitalares, mantendo os objetivos alinhados aos do encontro anterior. Conforme a autora foram apresentados trabalhos descritivos, como estudos de caso, relatos de experiências e depoimentos sobre atividades com crianças e jovens hospitalizados, porém, infelizmente, a compilação desses documentos não foi concluída, tornando essas informações indisponíveis.

Foi possível inferir que o evento proporcionou uma oportunidade relevante para a troca de conhecimentos e experiências entre os profissionais envolvidos no atendimento educacional hospitalar e domiciliar e embora a falta de compilação dos trabalhos possa ter limitado a disseminação e valorização dessas práticas, o encontro contribuiu para fortalecer o papel dessa modalidade de atendimento educacional, buscando assegurar a qualidade e a qualificação no serviço prestado a crianças e jovens hospitalizados.

### 3.3 3º Encontro Nacional de Atendimento Escolar Hospitalar e Domiciliar

#### Quadro 5 - 3º Encontro Nacional de Atendimento Escolar Hospitalar e Domiciliar

Encontro	Conferência	Mesa Redonda	Oficina	Pôster	Trabalho Comunicação Oral	Tema	Instituição
3º	2	—	—	21(16)	9(6)	Práticas Pedagógicas	PUC

\*entre parênteses ( )\*- apresentações específicas de atendimento escolar hospitalar

Fonte: A autora, 2023

De acordo com os Anais da terceira edição do Encontro Nacional sobre Atendimento Escolar Hospitalar e Domiciliar, o evento ocorreu nos dias 17, 18 e 19 de dezembro de 2004, na cidade de Salvador (BA) e contou com o apoio da ONG Instituto Criança Viva e das Faculdades Olga Mettig. Os objetivos almejados no encontro assemelhavam-se aos anteriores, ou seja, compartilhar vivências,

fomentando a troca de conhecimentos e expandindo os estudos à área do atendimento escolar hospitalar.

O conhecimento da experiência do “fazer docente”, contribuiria para o estabelecimento de vínculos entre os professores, favorecendo trocas e unindo esforços para a continuidade, melhoria da qualidade e ampliação dessa modalidade de atendimento educacional garantindo assim, o direito de escolaridade da criança ou jovem enfermo. Apesar da similaridade textual dos objetivos dos Encontros, a cada nova edição, os olhares sobre os direitos e necessidades da criança doente mostraram novos direcionamentos, para além da temática da educação dessa clientela. Como grupos de profissionais distintos responsabilizaram-se por realizar cada um dos encontros, ajustes eram feitos no foco do evento com vistas a atender às necessidades locais e também melhor se adequar às demandas daqueles que queriam auxiliar na realização e/ou participar do evento (Fonseca, 2014).

Os Anais da respectiva edição, contaram com a submissão de trabalhos acadêmicos cujo os assuntos abordados versavam também sobre outros assuntos além da temática do evento como o reconhecimento do direito das crianças de aprender e brincar juntos independentemente de suas características físicas, cognitivas, entre outras, priorizando a educação inclusiva através do uso eficiente dos recursos educacionais como forma de combater a segregação e o preconceito com destaque para a necessidade de uma educação igualitária para todas as crianças que as auxiliem no desenvolvimento de seus relacionamentos e as torne capazes de conviver com seus pares de maneira pacífica em sociedade.

Houve destaque para a importância da implementação de projetos que se desenvolviam através da extensão da escola inclusiva com o hospital, viabilizando o atendimento educacional hospitalar e domiciliar, que é um direito humano inerente à educação inclusiva e que possibilita a continuidade do processo educativo de crianças e jovens doentes, tais como o Projeto Hoje que era autorizado pela Superintendência de Ensino Especial da Secretaria de Educação do Estado de Goiás. Ressaltam que para se ter uma educação de qualidade e inclusiva, deveria manter o ambiente escolar ou social priorizando a diversidade humana, estimulando a construção de amizades, respeito e compreensão em detrimento da segregação das crianças que favorece o desenvolvimento do preconceito.

De acordo com os relatos dos simposiastas descritos nos Anais, no ano de 2000, o Projeto Hoje implantou treze classes hospitalares, sendo localizados dez unidades na capital e três no interior, possibilitando o atendimento de três mil e quinhentos alunos e acompanhantes analfabetos. Entre os anos de 2001, 2003 e 2004 as classes hospitalares cujos hospitais eram filantrópicos e estaduais, foram aumentando até chegar a vinte e uma classes hospitalares contando com cinquenta professores e dois coordenadores pedagógicos.

Outrossim, houve o depoimento de uma docente (Célia Martins Gonçalves - Escola Estadual Pedro Alves de Moura - Rubiataba - GO) em 2003, a respeito de uma experiência positiva proporcionada através do Projeto Hoje, em relação à escolarização da aluna Viviane da 5ª série, que teve todas as disciplinas ministradas em seu domicílio em decorrência de suas condições de saúde que a impedia de frequentar a escola regular. A aluna teve êxito em seus estudos devido ao seu empenho e participação, obtendo uma aprendizagem extraordinária que possibilitou seu desenvolvimento e que se deve à oportunidade de acesso ao conhecimento proporcionada pela comunidade escolar, sobretudo com a Secretaria de Educação de Goiás e sua equipe, que demonstraram interesse e comprometimento para com a aluna.

A palestra sob o título: “Pedagogia Hospitalar: uma necessidade inclusiva, uma possibilidade tecnológica” apresentada por Elizete Lúcia Moreira Matos, relata que com base na Declaração de Salamanca que se caracterizou por ser um marco importante para a educação inclusiva, entre outros documentos, o objetivo era garantir a educação para crianças e jovens com necessidades transitórias, priorizando um atendimento pedagógico que utilizasse tecnologias para apoiar o processo educacional. Mencionaram sobre a falta de políticas públicas ao que se refere às TICs em relação à igualdade, qualidade da educação, acessibilidade e a necessidade de avaliar o impacto delas sobre a aprendizagem e o desenvolvimento humano, utilizando as possibilidades que a tecnologia apresenta, analisando tendências, uma vez que, no contexto apresentado, que é o hospitalar, a demanda de atendimento é o infante-juvenil.

Ainda segundo a Prof. Elizete Lúcia Moreira Matos, essa prática pedagógica se configura como um grande desafio tanto para a melhora dos aspectos físico-cognitivo-psicológico das crianças e jovens envolvidos quanto para preparar e

formar os profissionais para essa nova ação educativa, em virtude do exercício de novos deveres, do respeito a espaços diferenciados e apoios, com a finalidade de uma melhor qualidade de vida, com o auxílio das TICs. A Pedagogia Hospitalar contribui para a humanização hospitalar e para a inclusão digital. Criar um ambiente virtual capaz de fazer a mediação entre escola, hospital e aluno, a partir de uma metodologia que atenda às necessidades das crianças e jovens hospitalizados e ultrapasse o contexto formal da escola.

Em sua palestra, Matos evidenciou que o atendimento ao escolar doente nos hospitais do Brasil é bastante escasso em decorrência do não reconhecimento de sua necessidade educacional especial, o que se configura como uma exclusão social e segregação institucional. É latente a necessidade da implementação de projetos e programas que flexibilizam os conteúdos curriculares e os adapte ao estado biopsicológico e social da criança/jovem enfermo pois, uma vez que a pessoa por conta do grau de severidade de sua deficiência ou impossibilidade em condições normais causadas pela doença, que incorrem numa hospitalização, a afaste do processo social normal em decorrência do tratamento de saúde que requeiram constantes internações.

Por fim, a Prof. Elizete enfatiza que os projetos representam uma proposta de ampliar os trabalhos desenvolvidos nos hospitais, tendo como suporte para as atividades pedagógicas, o uso das TIC 'S. A junção da tecnologia e o desenvolvimento humano no século XXI apresenta-se como fator de inclusão digital no contexto hospitalar, atendendo às necessidades transitórias dos alunos/enfermos.

Ao analisar o evento, podemos notar que houve uma mudança significativa no foco e abordagem em relação às edições anteriores. Enquanto nas edições anteriores o enfoque estava mais direcionado ao atendimento educacional hospitalar e domiciliar, nesta terceira edição houve uma ampliação do escopo. Essa ampliação de perspectivas demonstrou um engajamento maior na busca por uma educação mais inclusiva e igualitária.

O evento enfocou o compartilhamento de experiências e conhecimentos na área do atendimento educacional hospitalar, abordando também temas de educação inclusiva e uso de tecnologias para a inclusão digital no ambiente hospitalar. Os trabalhos apresentados ressaltaram a importância de projetos que estendam a

escola inclusiva ao hospital, garantindo o atendimento educacional hospitalar e domiciliar como direito humano inerente à educação inclusiva. Destacou-se o avanço do Projeto Hoje, com a implantação de classes hospitalares e a relevância da Pedagogia Hospitalar como uma necessidade inclusiva e ferramenta tecnológica para a continuidade educativa durante a hospitalização.

A divergência de informações entre os relatos dos simposiastas e a palestra de Matos sobre atendimento adequado para crianças doentes em hospitais no Brasil pode ser explicada pela perspectiva mais específica dos relatos nos Anais, que se concentraram no Projeto Hoje, uma iniciativa para atender classes hospitalares. Em contraste, o estudo de Matos demonstrou uma abordagem mais ampla, destacando a falta de atendimento geral e enfatizando a importância de projetos adaptados às necessidades dos alunos hospitalizados, incluindo a flexibilização curricular e o uso de tecnologias para promover a inclusão digital e humanizar o ambiente hospitalar. O evento promoveu discussões sobre educação inclusiva e o direito à educação para todos, independentemente de suas condições de saúde.

### **3.4 4º Encontro Nacional de Atendimento Escolar Hospitalar e Domiciliar**

Os anais da quarta edição (Porto Alegre, RS em 2005) do Encontro Nacional sobre Atendimento Escolar Hospitalar não foram obtidos. Segundo Fonseca (2014), a compilação dos mesmos não foi concluída e, por isso, tais documentos continuam indisponíveis. A falta de compilação desse importante evento, apesar de sua ocorrência, levanta questões sobre a perda de conhecimento, impacto limitado, falta de reconhecimento e lacunas na pesquisa. A ausência de documentação pode resultar em desperdício de esforços, dificultar futuras pesquisas e diminuir a visibilidade dos participantes. Analisar as barreiras, aprender com a situação e considerar ações corretivas são aspectos cruciais para aproveitar ao máximo eventos desse tipo. Independentemente da razão específica, é vital reconhecer o valor da compilação de eventos para preservar conhecimento e disseminar resultados e insights a um público mais amplo.

No fim das contas, a ausência de compilação de um evento significativo como o 4º Encontro Nacional de Atendimento Escolar Hospitalar e Domiciliar abre uma

oportunidade de reflexão sobre a importância da documentação, o impacto alcançado e as maneiras de aprimorar a compartilhamento de conhecimento no futuro.

### 3.5 5º Encontro Nacional de Atendimento Escolar Hospitalar e Domiciliar

**Quadro 6 - 5º Encontro Nacional de Atendimento Escolar Hospitalar e Domiciliar**

Encontro	Conferência	Mesa Redonda	Oficina	Pôster	Trabalho Comunicação Oral	Tema	Instituição
5º	—	8(4)	—	11(6)	30(11)	Práticas Pedagógicas Inclusão Projetos Ferramentas Tecnológicas	PUC/RS

\*entre parênteses ( )\*- apresentações específicas de atendimento escolar hospitalar

Fonte: A autora, 2023

O quinto Encontro Nacional sobre Atendimento Escolar Hospitalar foi realizado entre os dias 05 e 08 de novembro de 2007, no campus da PUC-PR, na cidade de Curitiba. A edição do Encontro ocorreu concomitantemente a outro evento, o Congresso Nacional de Educação (EDUCERE), grande evento da área de educação realizado periodicamente pela Pontifícia Universidade Católica do Paraná (PUC-PR).

De acordo com Fonseca (2014) A finalidade do encontro foi dar visibilidade à área de atendimento escolar hospitalar para o profissional de educação, porém, como sucedeu paralelamente a outro evento e dentro de uma programação conjunta, os propósitos foram mais amplos. Apesar da semelhança descrita, em termos gerais, dos objetivos dos Encontros, a cada nova edição os olhares sobre a

criança doente foram se ampliando para além da temática da educação dessa clientela.

A PUCPR, considerando as previsões constantes de diversos documentos oficiais tais como a Declaração Universal dos Direitos Humanos, declarações da UNESCO sobre a igualdade de oportunidades para as pessoas com deficiência e a Declaração de Salamanca que preconiza uma educação para todos, promoveu a criação de um projeto de desenvolvimento de um ambiente virtual de aprendizagem direcionado ao atendimento de crianças/jovens hospitalizados, o EUREK@kids, com o objetivo de promover a interação entre escola/hospital e criança/jovem hospitalizado, buscar alternativas à provisão dessas demandas diferenciadas em contexto hospitalar, ultrapassando os muros das escolas para dar continuidade aos estudos de crianças/adolescentes que não conseguem manter sua escolarização devido à permanência prolongada em ambiente hospitalar e domiciliar, bem como, propiciar por meio do EUREK@ Kids novas práticas educativas incorrendo na construção de conhecimentos, tendo como fonte de troca de informações, a informática e a internet.

O Hospital Infantil Pequeno Príncipe, sediado em Curitiba, desenvolve projetos para atender crianças/jovens em idade escolar e hospitalizados, desde 1987, embasados em estudos científicos, oferecendo atendimento individualizado com a finalidade de manutenção da escola. Os projetos são firmados por meio de convênios com as Secretarias Estadual e Municipal de Educação e o trabalho prático e científico realizado no hospital é teorizado no curso de Pedagogia da PUCPR que embasa os projetos pedagógicos implantados nos anos subsequentes.

Dessa forma, através do desenvolvimento de um ambiente virtual de aprendizagem para crianças/adolescentes em idade de escolarização que estejam em regime hospitalar e domiciliar poderão ser minimizados os danos causados por internações prolongadas que promovem a evasão escolar e com isso possibilitar também a abertura de novos espaços virtuais não só em contexto hospitalares, mas em outras inclusões sociais, educacionais e digitais. A proposta desse projeto, por meio de tecnologias humanizadoras, representa uma oportunidade de dar continuidade da escolarização em contexto hospitalar.



Observa-se que esta edição, além de compartilhar experiências, manteve o mesmo enfoque do evento anterior, com uma atenção especial à educação em contexto hospitalar, através da criação de ambientes virtuais. Essas iniciativas vão além de simplesmente oferecer educação a crianças hospitalizadas; elas se tornam verdadeiros catalisadores de inclusão social, educacional e digital. Ao empregar tecnologias humanizadoras, esses programas não apenas facilitam o acesso ao conhecimento, mas também proporcionam uma experiência educacional enriquecedora e personalizada. Essa abordagem inovadora não só atende às necessidades acadêmicas das crianças em situações desafiadoras, mas também promove um ambiente que valoriza a continuidade do aprendizado, fortalecendo a resiliência e a autoestima dos pequenos estudantes enfrentando circunstâncias de saúde adversas. O projeto EUREK@kids, em particular, busca expandir os espaços virtuais não só em ambientes hospitalares, mas também em outras áreas de inclusão social e educacional.

### 3.6 6º Encontro Nacional de Atendimento Escolar Hospitalar e Domiciliar

Figura 3 - Print da tela do site do 6 encontro nacional de atendimento hospitalar e domiciliar

**<http://quandoaescolaenohospital.blogspot.com/2009/09/9/anais-do-vi-encontro-nacional-de.html>**  
**Anais do VI Encontro Nacional de Atendimento Escolar - Niterói - 2009**

Anais do VI Encontro Nacional de Atendimento Escolar Hospitalar - I Encontro Internacional de Atendimento Escolar Hospitalar - I Encontro Fluminense de Atendimento Escolar – Hospitalar - Niterói - 2009

Fonte: <http://quandoaescolaenohospital.blogspot.com/2009/09> (2022).

### Quadro 7 - 6º Encontro Nacional de Atendimento Escolar Hospitalar e Domiciliar

Encontro	Conferência	Mesa Redonda	Oficina	Pôster	Trabalho Comunicação Oral	Tema	Instituição
6º	2	5(3)	—	33(19)	33(11)	Práticas Pedagógicas Currículo Avaliação Mediação I/II Gestão Formação de professores Projetos	PUC/RS UERJ UFF/RJ SME/BA

\*entre parênteses ( )\*- apresentações específicas de atendimento escolar hospitalar

Fonte: A autora, 2023

Segundo dados dos anais do sexto Encontro Nacional de Atendimento Escolar Hospitalar, o evento realizou-se nos dias 08, 09, 10 e 11 de setembro de 2009 na UNILASALLE, localizada na cidade de Niterói no estado do Rio de Janeiro, concomitantemente às reuniões e a assembleia geral da “Rede Latino-americana e do Caribe pelo direito à Educação da Criança ou Jovem hospitalizado ou em Tratamento”, com sede na cidade de Santiago no Chile. O evento teve por objetivo reunir profissionais da educação básica e do ensino superior, pesquisadores e acadêmicos das áreas da educação, serviço social, psicologia, medicina, enfermagem, entre outras áreas do conhecimento, com o intuito de partilhar suas experiências e produções sobre o atendimento escolar hospitalar e domiciliar direcionado à crianças e adolescentes hospitalizados, de forma a assegurar seu direito de acesso. Segundo Fonseca, 2014, a Secretaria de Educação da Bahia auxiliou na cobertura de parte das despesas dos professores das escolas em hospitais daquele estado para que pudessem participar do evento.

Conforme descrito nos Anais, a participação no Encontro ocorreu de duas formas: participantes com e sem submissão de trabalhos, sendo eles, palestrantes,

conferencistas e expositores de pôster comentado. Os trabalhos apresentados eram classificados em três modalidades: I) Comunicações Oraís realizadas por encomenda e organizadas em conferências ou mesas redondas compostas por profissionais que tenham experiência e/ou saberes reconhecidos no meio acadêmico ou profissionais convidados a desenvolver temáticas específicas definidas pelo Comitê Científico. II) Pôster comentado a partir de submissão de proposta encaminhada pelo interessado ao Comitê Científico do Encontro, inerente a um dos 5 eixos temáticos do Encontro. III) Exposição de quadros a partir de trabalhos realizados com as crianças/adolescentes que participaram diretamente de atendimento pedagógico em ambiente hospitalar.

Os eixos temáticos do Encontro abordaram os seguintes temas: **Currículo**- com submissão de seis trabalhos versando sobre a organização curricular do trabalho pedagógico-educacional realizado em ambiente hospitalar; **Avaliação** - 04 trabalhos que apresentem reflexão teórico-metodológica sobre os processos de avaliação da aprendizagem na prática cotidiana da escola no hospital; **Mediação (I e II)** - 13 trabalhos que apresentem análise crítica sobre práticas pedagógico educacionais desenvolvidas em ambiente hospitalar; **Gestão** - 04 trabalhos que discutam questões sobre práticas gestoras no âmbito das políticas do sistema educacional e da gestão das práticas pedagógico-educacionais desenvolvidas em ambiente hospitalar; **Formação de Professores** - 05 trabalhos que abordam reflexões acerca da formação dos profissionais de educação que atuam em classe hospitalar ou em atendimento pedagógico domiciliar.

Foi realizado um Pré-Encontro nos dias 06, 07 e 08 de setembro, no Hotel Mercure, onde aconteceram as reuniões e atividades dos membros da Rede Latinoamericana e do Caribe pelo Direito à Educação da Criança ou Jovem Hospitalizado ou em Tratamento (REDLAC EH) com participação restrita à comissão organizadora e convidados.

No Encontro Nacional de Atendimento Escolar, no dia 08 de setembro, conforme menção nos Anais, as atividades iniciaram-se com o credenciamento e a montagem de pôsteres seguidos da Conferência de abertura, cujo tema versava sobre Educação e Saúde em Debate, e finalizada com o Lançamento de Livros e Vernissage e a Exposição; “Arte e Vida”: A Poética da cor na dor. No dia 09 de setembro, na parte da manhã aconteceu a reunião da REDLAC EH com participação

restrita de membros e convidados e a Conferência sobre os desafios da Avaliação nos diversos contextos escolares. Na parte da tarde, houve duas mesas redondas que versavam sobre “O Atendimento Escolar Hospitalar: fundamentos legais e políticas públicas” e “O Atendimento Escolar Hospitalar: situação no Brasil e em outros países” respectivamente'. As mesas-redondas foram representadas por palestrantes, representantes do Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro, da Secretaria de Estado da Educação e do Fórum Estadual de Atendimento Escolar - RJ.

De acordo com os anais da edição, foram submetidos no evento, trabalhos, cujos assuntos, em sua grande maioria, eram voltados para orientação da prática pedagógica no atendimento educacional hospitalar e domiciliar, tendo como foco o desenvolvimento de projetos de lectoescrita, embasados na leitura de mundo e escrita para os alunos, de forma a contribuir para a percepção e compreensão de diversas realidades e partilhar experiências através da interação do sujeito e sua cultura. Conforme os relatos dos simposiastas, a ação pedagógica se mostra indiferente às diferenças e a forma como a conduzimos pode levar a reduzir desigualdades e no processo de tutoria e aprendizagem, o professor precisa estar atento para buscar apoio aos alunos, através da estimulação no processo de ensino e aprendizagem e a construir uma rede significativa através de suas interações.

Uma aprendizagem significativa envolvendo o cotidiano do hospital e aproximando o estudo da língua à vivência dos alunos nesta Instituição, proporcionando a melhora do quadro clínico, pois minimiza os problemas decorrentes das necessidades de internação e colabora com a reinserção da criança na rotina escolar.

A utilização das Tic's como ferramenta de aprendizagem na melhoria da qualidade de vida da criança hospitalizada e a iniciação digital, seja ela lúdica, pedagógica ou até mesmo como recurso terapêutico do aluno-paciente, minimizando os problemas decorrentes das necessidades de internação, proporcionando a melhora do quadro clínico e colaborando com a reinserção da criança na rotina escolar. Reiteração da necessidade do rompimento do discurso e pensamento sobre a importância da presença do professor somente na aplicação de atividades recreativas e terapêuticas para aliviar tensões causadas pelo processo de internação em detrimento da garantia do processo de escolarização essencial para

seu desenvolvimento integral. Desenvolvimento de atividades artísticas que enriquecem as ações pedagógicas que através de seu caráter lúdico e educativo, promove na criança o desejo de expressar seu potencial criador, desenvolvendo sua percepção, sensibilidade e imaginação e ampliando seus horizontes culturais. Alguns trabalhos evidenciaram a importância das produções acadêmicas para a compreensão da Pedagogia Hospitalar que demonstraram ser em maior número também sobre as práticas pedagógicas no período entre os anos de 2000 e 2008.

A formação do profissional para atuar na classe hospitalar, sobretudo no curso de Pedagogia, que deve ofertar um aporte teórico mais amplo que possibilite atuar em áreas específicas tais como a Pedagogia Hospitalar foi tema de algumas produções acadêmicas demonstrando ser imprescindível ter uma escuta pedagógica, considerando as perspectivas de cada um como, desejo de cura, retorno para a família entre outros, de forma a entender melhor o mundo da criança, interagir com ela em suas particularidades, contribuindo para uma melhor recuperação.

O perfil do profissional é fator determinante na promoção da resiliência na criança hospitalizada com a educação em ambiente hospitalar. Essa promoção de resiliência se dá em decorrência do atendimento pedagógico hospitalar ao gerar a percepção de que o hospital e a sociedade acreditam na volta ao mundo da criança enferma. A continuidade da escolarização cria esperança, uma perspectiva de vida.

Outro tema constante dos anais, abordado pelos participantes do simpósio, foi sobre o currículo da classe hospitalar, asseverando a implementação de atividades pedagógicas próprias para o aluno que deu entrada no hospital, enquanto aguarda o currículo da escola de origem, sempre considerando as condições e limitações do aluno, flexibilizando e adaptando os conteúdos acrescido de uma complementação específica de acordo com as necessidades do aluno que se constitui por ser um desafio. As atividades ministradas tais como, projetos de datas comemorativas, pesquisas, dicionários, músicas, poemas, poesias, textos informativos, narrativos, jogos, vídeos, internet etc., tinham que estar direcionadas ao atendimento das necessidades de aprendizagem para manter o vínculo com as escolas de forma a favorecer o retorno ou ingresso do aluno hospitalizado às escolas de forma adequada, sempre respeitando o direito de escolha e interesse do aluno.

O evento reuniu profissionais da educação para compartilhar experiências e discutir o atendimento a crianças e adolescentes hospitalizados. Os temas abordados foram ampliados e diversificados, com ênfase no profissional atuante e nas práticas implementadas. Foram discutidos assuntos como currículo, formação de professores e uso de tecnologias na educação hospitalar. Destacou-se a importância da continuidade da escolarização em ambiente hospitalar para a recuperação dos alunos e promoção da resiliência. Estratégias pedagógicas específicas e adaptações curriculares foram apresentadas para atender às necessidades dos alunos hospitalizados. A inclusão social e educacional das crianças hospitalizadas foi enfatizada, com destaque para o projeto EUREK@kids, um ambiente virtual de aprendizagem. O evento buscou promover a educação inclusiva e de qualidade mesmo em situações desafiadoras como a internação hospitalar.

### 3.7 7º Encontro Nacional de Atendimento Escolar Hospitalar e Domiciliar

Figura 4 - Capa do documento/Anais do 7º encontro nacional de atendimento hospitalar e domiciliar



Fonte: Pôster - 7º Encontro Nacional Atendimento escolar hospitaar (2012)

### Quadro 8 - 7º Encontro Nacional de Atendimento Escolar Hospitalar e Domiciliar

Encontro	Conferência	Mesa Redonda	Oficina	Pôster	Trabalho Comunicação Oral	Tema	Instituição
7º	1	4(3)	1	14(8)	30(12)	Práticas Pedagógicas Inclusão Formação Docente	PUC/SP UEMPA UFPA UNAMA/PA UFBA UFPI UFPE USP PUC/PR UERJ UNEB UEFS USAL- BUENOS AIRES- ARGENTINA UFPR UNICAMP UEPG UFES FACINTER

\*entre parênteses ( )\*- apresentações específicas de atendimento escolar hospitalar

Fonte: A autora, 2023

O sétimo Encontro Nacional de Atendimento Escolar Hospitalar aconteceu nos dias 12, 13 e 14 de junho de 2012, em conjunto com o 1º Seminário de Educação Popular e Saúde no espaço físico da Universidade Federal do Pará na cidade de Belém e teve o apoio, além desta instituição federal de ensino, do Governo do Pará e da Universidade do Estado do Pará.

Segundo os anais da referida edição, os trabalhos apresentados referiram-se às questões educacionais no ambiente hospitalar e domiciliar cujos temas versavam sobre o perfil do profissional, sobre inclusão e em sua grande maioria às práticas

pedagógicas realizadas, mas também houve trabalhos referentes às questões de saúde, tendo como autores, professores atuantes nas classes hospitalares, representantes de escolas estaduais e secretarias de educação, universidades, associações, médicos e enfermeiros.

O encontro aconteceu em conjunto com o 1º Seminário de Educação Popular e Saúde, na Universidade Federal do Pará, com o apoio do Governo do Pará e da Universidade do Estado do Pará. Os assuntos e os participantes envolvidos foram diversificados, apresentando trabalhos que abordaram temas educacionais no ambiente hospitalar e domiciliar, incluindo o perfil do profissional, práticas pedagógicas, inclusão e questões de saúde. Os autores dos trabalhos foram diversos, incluindo professores atuantes nas classes hospitalares, representantes de escolas estaduais e secretarias de educação, universidades, associações, médicos e enfermeiros.

A diversidade de assuntos e participantes no evento não apenas refletiu a riqueza temática abordada, mas também destacou a interseção crucial entre questões educacionais e de saúde, mantendo-se alinhado com o histórico de eventos anteriores. A variedade de tópicos demonstrou a complexidade inerente à interconexão entre essas duas esferas, ressaltando a necessidade de uma abordagem integrada para abordar efetivamente desafios contemporâneos. A interação dinâmica entre profissionais oriundos de diversas áreas de expertise não apenas enriqueceu as discussões, mas também promoveu uma visão holística, evidenciando a importância da colaboração interdisciplinar. Essa sinergia entre diferentes disciplinas não apenas aprimora a compreensão dos temas discutidos, mas também oferece perspectivas valiosas para desenvolver soluções inovadoras e abrangentes, reforçando a ideia de que a colaboração é essencial para enfrentar desafios complexos e multifacetados na interseção da educação e da saúde.



### 3.8 8º Encontro Nacional de Atendimento Escolar Hospitalar e Domiciliar

**Quadro 9 - 8º Encontro Nacional de Atendimento Escolar Hospitalar e Domiciliar**

Encontro	Conferência	Mesa Redonda	Oficina	Pôster	Trabalho Comunicação Oral	Tema	Instituição
8º	5(2)	20(11)	4(2)	32(12)	28(15)	Práticas Pedagógicas	PUC/SP UEMPA

Fonte: A autora, 2023

O oitavo Encontro Nacional de Atendimento Escolar Hospitalar e Domiciliar ocorreu entre os dias 26 e 28 de maio de 2014 no espaço físico da Universidade Federal de São Paulo, dispondo do suporte da própria instituição federal de ensino e dos órgãos educacionais no âmbito estadual e municipal, dentre outros e com o apoio do Sistema de Ensino Objetivo. O evento aconteceu concomitantemente com o 1o Simpósio Internacional de Psicomotricidade. (Fonseca, 2015)

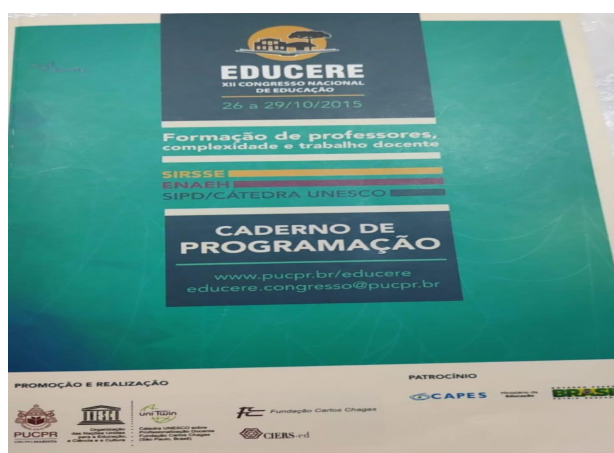
Segundo informações extraídas do Educere, uma comissão científica foi constituída para discutir aspectos teórico-metodológicos do atendimento escolar da criança doente e visar questões de logística para os próximos encontros, objetivando uma maior participação dos professores das crianças doentes e fomentar junto aos gestores educacionais das esferas municipal, estadual e federal, o cumprimento do serviço de atendimento educacional hospitalar e domiciliar tão importante para a sociedade, previsto na Constituição Federal, conforme o informativo semestral (ano 15, nº 28), junho de 2014, Atendimento escolar hospitalar (UERJ).

De acordo com os dados obtidos, o evento teve o intuito de partilhar as informações sobre as práticas pedagógicas realizadas em ambiente hospitalar e domiciliar, pensar na estrutura e organização dos encontros futuros e incitar o cumprimento constitucional do serviço de atendimento educacional hospitalar e domiciliar por parte das autoridades.

O evento proporcionou discussões sobre o atendimento educacional a crianças doentes e em domicílio. Recebeu apoio de instituições de ensino e órgãos educacionais, focando em aspectos teórico-metodológicos do atendimento escolar. Buscou envolver professores e gestores para cumprir o serviço previsto na Constituição Federal. Com a participação de profissionais de várias áreas, foram promovidas reflexões e soluções para aprimorar o acesso à educação em contextos de saúde desafiadores. A abordagem de questões de saúde e educação não apenas ressaltou a importância de garantir o direito à educação em situações difíceis, mas também evidenciou a interconexão vital entre bem-estar físico e desenvolvimento acadêmico. A sinergia entre profissionais de saúde e educadores emergiu como um ponto crucial, destacando a necessidade de colaboração para otimizar o suporte integral aos alunos. Em resumo, o encontro serviu não apenas como um fórum de conscientização, mas como um catalisador para a melhoria contínua das práticas educacionais, promovendo um ambiente que nutre tanto a saúde quanto o aprendizado em circunstâncias desafiadoras.

### 3.9 9º Encontro Nacional de Atendimento Escolar Hospitalar e Domiciliar

Figura 5 Capa do documento - 9º encontro nacional de atendimento hospitalar e domiciliar



Fonte: EDUCERE (2015)

### Quadro 10 - 9º Encontro Nacional de Atendimento Escolar Hospitalar e Domiciliar

Encontro	Conferência	Mesa Redonda	Oficina	Pôster	Trabalho Comunicação Oral	Tema	Instituição
9º		9		23(20)	56 (45) -COM 25 (22) -RE	Formação de Professores, complexidade e trabalho docente	UNIFESP UERJ UEM UFRJ UFS PUCPR SME-CURITIBA UFPR UNIVILLE UNESP PUC-SP SEED-PR SEDUC-PA UEPA SEED-BA UFES UFC UNICAMP FURB UFRN UFSCAR UNIPLAC

\*entre parênteses ( )\*- apresentações específicas de atendimento escolar hospitalar

Fonte: A autora, 2023

O nono Encontro Nacional de Atendimento Escolar Hospitalar e Domiciliar ocorreu de 26 a 29 de outubro de 2015 na cidade de Curitiba no estado do Paraná, juntamente com outros eventos, o III Seminário Internacional de Representações Sociais, Subjetividade e Educação - SIRSSE, o V Seminário Internacional sobre Profissionalização Docente (SIPD/CÁTEDRA UNESCO. Todos os eventos

contribuíram para a composição do XII Congresso Nacional de Educação (EDUCERE) promovendo diálogos e discussões acerca do tema: "Formação de Professores, complexidade e trabalho docente". O congresso contou com a participação de Professores da Educação Básica e da Educação Superior, Pesquisadores, Estudantes da Graduação e Pós-Graduação nacionais e internacionais, cujos trabalhos de Comunicação (COM) e Relatos de Experiência (RE), foram inscritos por modalidades, especificamente no GT-12- Educação, Saúde e Pedagogia Hospitalar, aprovados para apresentação, porém, reprovados pelo Comitê Científico - Educere/2015. As palestras referiram-se à proposta para docentes na classe hospitalar e à formação de professores para atuação na Pedagogia Hospitalar, às práticas lúdicas e educacionais na brinquedoteca hospitalar, às questões de princípios, políticas e práticas de uma educação para todos, às lacunas na política brasileira de classes hospitalares. Os assuntos das mesas redondas abordaram o atendimento pedagógico ao escolar hospitalizado no município de Curitiba, sua organização e funcionamento, bem como o atendimento pedagógico domiciliar (APD). Trabalhos sobre o Fórum de classe hospitalar, movimentos sociais e ações de professores de Salvador- BA; Políticas Públicas, projetos de lei, leis e decretos em defesa da educação nos hospitais, práticas pedagógicas , possibilidades e vivências em brinquedoteca e formação dos professores, educação e saúde no atendimento pedagógico ao escolar em tratamento de saúde, processo de implementação de classes hospitalares- discussões e caminhos possíveis , articulação entre a educação e a saúde e suas características.

O evento congregou uma audiência diversificada, composta por professores da educação básica e superior, pesquisadores e estudantes, todos engajados em discussões profundas sobre temas cruciais relacionados à formação de professores, complexidade e trabalho docente. O Grupo de Trabalho 12 (GT-12), focado em Educação, Saúde e Pedagogia Hospitalar, desempenhou um papel vital ao receber trabalhos de comunicação e relatos de experiência, embora alguns tenham sido reprovados pelo rigoroso escrutínio do Comitê Científico.

As palestras ofereceram uma abordagem abrangente, explorando a formação de professores para atuação na Pedagogia Hospitalar, práticas educacionais na brinquedoteca hospitalar, educação inclusiva e questões políticas relevantes. As

mesas-redondas, por sua vez, proporcionaram um espaço crucial para aprofundar a compreensão do atendimento pedagógico ao escolar hospitalizado e domiciliar. A diversidade de trabalhos apresentados abordou temas que vão desde análises de políticas públicas até práticas pedagógicas inovadoras, destacando a interligação intrínseca entre educação e saúde no contexto hospitalar. Este encontro não só serviu como plataforma de compartilhamento de conhecimento, mas também estimulou reflexões substanciais sobre o papel integrado da educação e da saúde na promoção de abordagens mais eficazes no ambiente hospitalar.

### 3.10 10º Encontro Nacional de Atendimento Escolar Hospitalar e Domiciliar

Figura 6 - Reprodução da Capa do documento do cronograma do 10º encontro nacional de atendimento hospitalar e domiciliar



Fonte: III Encontro Baiano sobre Atendimento Hospitalar e Domiciliar (2019)

### Quadro 11 - 10º Encontro Nacional de Atendimento Escolar Hospitalar e Domiciliar

Encontro	Conferência	Mesa Redonda	Oficina	Pôster	Trabalho Comunicação Oral	Tema	Instituição
10º	1	10(3)	—	12	24	Educação Tempos e lugares da classe hospitalar e domiciliar no Brasil	UFBA UFPA UFRJ PUC-PR/SESAPI UFBA-UNEP ABPp UFBA-UNINASSAU UNEB UERJ FME- NITERÓI PPG-SORIANA UFF/FABEL UEFS UFMS CMPDI/UFF UNIFACS UCSAL-FBB SMED-SALVADOR SEC-BA COORD. VIVA BAHIA

\*entre parênteses ( ) - Atividades- III Encontro Baiano de Classe Hospitalar e Domiciliar

Fonte: A autora,2023

O décimo Encontro Nacional de Atendimento Escolar Hospitalar e Domiciliar ocorreu nos dias 16,17 e 18 de maio do ano de 2019, na Faculdade Batista Brasileira, localizada na cidade de Salvador no estado da Bahia, juntamente com o III encontro baiano sobre Atendimento Hospitalar e Domiciliar. Não houve publicação dos Anais, somente alguns registros em relação ao evento que teve por tema: Educação: Tempos e lugares da classe hospitalar e domiciliar no Brasil e em sua abertura, que ocorreu no dia 16 no Centro de Cultura da Câmara Municipal de

Salvador, contou com uma mesa institucional e apresentação cultural com roda de samba: Grupo Renascer-Osid. A seguir, houve uma conferência de abertura intitulada por “Concepções Curriculares e a nova política educacional: Complexidade, Redes, Perspectivas e Construção de Conhecimentos à Classe Hospitalar”, tendo por conferencista o Prof Dr. Roberto Sidnei Macedo da Faced-UFBA.

Os assuntos das mesas redondas versaram sobre políticas públicas e a relação entre a práxis pedagógica e currículo em relação à classe hospitalar; sobre a pesquisa na formação do professor atuante no hospital e a importância do conhecimento psicopedagógico para a atuação profissional. Abordou questões sobre a educação de jovens e adultos no hospital e a importância do brinquedo e do brincar nas práticas da educação no hospital. Pontos de contato entre a educação especial e inclusiva e a educação em ambiente hospitalar; sobre a importância na interação professor/aluno e a equipe multiprofissional e os processos de avaliação e gestão da educação na classe hospitalar.

No dia 17, houve o Simpósio: Mec contando com a participação de professores representantes das universidades GEINE/UFBA-SMED, UERJ-CMPDI/UFF e da UFMS e da Coordenadora Geral de Currículo, Metodologias e Material Didático da Educação Especial- Mec. Teve apresentação dos pôsteres, cujos assuntos eram a respeito do impacto das atividades da classe hospitalar na hospitalização infantil, sobre a importância da brinquedoteca no ambiente hospitalar, sobre o uso de lendas na classe hospitalar e do uso do mapa conceitual como recurso pedagógico nas classes hospitalares; sobre o processo de formação de professores para atuação nas classes hospitalares e domiciliares do município de Itabuna. Tratou sobre docência, pesquisa, extensão, atendimento pedagógico e núcleo de educação especial e inclusiva da Uerj, da sequência didática como instrumento pedagógico para aprendizagem significativa na classe hospitalar. Aludiu sobre a base legal da modalidade educacional hospitalar e domiciliar (EJA) , sobre a implantação da classe hospitalar em uma enfermaria pediátrica no município de Crato-CE, sobre a Pedagogia Hospitalar na formação docente do curso de Pedagogia da UFAL, as contribuições da classe hospitalar na promoção da saúde do aluno paciente e o professor em classe hospitalar e atendimento pedagógico-desafios na formação continuada.

Professores Doutores das universidades UFRJ, PUC/PR/SESAPI e FME-Niterói discutiram sobre o cenário atual da classe hospitalar no Brasil, seguida de uma mostra pedagógica com roda de conversa e apresentação dos estados. Aconteceu um café científico realizado por estudantes e congressistas das universidades FBB, GEINE-UFBA-SMED e UCSAL, versando sobre Metodologia Colaborativa na Perspectiva Crítica: Quem ensina e quem aprende na classe hospitalar?, o lançamento de livros e o encerramento com apresentação cultural e contação de histórias. No dia 18, as atividades que aconteceram foram em relação ao III encontro baiano.

Os assuntos abordados pelas mesas redondas tratavam das experiências práticas da classe hospitalar na Bahia, da contação de história e o riso como atividade pedagógica e terapêutica, do brincar na infância como dispositivo de aprendizagem e desenvolvimento da pessoa em situação de adoecimento e internação, sobre o cenário político e as bases curriculares para atuação pedagógica na classe hospitalar, avaliação pedagógica do estudante em situação de adoecimento e internação: encaminhamentos à classe comum e metodologias para a atuação no atendimento domiciliar.

Os trabalhos apresentados versaram sobre a legislação e a efetivação das políticas de educação especial na região nordeste do Brasil; sobre formação de professores numa perspectiva inclusiva humanizada para garantir educação para todos, sobre inteligência emocional: gerenciamento das emoções e empatia no perfil do professor da classe hospitalar; sobre projetos, tecnologias no contexto do atendimento pedagógico domiciliar, sobre concepção do professor sobre o currículo da escola hospitalar à luz da teoria das representações sociais; sobre curso “Atendimento educacional em ambiente hospitalar e domiciliar”, sobre a implantação de atividades pedagógicas com crianças em tratamento oncológico e o reingresso escolar em oncologia, as contribuições da classe hospitalar na promoção da saúde do aluno paciente; diálogos, desafios e sentidos da prática educativa no contexto hospitalar; sobre a aula-oficina como uma possibilidade metodológica para o ensino nas classes hospitalares e domiciliares. A informação no contexto lúdico e o processo de tratamento e cura em hospitais pediátricos: uma experiência no hospital da criança na Bahia; desafios da classe hospitalar multisseriada, sobre a legislação e a efetivação das políticas de educação especial na região nordeste do Brasil,



sobre o relato de experiência do 1º atendimento pedagógico domiciliar para uma criança com paralisia cerebral no sertão da Bahia e a alfabetização de jovens e adultos, seguida de uma mostra pedagógica com roda de conversa: apresentação dos estados. Na sequência, houve uma sessão plenária, onde o evento foi avaliado através de votação aberta e apresentação de propostas para o próximo evento bianual com registro e construção da ata pelo Comitê Gestor Nacional. O encerramento se deu com uma apresentação teatral.

O encontro destacou a importância do atendimento educacional em ambientes hospitalares e domiciliares não somente para a modalidade infantil, mas também para a modalidade da Educação de Jovens e Adultos- (EJA). Contou com a participação de diversas universidades e profissionais de educação. O evento incluiu mesas redondas, simpósio, pôsteres, conferências, mostra pedagógica e sessão plenária, abordando temas como políticas públicas, formação de professores, metodologias pedagógicas, educação especial, tecnologias, entre outros. Os participantes também avaliaram o evento e propuseram ideias para o próximo encontro bianual.

Durante as discussões, houve uma ênfase significativa nas práticas pedagógicas aplicadas no contexto da classe hospitalar e domiciliar. Os participantes analisaram e compartilharam experiências sobre abordagens educacionais eficazes, levando em consideração as necessidades especiais dos alunos em ambientes de saúde. Além disso, o perfil dos docentes atuantes foi minuciosamente explorado, destacando as habilidades essenciais e a adaptabilidade necessárias para enfrentar os desafios únicos desse cenário. As conversas também abrangeram questões cruciais relacionadas à legislação e políticas públicas, buscando promover um entendimento aprofundado das estruturas regulatórias e seu impacto na educação em situações não convencionais. Essa abordagem abrangente proporcionou uma visão holística e enriquecedora para aprimorar ainda mais o ambiente educacional em contextos tão sensíveis.

### 3.11 11º Encontro Nacional de Atendimento Escolar Hospitalar e Domiciliar

Figura 7 - Foto da capa dos Anais do 11º Encontro Nacional de Atendimento Escolar Hospitalar e Domiciliar



Fonte: <https://www.nucleoneei.org>. (2021)

### Quadro 12 - 11º Encontro Nacional de Atendimento Escolar Hospitalar e Domiciliar

Encontro	Conferência	Mesa Redonda	Oficina	Pôster	Trabalho Comunicação Oral	Tema	Instituição
11º		06			102	Campo Interdisciplinar do atendimento Educacional em classe hospitalar e domiciliar: políticas, formação e práticas.	UERJ FEBF UFES UFMS UFG UFAC UEG UFF PGCTIN FACULDADE COLÉGIO APHONSIANO

Fonte: A autora, 2023.

O décimo primeiro Encontro Nacional de Atendimento Escolar Hospitalar e Domiciliar ocorreu nos dias 15, 16 e 17 do mês de Outubro de 2021 concomitantemente ao 1º Simpósio Internacional de Atendimento Escolar Hospitalar e Domiciliar/GIEI tendo como anfitrião o Núcleo de Educação Especial e Inclusiva da Universidade Estadual do Rio de Janeiro- NEEI/UERJ, apresentado pela Profª Drª Ediclea Mascarenhas Fernandes ao final do 10º Encontro Nacional de Atendimento Escolar Hospitalar e Domiciliar realizado na Bahia.

De acordo com os Anais do evento, em virtude da pandemia pelo SARS COV-2 vírus, o evento ocorreu de modo online pela plataforma 09\_y88g. As apresentações das mesas redondas se deram através das plataformas síncronas Stream Yard/ Youtube e para comunicações orais na plataforma Meet.

A pandemia causada pela doença Covid-19, que aconteceu em 2020, acarretou milhares de mortes no mundo e na tentativa de controlar esse fenômeno e o contágio, a Organização Mundial de Saúde decretou o isolamento das pessoas. Esses fatores, somados à ausência de uma vacina, geraram inúmeras dificuldades, medos e incertezas que trouxeram um sentimento de acinesia diante de tantos planos e projetos que ficaram pendentes nas práticas, na docência e na pesquisa.

Segundo relatos dos Anais do décimo primeiro encontro, diante dessa realidade, no decorrer do ano de 2020, estudantes, docentes e pesquisadores, ambos resilientes, em vista da necessidade, foram aprendendo a se manter conectados e a produzir de modo on-line. Foram criados sites, canais de youtube e organizadas lives com o intuito de preservar a docência e pesquisa. Em 2021 foi iniciada a trajetória de planejamento e construção do décimo primeiro Encontro, respaldados e auxiliados agora, por ferramentas tecnológicas.

A Comissão Organizadora realizou encontros semanais para realizar o planejamento do evento ao longo do ano de 2021. Foram desenvolvidos encontros regionais entre os meses de junho a agosto, através da plataforma meet com professores e pesquisadores locais do referido campo temáticos., contemplando 67 participantes do estado do Rio de Janeiro no dia 24 de Junho, 20 participantes do estado do Pará no dia 29 de junho, 50 participantes do estado Espírito Santo no dia 08 de julho, 30 participantes do estado da Bahia no dia 14 de julho, 35 participantes do estado do estado do Acre, no dia 20 de julho, 64 participantes da região Centro-Oeste no dia 22 de julho e 55 participantes do estado de São Paulo no dia 07 de

agosto. Os participantes dos encontros regionais, puderam apresentar os temas que julgaram importantes no campo das políticas e práticas com o intuito de organizar as mesas de debates no seminário que se realizaria no mês de outubro do mesmo ano, conforme figura abaixo:

Figura 8 Pré- Encontros Regionais de Atendimento Nacional de Atendimento Escolar Hospitalar e Domiciliar

**PRÉ-ENCONTRO DO RIO DE JANEIRO**  
DIA 24 DE JUNHO DE 2021  
De 13 às 17h  
evento on-line e gratuito  
Faça já sua inscrição através do e-mail:  
neei.uerj@gmail.com  
-Vagas limitadas -  
VEM AÍ...  
15 a 17 de outubro

**PRÉ-ENCONTRO ESTADO DO PARÁ**  
DIA 29 DE JUNHO DE 2021  
De 16:00 às 18:00h  
evento on-line e gratuito  
Faça já sua inscrição através do e-mail:  
nildeapoluceno@gmail.com  
-Vagas limitadas -  
VEM AÍ...  
15 a 17 de outubro

**PRÉ-ENCONTRO DO ESPÍRITO SANTO**  
DIA 08 DE JULHO DE 2021  
De 18:30 às 20:30h  
evento on-line e gratuito  
Faça já sua inscrição através do e-mail:  
anakarynecongressochd2021@gmail.com  
-Vagas limitadas -  
VEM AÍ...  
15 a 17 de outubro

**PRÉ-ENCONTRO DA BAHIA**  
DIA 14 DE JULHO DE 2021  
De 18:30 às 20:30h  
evento on-line e gratuito  
Faça já sua inscrição através do e-mail:  
preencontrobahia@gmail.com  
-Vagas limitadas -  
VEM AÍ...  
15 a 17 de outubro

**PRÉ-ENCONTRO ESTADO DO ACRE**  
DIA 20 DE JULHO DE 2021  
De 15h às 17h (horário do Acre)  
De 17h às 19h (horário de Brasília)  
evento on-line e gratuito  
Faça já sua inscrição através do e-mail:  
chdacre@gmail.com  
-Vagas limitadas -  
VEM AÍ...  
15 a 17 de outubro

**PRÉ-ENCONTRO DO CENTRO-OESTE**  
Dia 22 de julho de 2021  
De 14h às 18h  
inscrições gratuitas pelo LINK:  
<https://forms.gle/kry8U71uMUcYfgq7>  
Maiores informações pelo e-mail:  
pre.eventocentroeste@gmail.com  
-Vagas limitadas -  
VEM AÍ...  
15 a 17 de outubro

**PRÉ-ENCONTRO DE SÃO PAULO**  
DIA 07 DE AGOSTO DE 2021  
De 08h30 às 12h  
evento on-line e gratuito  
Faça já sua inscrição através do e-mail:  
preencontrosao paulo@gmail.com  
-Vagas limitadas -  
VEM AÍ...  
15 a 17 de outubro

**11º. ENCONTRO NACIONAL DE ATENDIMENTO ESCOLAR HOSPITALAR E DOMICILIAR**  
1º. Simpósio Internacional de Atendimento Escolar Hospitalar e Domiciliar / GIEI  
Tema do Encontro/2021:  
"Campo interdisciplinar do atendimento educacional em classe hospitalar e domiciliar: políticas, formação e práticas."  
Palestras - Mesas Redondas - Comunicação Oral  
VEM AÍ...  
15 a 17 de outubro  
evento on-line e gratuito

Fonte: A autora, 2023.

Conforme relatos dos Anais do décimo primeiro encontro, no dia 15 de outubro, a abertura do evento ocorreu juntamente com a celebração do dia dos professores representando um presente para todos os envolvidos, professores, alunos e famílias, bem como, um alento para os corações que sofreram perdas, nesse momento tão difícil.

O evento teve como tema: "Campo Interdisciplinar do atendimento educacional em classe hospitalar e domiciliar: políticas, formação e práticas" que se subdividiram em três eixos temáticos: Políticas, formação e práticas". Foram realizadas 300 inscrições preliminares totalmente gratuitas atreladas ao envio de trabalhos acadêmicos, sendo eles, pesquisa completa, em andamento ou relato de experiências e houve a possibilidade de participação nas mesas redondas, obtendo certificação em 60% do evento, para os que não realizaram inscrição prévia. As mesas foram disponibilizadas em links na página do congresso e atualmente estão alojadas no canal do Youtube do NEEI UERJ, conforme abaixo:

Capa das mesas-redondas do 11º Encontro Nacional de atendimento escolar hospitalar e domiciliar



Fonte: [www.youtube.com](http://www.youtube.com)

As mesas redondas realizadas no evento, envolveram profissionais da área da educação e saúde tais como, professores, pesquisadores, gestores públicos e representantes de organizações civis para dialogar sobre temas como a importância da educação nesse contexto, sobre desafios e avanços na implementação de

classes hospitalares, sobre as melhores práticas pedagógicas para lidar com os pacientes, dentre outros tópicos relevantes. Foram construídos quadros para fornecer uma visão geral das informações discutidas e dos participantes nas mesas.

A seguir, mesa-redonda de abertura apresentando o evento e demonstrando detalhadamente as etapas de sua construção.

### Mesa-Redonda de Abertura



Fonte: <https://www.youtube.com/live/5d9k7SaqjBU?feature=share>

### Quadro 13 - Mesa redonda de abertura do 11º Encontro Nacional de Atendimento Escolar Hospitalar e Domiciliar

MESA	DATA	LINK	PARTICIPANTES
Mesa de abertura	15/10/2021	<a href="https://www.youtube.com/live/5d9k7SaqjBU?feature=share">https://www.youtube.com/live/5d9k7SaqjBU?feature=share</a>	EDICLEA M. FERNANDES (UERJ)
			JUCELIA GRANEMANN MEDEIROS – (UFMS)

Fonte: A autora ,2023.

A mesa-redonda de abertura serviu como a introdução oficial do evento. Nessa ocasião, os participantes tiveram a oportunidade de conhecer detalhadamente o evento, desde a sua concepção até a sua realização. A mesa-

redonda abordou de maneira abrangente as diversas etapas envolvidas na construção do evento, proporcionando uma visão holística do processo organizacional.

Durante essa sessão, os organizadores compartilharam informações essenciais sobre o propósito do evento, seus objetivos principais e como cada componente foi cuidadosamente planejado. A apresentação minuciosa permite que os participantes compreendam não apenas a estrutura do evento, mas também a dedicação e a colaboração envolvidas em sua realização. Este momento de abertura oferece insights valiosos sobre o evento, bem como estabeleceu uma base sólida para as discussões e interações que ocorreram ao longo do encontro.

#### Mesa-Redonda I Universidades - 15/10/21



Fonte: <https://www.youtube.com/live/L2j8LK3jSKA?feature=share>

#### Quadro 14 - Mesa-Redonda I do 11º Encontro Nacional de Atendimento Escolar Hospitalar e Domiciliar

MESA	DATA	LINK	PARTICIPANTES
Mesa-Redonda I	15/10/2021	<a href="https://www.youtube.com/live/L2j8LK3jSKA?feature=share">https://www.youtube.com/live/L2j8LK3jSKA?feature=share</a>	UNIVERSIDADES: (UEPA, UFES, UFG, UESC, UFSP, ESCOLA PAULISTA DE MEDICINA, UNIVERSIDADE DE PORTO, UFSCAR, UEG, UFGO, PUC/GO, UFMS, UERJ, FEBF, NEEI.)

Fonte: A autora, 2023.

A mesa-redonda I apresentou informações e relatos de experiências de representantes de universidades acerca do desenvolvimento do atendimento educacional hospitalar e domiciliar.

O tema central abordado foi o papel das universidades no âmbito interdisciplinar do atendimento educacional em classes hospitalares e domiciliares, destacando sua influência na formação de professores e no suporte às políticas públicas. Foram apresentados dados relativos a parcerias extensionistas, programas de iniciação à docência, estágio interno complementar, encontros e assessorias a redes de ensino, além do destaque para programas de pós-graduação *stricto sensu*. O grupo de pesquisa também demonstrou seu impacto por meio da publicação de livros, evidenciando o desenvolvimento de ações significativas nessa área visando aprimorar o suporte educacional em ambientes hospitalares e domiciliares, criando ambientes mais adequados, integrados e eficazes, com o objetivo claro de assegurar que crianças que enfrentam desafios de saúde recebam uma educação de alta qualidade.

### Mesa-Redonda II Redes Públicas Estaduais - 15/10/21



#### MESA-REDONDA II Redes Públicas Estaduais 15/10/2021

Núcleo NEEI UERJ · 519 visualizações · Transmitido há 1 ano

Fonte: [https://www.youtube.com/live/9\\_hLowjiVjl?feature=share](https://www.youtube.com/live/9_hLowjiVjl?feature=share) (2021)



**Quadro 15 - Mesa-Redonda II do 11º Encontro Nacional de Atendimento Escolar Hospitalar e Domiciliar**

MESA	DATA	LINK	PARTICIPANTES
Mesa-Redonda II	15/10/2021	<a href="https://www.youtube.com/live/9_hLowjiVjl?feature=share">https://www.youtube.com/live/9_hLowjiVjl?feature=share</a>	REDES PÚBLICAS ESTADUAIS
			COORDENADORIA DE DIVERSIDADE E INCLUSÃO ESCOLAR DA SECRETARIA ESTADUAL DE EDUCAÇÃO DO RIO DE JANEIRO – RJ.
			ASSESSORIA DE EDUCAÇÃO ESPECIAL DA SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO DO ESPÍRITO SANTO – ES.
			ASSESSORIA PEDAGÓGICA DA SECRETARIA ESTADUAL DE EDUCAÇÃO – DIVISÃO DE EDUCAÇÃO ESPECIAL – UFAC
			SEEDUC –PA – (CHAD) COEES/SEDUC- PA.
			SEEDUC- MT ESTADUAL.
			SEEDUC-RN – (SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO.

Fonte: A autora, 2023.

Na mesa-redonda II, o foco central da discussão envolveu as experiências das redes públicas estaduais na formulação de políticas públicas e na administração dos setores de atendimento educacional em classes hospitalares e suporte pedagógico domiciliar.

Os participantes do debate dialogam sobre as demandas dos alunos em situação de risco de saúde, explorando a flexibilização do currículo com o propósito de promover o desenvolvimento global desses alunos. A intenção é aprimorar e expandir os serviços educacionais, buscando garantir uma educação mais equitativa para todos.

## Mesa-Redonda III Redes Públicas Municipais - 16/10/21

**MESA-REDONDA III Redes Públicas Municipais 16/10/2021**

Núcleo NEEI UERJ · 374 visualizações · Transmitido há 1 ano

Fonte: <https://www.youtube.com/live/9tHiK4bDih8?feature=share>

### Quadro 16 - Mesa-Redonda III do 11º Encontro Nacional de Atendimento Escolar Hospitalar e Domiciliar

MESA	DATA	LINK	PARTICIPANTES
Mesa-Redonda III	16/10/2021	<a href="https://www.youtube.com/live/9tHiK4bDih8?feature=share">https://www.youtube.com/live/9tHiK4bDih8?feature=share</a>	REDES PÚBLICAS MUNICIPAIS
			RIO DE JANEIRO/RJ –
			NOVA IGUAÇU/RJ
			BELFORD ROXO/RJ
			ITABUNA/BA
			CAICÓ – RN

Fonte: A autora, 2023.

Assim como na mesa anterior, a mesa-redonda III, trouxe à tona as experiências e considerações das Redes Públicas Municipais a respeito do desenvolvimento do atendimento educacional em ambientes hospitalares e domiciliares.

O diálogo concentrou-se no compartilhamento do trabalho realizado, destacando a importância do trabalho coletivo como espaço de atuação no cenário educacional, fomentando e ampliando a prática pedagógica para alcançar a valorização da educação no contexto da saúde. A abordagem busca fortalecer vínculos, promovendo a saúde integral do aluno em vez de criar rupturas. O compartilhamento de experiências não só revelou desafios, mas também destacou a resiliência e inovação das redes na busca por soluções que impulsionam a inclusão e igualdade educacional, evidenciando que a colaboração é essencial para superar obstáculos complexos.

#### Mesa-Redonda IV Práticas Pedagógicas nas Redes Públicas Estaduais - 17/10/21



#### MESA-REDONDA IV Práticas Pedagógicas nas Redes Públicas Estaduais 17/10/21

Núcleo NEEI UERJ · 454 visualizações · Transmitido há 1 ano

Fonte: <https://www.youtube.com/watch?v=gEBilTA8yMA&t=69s>

**Quadro 17 - Mesa-Redonda IV do 11º Encontro Nacional de Atendimento Escolar Hospitalar e Domiciliar**

MESA	DATA	LINK	PARTICIPANTES
Mesa IV – Práticas pedagógicas as Redes Públicas Estaduais	17/10/2021	<a href="https://www.youtube.com/watch?v=gEBiITA8yMA&amp;t=69s">https://www.youtube.com/watch?v=gEBiITA8yMA&amp;t=69s</a>	PROF. ELIANA GOMES DE OLIVEIRA – PROFESSORA DE CLASSE HOSPITALAR DO HOSPITAL DA CRIANÇA – RIO BRANCO – AC.
			PROF. RENATO DOS SANTOS PALADINI – PEDAGOGO E DOCENTE EM MATEMÁTICA DA CLASSE HOSPITALAR A.C. CAMARGO- CÂNCER CENTER/VÍNCULO REDE ESTADUAL DE ENSINO DE SÃO PAULO – ESCOLA PRES. ROOSEWELT.
			PROF. ITAMARA PETERS- PEDAGOGA E PROFESSORA DA SEED DO PARANÁ NO PROGRAMA DE ATENDIMENTO À REDE DE ESCOLARIZAÇÃO HOSPITALAR – 2007.
			PROF. VALÉRIA MELLI – PEDAGOGA/ATUANTE NO SEGMENTO HOSPITALAR. AUXILIAR - EQUIPE DE EDUCAÇÃO ESPECIAL-SECRETARIA ESTADUAL DE EDUCAÇÃO DO MATO GROSSO NOS HOSPITAIS HOSPITAL UNIVERSITÁRIO JÚLIO MILLER, HOSPITAL SANTA CASA, HOSPITAL CÂNCER E CASA DE APOIO AACC. A COORDENADORA ACOLHIMENTO EDUCAÇÃO DOMICILIAR NO ESTADO DO MATO GROSSO.
			PROF. GILDA MARIA M.M. SALDANHA – PEDAGOGA, PROFESSORA NA SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO DO PARÁ.

Fonte: A autora, 2023.

A mesa-redonda IV configurou-se como espaço disponível para o compartilhamento de informações sobre as práticas pedagógicas desenvolvidas nas Redes Públicas Estaduais, tendo como principal objetivo fornecer uma educação de alta qualidade, ajustada às circunstâncias individuais de cada aluno. A personalização e o suporte abrangente para facilitar uma recuperação completa foram enfatizados por essa abordagem. Além de garantir a continuidade do aprendizado, essa estratégia holística considerava o bem-estar emocional e

psicológico dos alunos como prioridade. A colaboração ativa com equipes médicas e familiares refletia o compromisso em criar um ambiente educacional adaptado, onde a chave para atender às necessidades específicas dos estudantes em situações desafiadoras era a personalização do ensino, oferecendo assim uma rota sólida para o sucesso educacional e recuperação integral.

#### Mesa-Redonda V Práticas Pedagógicas nas Redes Públicas Municipais 17/10/21



Fonte: <https://www.youtube.com/watch?v=Kj0HPKdbo7w&t=3112s> .

#### Quadro 18 - Mesa-Redonda V do 11º Encontro Nacional de Atendimento Escolar Hospitalar e Domiciliar

MESA	DATA	LINK	PARTICIPANTES
Mesa-Redonda V - Práticas pedagógicas nas Redes Públicas Municipais	17/10/2021	<a href="https://www.youtube.com/watch?v=Kj0HPKdbo7w&amp;t=3112s">https://www.youtube.com/watch?v=Kj0HPKdbo7w&amp;t=3112s</a>	PROF. MÁRCIA P.M. VALE – UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SALVADOR (UCA) – PEDAGOGA HOSPITALAR E DOMICILIAR DA REDE MUNICIPAL DE SALVADOR.
			PROF. IVE CAROLINA F.F. MILANI – (UFBA) – PROFESSORA DA ESCOLA HOSPITALAR E DOMICILIAR MUNICIPAL – IRMÃ DULCE.
			PROF. ANA LUCIA S. COSTA – PEDAGOGA, ATUANTE NA CLASSE HOSPITALAR – HOSPITAL MARIA ALICE FERNANDES. SECRETARIA MUNICIPAL DE ENSINO – NATAL- RN

Fonte: A autora, 2023.

Tal como na discussão anterior, a mesa redonda V que dialoga sobre as práticas pedagógicas implementadas pelas redes públicas municipais, sublinhou a importância de proporcionar uma educação de alta qualidade, adaptada às particularidades de cada aluno, enfatizando a personalização e um suporte abrangente para promover uma recuperação integral. Além de assegurar a continuidade do aprendizado, essa estratégia levava em conta de forma abrangente o bem-estar emocional e psicológico dos alunos como uma prioridade. A colaboração ativa com equipes médicas e familiares demonstrava o compromisso em criar um ambiente educacional adaptado, onde a personalização do ensino era a peça-chave para atender às necessidades específicas dos estudantes em situações desafiadoras, oferecendo assim uma trajetória consistente para o sucesso educacional e a recuperação integral.

#### Mesa-Redonda VI - Interdisciplinaridade Brinquedotecas e CH 17/10/21

"Campo interdisciplinar do atendimento educacional em classe hospitalar e domiciliar: políticas, formação e práticas"

11º. Encontro Nacional de Atendimento Escolar Hospitalar e Domiciliar

1º. Simpósio Internacional de Atendimento Escolar Hospitalar e Domiciliar - GIEI

Palestras - Mesas-Redondas  
Comunicações Oraís

De 15 a 17 de outubro de 2021  
on-line

www.congressochd2021.org

2:18:04

**MESA-REDONDA VI Interdisciplinaridade Brinquedotecas e CH 17/10/21**

Núcleo NEEI UERJ · 408 visualizações · Transmitido há 1 ano

Fonte: <https://www.youtube.com/live/cfkyFtMerrc?feature=share>

**Quadro 19 - Mesa-Redonda VI do 11º Encontro Nacional de Atendimento Escolar Hospitalar e Domiciliar**

MESA	DATA	LINK	PARTICIPANTES
Mesa-Redonda VI – Interdisciplinaridade, Brinquedotecas e CH	17/10/2021	<a href="https://www.youtube.com/live/cfkyFtMerrc?feature=share">https://www.youtube.com/live/cfkyFtMerrc?feature=share</a>	PROF. SIRLÂNDIA REIS DE OLIVEIRA TEIXEIRA - PROFESSORA ADJUNTA DA UNIVERSIDADE DO RECÔNCAVO DA BAHIA. MEMBRO DO GRUPO DE PESQUISA: CONTEXTOS INTEGRADOS EM EDUCAÇÃO INFANTIL DA FACULDADE DE EDUCAÇÃO DA USP.
			CÂNDIDA MIRIAM DE VASCONCELOS SANTOS – ASSISTENTE SOCIAL, COORDENADORA DA BRINQUEDOTECA HOSPITALAR – HOSPITAL PEDRO ERNESTO (HUPE). MEMBRO DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE BRINQUEDOTECAS.
			DRA. ELAINE CASTELO BRANCO – PROMOTORA DE JUSTIÇA, PALESTRANTE E CONSELHEIRA DO CONED – PA E CONSELHO DOS DIREITOS DIFUSOS DO PARÁ. ASSESSORA CAUSA GLOBAL-CÂNCER INFANTIL DISTRITO – LIONS CLUBE INTERNATIONAL.

Fonte: A autora, 2023.

A Mesa-Redonda VI se revelou um fórum enriquecedor dedicado à partilha de informações e reflexões sobre Interdisciplinaridade, Brinquedotecas e Classes Hospitalares. No âmbito do atendimento educacional hospitalar e domiciliar, a interdisciplinaridade emerge como um elemento crucial para a construção de ambientes educacionais adaptados, reunindo profissionais de diversas áreas em prol de uma abordagem integrada e abrangente. As brinquedotecas desempenharam um papel essencial, indo além de estimular o desenvolvimento infantil, ao também se destacarem como ferramentas terapêuticas valiosas, promovendo o bem-estar emocional dos alunos durante o processo educativo. Ao adentrar o ambiente domiciliar, a colaboração interdisciplinar entre educadores, familiares e profissionais de saúde torna-se ainda mais essencial. Aliada à presença de brinquedotecas adaptadas, essa sinergia facilita a continuidade do processo educacional, integrando o aprendizado ao cuidado terapêutico prestado no ambiente domiciliar. Essa abordagem holística não apenas contribui para a manutenção do desenvolvimento acadêmico dos alunos, mas também desempenha um papel significativo na

promoção da recuperação abrangente, considerando tanto os aspectos educacionais quanto os cuidados terapêuticos essenciais para o bem-estar global dos estudantes em situações de saúde desafiadoras.

### I Simpósio GIEI 16/10/21

I SIMPÓSIO GIEI 16/10/2021  
Núcleo NEEI UERJ · 769 visualizações · Transmitido há 1 ano

Fonte: <https://www.youtube.com/live/zoY9JjPn46E?feature=share>

### Quadro 20 - Mesa-Redonda- I SIMPÓSIO GIEI do 11º Encontro Nacional de Atendimento Escolar Hospitalar e Domiciliar

MESA	DATA	LINK	PARTICIPANTES
I SIMPÓSIO GIEI	16/10/2021	<a href="https://www.youtube.com/live/zoY9JjPn46E?feature=share">https://www.youtube.com/live/zoY9JjPn46E?feature=share</a>	LILIANA ANGEL VARGAS - UNIRIO
			LUCIA DE ANNA- UNIVERSIDADE DE ROMA – FÓRUM ITÁLICO
			CRISTINA DELOU - CMPDI/UFF – FIOCRUZ – CNPQ
			MARCELO MAIRA – I FUNDACIÓN EDUCATIVA – CAI (CHILE)
			CLÁDICE DINIZ – UNIRIO
			ADILSON MUTHAMBE- UNIVERSIDADE PEDAGÓGICA DE MOÇAMBIQUE- UFBA
			MARIA CRUZ MOLINA GARUZ – UNIVERSIDADE DE BARCELONA- ESPANHA (UB)
			DIANA GIL CHÁVEZ – UNIVERSIDADE DISTRITAL FRANCISCO JOSÉ DE CALDAS –



			COLÔMBIA
			HELIO ORRICO – CMPDI/UFF

Fonte: A autora, 2023.

A mesa-redonda subsequente aborda o 1º simpósio do Grupo Interdisciplinar de Educação e Inclusão (GIEI). Este grupo, composto por pesquisadores de instituições públicas e privadas nacionais e internacionais, compartilham suas experiências no âmbito da educação e inclusão.

O principal enfoque consiste em criar um espaço diversificado para diálogos internacionais e interdisciplinares, promovendo a troca de reflexões e experiências que contribuam para a construção conjunta de ideias, discursos e práticas em prol da inclusão social. Esse compromisso ético e de longo alcance busca moldar o futuro da nossa sociedade. Premiações

### Homenagem Premiações, , Divulgação do Próximo Congresso

Fonte: <https://www.youtube.com/live/F8uA7zp-Ai4?feature=share>

**Quadro 21 - Mesa-Redonda - Homenagem, Premiações, divulgação do próximo**

### Congresso do 11º Encontro Nacional de Atendimento Escolar Hospitalar e Domiciliar

MESA	DATA	LINK	PARTICIPANTES
Homenagem, Premiações, divulgação do próximo Congresso	17/10/2021	<a href="https://www.youtube.com/live/F8uA7zp-Ai4?feature=share">https://www.youtube.com/live/F8uA7zp-Ai4?feature=share</a>	EDICLEA M. FERNANDES (UERJ)
			JUCELIA GRANEMANN MEDEIROS – (UFMS)
			PROF. LINAIR – MEC
			PROF. IVANIL LETÍCIA FRANÇA – SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE BELÉM/PA

Fonte: A autora, 2023.

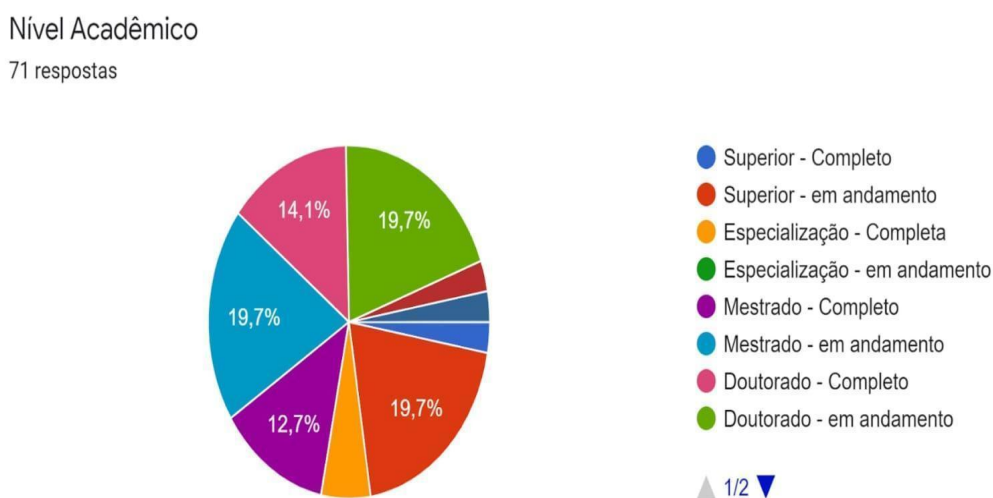
A mesa-redonda dedicada a homenagens, premiações e à divulgação do próximo congresso encerrou o evento de maneira significativa. Nesse momento, expressaram-se calorosos agradecimentos a todos os envolvidos na elaboração e organização do congresso, reconhecendo o esforço coletivo que tornou o evento possível. Um destaque especial foi o cerimonial de premiação em memória ao Professor Roberto França, honrando seu legado e contribuições para o campo.

Além disso, o espaço foi palco de uma votação importante para eleger a instituição que sediará o próximo encontro nacional de atendimento educacional hospitalar e domiciliar. Essa decisão envolveu a participação ativa dos presentes, evidenciando a natureza colaborativa e democrática do evento. Vale ressaltar o compromisso com a acessibilidade, refletido nas orientações sobre áudio descrição e na presença de intérpretes de Libras nas mesas redondas e salas de comunicação oral. Essas medidas garantiram que o evento fosse verdadeiramente inclusivo, permitindo a participação plena de pessoas surdas. O encerramento não apenas celebrou conquistas, mas também reiterou o comprometimento com a construção de eventos educacionais acessíveis e impactantes para todos os participantes.

Segundo Fernandes (2021), as respostas dos participantes do Simpósio aos formulários disponibilizados no Google Forms, no ato da inscrição, demonstraram que 19,7% dos pesquisadores participantes do evento possuíam formação

acadêmica em ensino superior completo, 19,7% formação acadêmica em ensino superior em andamento, 19,7% com especialização em andamento, 12,7% com Mestrado e 14,1% com Doutorado, conforme dados constantes do gráfico mostrado na figura abaixo:

Figura 9 - Gráfico com as respostas dos participantes



Fonte: A Autora , 2021

Fernandes (2021), relata que desse público, em torno de 80% informou que suas pesquisas se referem ao campo do atendimento pedagógico hospitalar e domiciliar e 90% consideram que o encontro poderia contribuir com suas pesquisas. Os docentes atuantes no serviço de atendimento pedagógico configuraram 64,6% provenientes de redes estaduais e 35,4% de redes municipais, sendo 54,5% dos participantes, professores atuantes na área há mais de cinco anos e os demais por volta de dois anos de atuação.

Esses dados evidenciam um percentual considerável de profissionais interessados em aprimorar sua qualificação profissional e, conseqüentemente, aplicá-las às suas atividades, o que acaba por impactar positivamente àqueles que dependem dessa modalidade de ensino.

No campo das políticas públicas, a autora discorre ainda, que, 81,3% dos respondentes informaram que o atendimento em ambiente hospitalar e domiciliar consta no Plano Estadual e Municipal das redes em que atuam, estando 40,3% lotados em uma escola da rede, 23,9% na Secretaria de Educação e 35,8% lotados diretamente na unidade escolar, o que evidencia a necessidade de uma normatização quanto ao espaço de lotação do profissional, o que garante o acompanhamento do serviço.

Segundo 53,8% das respostas, um dado preocupante, informado por Fernandes (2021), foi o de não haver concurso específico para a área e 24,6% dos contratos serem temporários, evidenciando a existência de uma rotatividade e não fixação docente ao cargo, o que configura a perda de profissionais experientes na área. Dos participantes, 90,9% relataram haver formação docente continuada em suas redes, demonstrando mais uma vez a necessidade de vínculo do profissional.

De acordo com as respostas dos participantes do evento, em relação aos espaços hospitalares, 53,8% possuem uma sala específica para realizar o atendimento, demonstrando que um espaço pedagógico próprio é fundamental para o aprendizado, salvo para os alunos em que as recomendações médicas indiquem a necessidade de permanência no leito ou isolamento.

As idades dos alunos atendidos variam entre 6 e 18 anos, perfazendo um total de 73,5%. A primeira infância corresponde a 15,5% dos atendimentos, porém, surgiram dúvidas em relação à devida contemplação dos atendimentos da educação infantil em sua integralidade, uma vez que os respondentes informam que 35,1% correspondem ao ensino fundamental, 23,7% ao ensino médio, 16% à educação de jovens e adultos e 16% ao ensino infantil.

Alunos provenientes do próprio município de moradia correspondem a 10% dos atendimentos. O Sistema Único de Saúde se organiza por redes de referência e contrarreferência. Municípios de menor porte referenciam seus moradores aos hospitais regionais, sendo assim é comum um aluno da Classe Hospitalar ter sua turma de referência em outro município. Observa-se nesse aspecto a necessidade

de que os sistemas de ensino organizem redes de relacionamento entre as secretarias que oferecem e recebem os serviços, criando espaços de interação, dados referenciados, portfólios e relatórios dos alunos pós alta, pois 100% dos respondentes informam terem registros em diários e relatórios. Quanto ao financiamento dos serviços, um duplo Fundeb à semelhança do financiamento das salas de recursos multifuncionais poderia se constituir em um projeto de grande interesse para a manutenção dos recursos humanos, materiais e tecnológicos das classes hospitalares. Em relação a manutenção dos recursos, 49,3% informaram serem provenientes das verbas de educação. O percentual complementar é proveniente de verbas de parcerias, demonstrando quão importantes são os investimentos no equipamento dessas unidades educacionais.

Além disso, Fernandes (2021) sustenta que o diálogo entre os setores pedagógicos das redes de ensino é de extrema relevância pois, após alta hospitalar, o aluno pode necessitar de acompanhamento domiciliar em seu município de origem. Os participantes do seminário, através de suas respostas, informaram que os diagnósticos dos alunos atendidos são 47,4% portadores de doenças raras e crônicas, 10,5% portadores de doenças oncológicas, 10,5% portadores de síndromes e deficiências em geral, 10,5% referentes às fraturas e 21,1% correspondem a múltiplos diagnósticos. É notório, a incidência de casos que podem ensejar novas internações e conseqüentemente apoio domiciliar ao longo do ciclo de desenvolvimento.

No período pandêmico, mesmo com as regras de isolamento, 59% dos docentes se empenharam para manter seus atendimentos, utilizando plataformas digitais como WhatsApp, contatos telefônicos e enviando kits pedagógicos às unidades de saúde ou às famílias nas unidades educacionais demonstrando responsabilidade e comprometimento com o trabalho.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, de nº 9394 de 20 de dezembro de 1996 foi alterada pela Lei 13.716 de 24 de setembro de 2018, através da inclusão do artigo 4 A, ampliando o público-alvo de atendimento e passando a assegurá-lo a todo aluno da educação básica internado para tratamento de saúde em regime hospitalar ou domiciliar, conforme dispuser o Poder Público em regulamento na esfera de sua competência federativa. Ressaltou-se que o direito à educação de alunos em condições especiais de saúde somente irá se efetivar de

forma inclusiva e equitativa após o estabelecimento de normas de funcionamento, de recursos humanos e materiais por parte dos órgãos educacionais em suas esferas federais, estaduais e municipais, assim como o engajamento dos Conselhos de Defesa de Direitos, das Promotorias, das Associações e movimentos sociais na formulação de políticas públicas possíveis e viáveis que promovam efeitos rápidos.

#### **4 CONSIDERAÇÕES SOBRE A TRAJETÓRIA DOS ENCONTROS NACIONAIS DE ATENDIMENTO EDUCACIONAL HOSPITALAR E DOMICILIAR**

A partir da observação dos dados apresentados no primeiro Encontro Nacional de Atendimento Hospitalar e Domiciliar, foi possível perceber que, apesar de incipiente, essa iniciativa mostrou-se uma importante forma de divulgação dessa modalidade de atendimento para a sociedade, acerca de sua importância para os alunos que por sua condição de saúde necessitem ficar afastados da escola regular e, conseqüentemente de receberem uma educação adequada, que é um direito fundamental, subjetivo e inalienável de todo cidadão e que não pode ser subestimado, pois incorre num impedimento de seu desenvolvimento integral. Essa percepção vem ao encontro do pensamento de Cury (2002), que afirma que o acesso à educação, em todas as suas modalidades de ensino, possibilita ao indivíduo se autoconstruir e se reconhecer como sujeito capaz de opções com inúmeras oportunidades de crescimento como cidadão.

Verificou-se que os participantes do evento eram profissionais de educação imbuídos no exercício da função com o intuito de partilhar informações e experiências entre os envolvidos na perspectiva da importância das práticas pedagógicas para propiciar à criança e ao adolescente internado, a vivência escolar, situação condizente com o entendimento de Ortiz (2002). Os trabalhos apresentados, foram em sua grande maioria originados de suas vivências e não de produções acadêmicas com embasamento científico tais como, dissertações e teses.

No segundo Encontro Nacional de Atendimento Hospitalar e Domiciliar, as atividades dos participantes quanto os objetivos do evento, assemelham-se aos da primeira edição, que através dos relatos e trabalhos apresentados, contemplavam as práticas pedagógicas realizadas no ambiente hospitalar e domiciliar, porém, sem registros documentais assim como ocorreu no quarto Encontro Nacional de Atendimento Hospitalar e Domiciliar.

O terceiro e quinto Encontro Nacional de Atendimento Hospitalar e Domiciliar computaram um aumento na produção e na diversificação dos temas dos trabalhos, que referiu-se não somente às práticas pedagógicas hospitalares mas a outros

assuntos também, que versavam sobre inclusão, implementação de projetos, utilização de ferramentas tecnológicas, demonstrando uma ampliação na atenção e no olhar para os direitos e necessidades da criança enferma, apesar de outras perspectivas apresentadas no evento que iam para além da temática da educação.

No sexto e sétimo Encontro Nacional de Atendimento Hospitalar e Domiciliar também é possível notar um aumento no volume de trabalhos apresentados e um maior envolvimento de universidades, que segundo Fonseca (2014), ocorreu em decorrência de olhares diversos sobre uma mesma temática, defendendo a proposta de direito à escolarização da criança doente mas também mencionando outras propostas como arte, música, humanização, brinquedoteca, entre outras que são de extrema importância para a clientela hospitalizada, o que justifica a amplitude da fundamentação teórica apresentada. Situação semelhante à dos encontros anteriores.

As informações obtidas no oitavo Encontro Nacional de Atendimento Escolar Hospitalar e Domiciliar demonstraram que, além de divulgar o evento visando uma maior participação dos professores atuantes na área, o evento também serviu para fomentar o cumprimento constitucional de acesso à educação, através da realização do serviço de atendimento educacional hospitalar e domiciliar junto aos gestores educacionais de todas as esferas, haja vista sua relevância para a sociedade. O diálogo e as discussões teórico-metodológicos foram priorizados, a partir da troca de experiências e vivências dos participantes com o intuito de aprimorar o atendimento educacional hospitalar e domiciliar disponibilizado, oportunizando a oferta de diferentes abordagens em relação a situações semelhantes, o que vem de encontro com o pensamento de Vygotsky (1997), de que não é o déficit em si que vai traçar o destino da criança mas sim os modos como a deficiência é significada, como suas ações são interpretadas pelo outro e que experiências concretas lhe são oferecidas.

O nono e o décimo Encontro Nacional de Atendimento Escolar Hospitalar e Domiciliar apresentaram objetivos semelhantes, acrescidos de informações sobre o perfil do docente atuante na área, sobre as práticas realizadas, sobre as políticas públicas disponibilizadas e os caminhos possíveis articulados entre a educação e a saúde. Foi possível perceber um aumento na diversificação dos trabalhos apresentados abordando questões que sinalizam pontos de contato entre a educação especial e inclusiva, currículo, questões sobre jovens e adultos no



hospital, interação professor, aluno e equipe multiprofissional, gestão e avaliação da educação na classe hospitalar, assuntos sobre docência, pesquisa e extensão, intentando uma maior cobertura das necessidades dos alunos, privilegiando melhor entendimento e conseqüentemente um melhor atendimento.

O décimo primeiro Encontro Nacional de Atendimento Escolar Hospitalar e Domiciliar foi o simpósio mais recente sobre esse importante atendimento. O evento ocorreu em um período extremamente delicado e difícil, a pandemia, que trouxe tantas dificuldades e forçou uma adaptação às novas formas de conexão entre os participantes para que o evento pudesse ser realizado. As mudanças foram do modo presencial para o modo on-line e apesar dos entraves, o evento apresentou-se bem estruturado.

Apesar de ter sido uma iniciativa recente, a eficiente adaptação para o formato online, durante a realização do congresso, ressaltou a resiliência e criatividade dos participantes diante da pandemia. Essa abordagem não apenas possibilitou uma adesão mais significativa ao evento, mas também proporcionou um ambiente mais seguro para todos os envolvidos, reduzindo as despesas relacionadas ao deslocamento dos participantes. A capacidade de se ajustar a novas circunstâncias e a resposta positiva dos participantes diante dessa mudança indicaram um passo promissor para futuros eventos desse tipo.

Os encontros regionais que o precederam, foram importantíssimos para a preparação e adesão do evento que demonstrou um grande envolvimento e participação, o que resultou em várias produções e apresentações com o intuito de divulgar o atendimento escolar hospitalar e domiciliar.

O tema despertou o interesse de educadores, tanto em âmbito nacional quanto internacional, que se envolveram ativamente nos debates sobre educação hospitalar e domiciliar, contribuindo com seus conhecimentos e experiências. Isso reflete a importância atual desse assunto, especialmente evidenciada pelo acontecimento simultâneo do décimo primeiro Encontro Nacional de Atendimento Escolar Hospitalar e Domiciliar e o 1º Simpósio Internacional de Atendimento Escolar Hospitalar e Domiciliar, organizado pelo GIEI (Grupo Internacional de Educação Inclusiva).

O décimo primeiro Encontro Nacional de Atendimento Escolar Hospitalar e Domiciliar foi uma reunião marcante que transcendeu as barreiras geográficas e reforçou a importância da participação democrática e da inclusão social. Ao adotar um formato totalmente gratuito, o evento se consolidou como um exemplo inspirador de como a educação e a troca de conhecimentos podem ser acessíveis a todos, independentemente de suas circunstâncias.

O evento foi abrangente e minucioso, explorando temas cruciais relacionados a esses contextos educacionais e desempenhou papel crucial na divulgação e compartilhamento de saberes, oferecendo um ambiente acolhedor para educadores, pesquisadores e interessados trocarem perspectivas sobre o atendimento educacional em ambientes hospitalares e domiciliares.

As mesas-redondas abordaram uma gama diversificada de tópicos, desde políticas até práticas pedagógicas, e a interdisciplinaridade emergiu como peça-chave em todo o processo. A participação ativa das redes públicas estaduais e municipais adicionou um aspecto colaborativo significativo, enriquecendo as discussões e contribuindo para a implementação de políticas públicas.

As preocupações levantadas, como a falta de concursos específicos, contratos temporários e a ausência de salas dedicadas ao atendimento, ressaltaram a urgência de uma atenção mais ampla a essa área, incluindo normatização e criação de condições propícias para o ensino.

A inclusão de dados estatísticos e feedback dos participantes, como o perfil acadêmico e a avaliação positiva do evento, enriqueceu a análise. Essas discussões são extremamente importantes e contribuem para influenciar políticas futuras e aprimorar ainda mais o atendimento educacional nessas condições específicas.

Nesse contexto, o evento não apenas proporcionou um intercâmbio de experiências valiosas, mas também teve um desfecho notável: a criação de um E-Book abrangente. Com mais de 1500 páginas, esse E-Book reúne um compilado criterioso das principais informações e ideias discutidas ao longo do encontro. Ele se destaca como um tesouro de conhecimento, representando um marco na disponibilidade de informações sobre educação hospitalar e domiciliar.

O título escolhido para esse E-Book, "Anais do 11º Encontro Nacional de Atendimento Escolar Hospitalar e Domiciliar", ressalta sua natureza como um registro oficial e abrangente das contribuições e debates que ocorreram durante o

evento. A foto abaixo ilustra o caráter tangível e duradouro desse legado, refletindo o esforço conjunto para impulsionar a educação inclusiva e o atendimento educacional de qualidade, mesmo em circunstâncias desafiadoras.

### 11º Encontro Nacional de Atendimento escolar Hospitalar e Domiciliar



Fonte: <https://www.nucleoneei.org> (2021)

Durante os encontros nacionais de atendimento escolar hospitalar e domiciliar entre 2000 e 2021, foram observados notáveis avanços em diversas áreas. Um destaque significativo foi a evolução da legislação e diretrizes educacionais, priorizando a inclusão e garantindo o acesso à educação de qualidade para crianças e adolescentes em condições de saúde delicada. Além disso, a integração de inovações tecnológicas foi uma tendência marcante, facilitando o aprendizado à distância e promovendo a comunicação entre professores, alunos e equipes de saúde, permitindo a continuidade dos estudos mesmo durante tratamentos médicos.

Outro aspecto crucial desses encontros foi o foco na capacitação de profissionais, enfatizando a formação de professores e equipes de saúde para lidar de maneira eficaz e sensível com as necessidades específicas desses alunos. A criação de parcerias e redes de colaboração entre instituições de saúde, educacionais e organizações não governamentais também se destacou, visando fortalecer o suporte aos estudantes em ambientes hospitalares e domiciliares. Esses encontros proporcionam um espaço vital para compartilhar experiências, discutir

desafios e estratégias inovadoras, contribuindo assim para a melhoria contínua do atendimento educacional em contextos de saúde complexos.

Ao longo da evolução dos encontros nacionais de atendimento escolar hospitalar e domiciliar, houve um notável aumento na participação ativa de universidades e professores. As universidades desempenharam um papel fundamental ao oferecerem pesquisas e expertise, enriquecendo as discussões sobre políticas inclusivas e práticas educacionais inovadoras. Simultaneamente, a crescente presença de professores nesses encontros reflete um interesse ampliado e um comprometimento renovado por parte dos profissionais da educação em abordar de maneira eficaz às necessidades educacionais de alunos em situações de saúde delicada. Esse engajamento coletivo contribuiu significativamente para o desenvolvimento de uma rede mais robusta de conhecimento e práticas, impulsionando melhorias substanciais no atendimento educacional para crianças e adolescentes enfrentando desafios de saúde.

Entre 2000 e 2021, os encontros nacionais de atendimento escolar hospitalar e domiciliar evoluíram ao incluir novos temas, como tecnologia educacional e abordagens mais centradas no aluno. No horizonte, vislumbra-se uma abordagem holística, destacando a adaptação às mudanças tecnológicas, a inclusão efetiva de alunos com necessidades especiais e a colaboração estreita entre profissionais de saúde e educadores. Estratégias inovadoras para o ensino à distância e práticas inclusivas permanecem no centro das discussões, moldando o futuro do atendimento educacional em contextos de saúde desafiadores.

Durante o período de 2000 a 2021, os encontros nacionais de atendimento escolar hospitalar e domiciliar testemunharam a inclusão de novos temas que refletiram as mudanças no cenário educacional e de saúde. Algumas adições notáveis podem incluir a integração de tecnologias emergentes na educação, abordagens mais centradas no aluno, e estratégias inovadoras para lidar com questões psicossociais durante o processo educacional em contextos de saúde complexos.

Quanto às perspectivas futuras, espera-se que os encontros continuem a abordar desafios contemporâneos, como a adaptação às mudanças tecnológicas, a inclusão cada vez mais efetiva de estudantes com necessidades especiais, e a promoção de ambientes educacionais mais acessíveis. Além disso, a colaboração

interdisciplinar entre profissionais de saúde e educadores pode se intensificar, visando uma abordagem mais holística para o bem-estar e aprendizado dos alunos. A exploração de estratégias inovadoras para o ensino à distância em situações de saúde específicas e a promoção de práticas inclusivas continuam sendo áreas cruciais para moldar o futuro do atendimento educacional hospitalar e domiciliar.

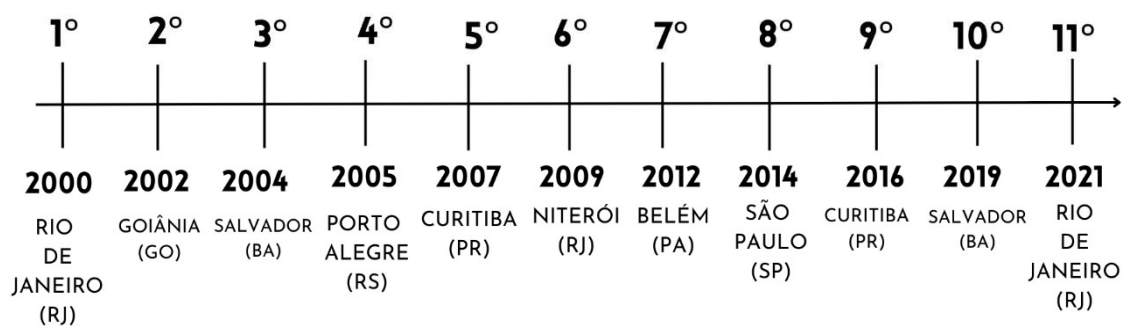
Os encontros nacionais de atendimento escolar hospitalar e domiciliar foram pioneiros e cruciais na abordagem inovadora desse serviço no Brasil, promovendo a valorização e divulgação do atendimento educacional em contextos desafiadores. A troca de informações entre profissionais de educação abordou questões como a falta de políticas públicas eficazes e a importância da inclusão de alunos hospitalizados. Apesar dos desafios, esses eventos marcaram o início de um movimento significativo para consolidar essa modalidade de atendimento, destacando a experiência pioneira da professora Lecy Rittmeyer. A ausência de compilação dos trabalhos destaca a necessidade de reflexão sobre a documentação e disseminação dessas práticas inovadoras. Em resumo, esses encontros fortaleceram o papel do atendimento educacional hospitalar e domiciliar, visando garantir qualidade e inclusão para crianças e jovens em situações desafiadoras.

A seguir, segue descrita, a linha do tempo possibilitando a visualização da evolução dos encontros nacionais de atendimento educacional hospitalar e domiciliar.

Figura 10 - Linha do Tempo dos encontros nacionais de atendimento escolar hospitalar e domiciliar.



## LINHA DO TEMPO DOS ENCONTROS NACIONAIS DE ATENDIMENTO ESCOLAR HOSPITALAR E DOMICILIAR



Fonte: A Autora, 2022

## CONCLUSÃO

O presente estudo teve por objetivo compreender como estava sendo realizado o atendimento educacional em ambiente hospitalar e domiciliar no Brasil, direcionado a alunos impedidos de frequentar a escola regular, em decorrência de internação por motivos de tratamento de saúde, a partir da observância do preceito inerente ao direito fundamental de acesso à educação, sob a perspectiva de direito humano. Para a consecução desse objetivo, a pesquisa se debruçou na análise da trajetória dos encontros nacionais de atendimento escolar hospitalar e domiciliar, no Brasil, entre os anos de 2000 a 2021, como forma de verificar a oferta e desenvolvimento desse atendimento, identificando os desafios encontrados em sua realização e avaliando a importância das políticas públicas para sua efetivação.

A análise da literatura acerca do atendimento educacional hospitalar e domiciliar no Brasil evidenciou a importância vital dessa abordagem para assegurar a educação de crianças e adolescentes com problemas de saúde que não podem frequentar escolas tradicionais. Este exame minucioso da literatura reflete a consciência da importância de adaptar a educação às necessidades individuais e circunstâncias de saúde dos alunos, o que culmina na formulação de abordagens educacionais diversificadas.

A investigação demonstrou que existe um respaldo legal que estabelece diretrizes para essa prática, porém, não são globais e únicas, mas sim definidas por meio de leis, normas e orientações específicas em diferentes esferas governamentais. Esse panorama fragmentado de orientações legais destaca a necessidade de um esforço coordenado entre diferentes níveis de governo, a fim de criar um quadro mais abrangente e coeso para o atendimento educacional hospitalar e domiciliar.

Ademais, a pesquisa sublinha a importância de uma constante avaliação e revisão dessas diretrizes, a fim de garantir que elas permaneçam eficazes e relevantes face à evolução das necessidades educacionais e das condições de saúde dos alunos. Isso requer um diálogo contínuo entre os responsáveis pela educação, os profissionais de saúde, as famílias e os formuladores de políticas, a

fim de promover uma implementação eficiente e bem-sucedida do atendimento educacional hospitalar e domiciliar em todo o país.

No Brasil, o atendimento escolar hospitalar é regulamentado por legislações federais, estaduais e municipais que estabelecem as diretrizes e normas para sua prática. Algumas das principais referências são a Constituição Federal, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) e a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva. Além disso, o Ministério da Educação (MEC) e o Ministério da Saúde (MS) têm papéis importantes na elaboração de políticas e diretrizes que orientam o atendimento educacional hospitalar.

Essas diretrizes podem abranger aspectos como garantia do direito à educação, flexibilização curricular, formação de professores, integração entre escola, família e equipe de saúde, entre outros, e cada estado e município pode complementar essas diretrizes com normas específicas de acordo com suas necessidades e realidades locais. Portanto, as diretrizes para o atendimento escolar hospitalar no Brasil são construídas em um contexto descentralizado, considerando as particularidades de cada região do país. Em síntese, a pesquisa bibliográfica destaca a significância do atendimento educacional hospitalar e domiciliar no Brasil, enquanto ressalta a importância de uma abordagem multidisciplinar e a necessidade de diretrizes mais amplas e coesas para orientar essa prática educacional vital.

Decerto que essas iniciativas são fundamentais pois possibilitam visualizar o poder transformador da educação e o cuidado humano que transcende os limites da sala de aula tradicional, mas nesse sentido, é fundamental preencher a lacuna existente com a criação de diretrizes e políticas que assegurem sua implementação e norteiem o desenvolvimento do trabalho, de forma global e integrada é imprescindível para promover uma maior conscientização e investimento nessa modalidade de ensino, a fim de que todos os alunos tenham acesso a uma educação adequada, independente de sua situação de saúde.

Foi possível perceber que as conquistas alcançadas, o progresso atingido se deve às lutas e desbravamentos, da militância e da insistência de docentes e pesquisadores preocupados e imbuídos na causa e comprometidos em dar



visibilidade à situação, embasados na ideia de que a educação é a esperança da continuidade da vida.

Ao longo da pesquisa e análise dos simpósios pertinentes à área de atendimento educacional hospitalar e domiciliar, foram identificadas diversas dificuldades em sua implementação. Estas incluem a falta de estrutura adequada nos hospitais e domicílios, escassez de profissionais capacitados para esse tipo de atendimento, inconstância na eficiência e articulação entre saúde e educação, barreiras burocráticas e legislativas, desafios no acesso à tecnologia e conectividade, bem como a falta de sensibilização da sociedade e dos profissionais de saúde em relação à importância da educação nesses contextos.

As dificuldades encontradas têm impactado negativamente a qualidade e a abrangência dos serviços educacionais oferecidos a pacientes em situações de saúde adversas e sensibilização por parte da sociedade e dos profissionais de saúde em relação à importância da educação nesses contextos impossibilitou a valorização e o apoio ao atendimento educacional hospitalar e domiciliar.

Apesar das dificuldades encontradas, é importante ressaltar que o atendimento educacional hospitalar e domiciliar também teve avanços significativos nesse período, com o aumento da conscientização sobre sua importância e a busca por soluções para superar esses desafios. O estímulo a pesquisas, a capacitação de profissionais e a formulação de políticas mais efetivas têm sido caminhos para aprimorar e fortalecer esses serviços, garantindo o acesso à educação a todos, independentemente das condições de saúde.

Os caminhos apontados, permitem que uma parte significativa da sociedade compreenda a relevância dessa modalidade de ensino, resultando no reconhecimento e apoio das autoridades competentes, pois a ausência de políticas públicas abrangentes exerce um impacto significativo no desenvolvimento e na expansão do atendimento educacional hospitalar e domiciliar. A falta de diretrizes claras pode dificultar a criação de hospitais especializados nesse tipo de atendimento, além de limitar a disponibilidade deste serviço para toda a sociedade. Essa carência de orientação a nível nacional também pode resultar em desigualdades na qualidade do atendimento, contribuindo para a fragilização de algumas instituições e afetando a eficácia geral do serviço educacional prestado.

Outro ponto de destaque reside na falta de conscientização em relação ao atendimento educacional hospitalar e domiciliar. A ausência de uma política pública abrangente pode resultar em uma divulgação inadequada desse serviço, o que, por sua vez, gera pouca compreensão por parte da sociedade quanto à relevância e aos benefícios desse tipo de ensino. Essa falta de conhecimento pode desencadear preconceitos e impedir o aproveitamento completo do potencial educacional oferecido pelo atendimento em ambientes hospitalares e domiciliares.

Portanto, superar essa lacuna requer o estabelecimento e a implementação de uma política pública abrangente que valorize e apoie plenamente o atendimento educacional nessas circunstâncias. Esse esforço envolve a criação de diretrizes claras, o fortalecimento da capacitação de educadores e profissionais envolvidos, bem como a implementação de mecanismos de avaliação e monitoramento das práticas educacionais adotadas.

Embasados numa política sólida, será possível promover a expansão e aprimoramento desse serviço educacional, garantindo o direito à educação para crianças e adolescentes que enfrentam desafios de saúde. Além disso, esses eventos enfatizam a importância crucial desse tipo de atendimento para proporcionar acesso educacional a indivíduos nessa condição, destacando sua contribuição para a inclusão social e educacional em contextos de saúde adversos.

Além de contribuir para evidenciar a relevância desse campo de estudo e prática, a pesquisa também serviu para identificar áreas em que é necessário aprimorar e fortalecer as políticas e práticas de atendimento educacional hospitalar e domiciliar no Brasil tais como, legislação clara, formação de profissionais, recursos didáticos e tecnológicos, colaboração entre instituições, apoio emocional, avaliação, inclusão, conscientização, pesquisa e financiamento adequado.

Garantir igualdade no acesso ao atendimento educacional hospitalar e domiciliar para crianças e adolescentes, independentemente de onde vivem ou sua condição socioeconômica. Isso envolve a criação de materiais educativos adaptados às circunstâncias de saúde, incluindo recursos flexíveis de ensino e tecnologias apropriadas. A integração de equipes de saúde e educação proporciona uma

abordagem completa, beneficiando o bem-estar físico e educacional dos alunos. Além disso, é crucial capacitar profissionais para fornecer suporte educacional de qualidade, por meio de formação contínua e habilidades necessárias. Oferecer apoio psicossocial adequado e acesso a recursos digitais mantém a continuidade da educação em situações não convencionais.

A colaboração entre instituições de saúde, escolas, famílias e órgãos governamentais, bem como a implementação de avaliações eficazes, contribuem para rastrear o progresso acadêmico e o bem-estar dos alunos em atendimento hospitalar e domiciliar. Essas iniciativas visam aprimorar o acesso à educação para jovens com problemas de saúde, promovendo a colaboração entre os setores de educação e saúde, e resultaram no desenvolvimento de abordagens mais eficazes para o ensino em situações especiais.

É notório que a ausência da atenção dos órgãos competentes em relação à importância das classes hospitalares no Brasil promove impactos e consequências negativas para as presentes e futuras gerações de alunos que necessitam desse tipo de atendimento, gerando uma defasagem educacional enorme em relação às demais crianças consideradas “típicas” ou “normais”, principalmente diante de uma sociedade globalizada, capitalista, cada vez mais exigente para o mercado de trabalho.

A promoção e fortalecimento das classes hospitalares e domiciliares emergem como medidas essenciais para garantir que as crianças e jovens possam continuar sua jornada educacional, mesmo em meio a condições adversas. Valorizar esses ambientes de aprendizado, oferecer apoio contínuo e expandir sua presença são passos cruciais para assegurar que cada indivíduo, independentemente das circunstâncias desafiadoras que enfrenta, tenha a oportunidade de explorar seu potencial e perseguir seus sonhos com determinação. Ao proporcionar educação em contextos hospitalares e domiciliares, estamos não apenas cultivando conhecimento, mas também nutrindo a resiliência e a esperança nas mentes jovens, capacitando-as a transcender as barreiras que se apresentam em seu caminho.

## REFERÊNCIAS

- ALBERTONI, L. C.; GOULART, B. N. G. D.; CHIARI, B. M. Implantação de Classe Hospitalar em um Hospital Público Universitário de São Paulo. **Revista Brasileira Crescimento Desenvolvimento Humano**. vol. 21 no. 2. São Paulo, 2011. Disponível em < [http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_arttext & pid=S0104-12822011000200019.pdf](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-12822011000200019.pdf)>. Acesso em: 02 out. 2022.
- ANDRADE, Marcelo. É a educação um direito humano? Em busca de razões suficientes para se justificar o direito de formar-se como humano. **Educação**, v. 36, n. 1, 2013.
- AROSA, A. C.C. Políticas Educacionais para Atendimentos a Estudantes hospitalizados: algumas questões. **Universidade Federal do Rio de Janeiro** Disponível em <http://www.gestaoescolar.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/pdf/politicaseducacionais.pdf>. Acesso em: 03 de nov. 2022.
- ASSIS, Simone Gonçalves de *et al.* Situação de crianças e adolescentes brasileiros em relação à saúde mental e à violência. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 14, p. 349-361, 2009.
- AZEVEDO, Janete M Lins de. **A educação como política pública**. Campinas: Autores Associados, 2004. 75 p.
- BARROS, Alessandra. Notas Sócio-históricas e Antropológicas sobre a escolarização em Hospitais. In. SCHILKE, Ana Lúcia, NUNES, Lauane Baroncelli, AROSA, Armando C. (org.). **Atendimento Escolar Hospitalar: saberes e fazeres**. Niterói Ed Intertexto, 2011. p. 19-29.
- BIANCHETTI, R. G. Educação de qualidade: um dos dilemas fundamentais para a definição das políticas educativas, **SciELO**, 2002.
- BOBBIO, Norberto. **Teoria geral da política**. A filosofia política e as lições dos clássicos. Rio de Janeiro: Campus, 2000.
- BRANDÃO, Carlos. **O que é educação?** São Paulo: Brasiliense, 1991.
- BRASIL. **Constituição (1988)**. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Centro Gráfico, 1988.
- BRASIL, Lei nº 9394, de 20 de dezembro de 1996. **Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Brasília, 1996. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l9394.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm). Acesso em 10 de nov.2022
- BRASIL .Ministério da Educação.Classe hospitalar e atendimento pedagógico domiciliar: estratégias e orientações. Brasília: **MEC SEESP**, 2002.
- BRASIL, Lei nº 13.716, de 24 de Setembro de 2018. **Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional)**, Disponível

em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2015-2018/2018/lei/l13716.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2018/lei/l13716.htm). Acesso em: 05 nov. 2022.

BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. **Secretaria de Educação Especial**. Política Nacional de Educação Especial. Brasília, MEC/SEESP, 1994.

BRASIL. Ministério da Educação. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva**. Brasília, 2008. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/politicaeducespecial.pdf>. Acesso em: 22 out. 2022.

BUCCI, Maria Paula Dallari. Buscando um conceito de políticas públicas para a concretização de direitos humanos. In: BUCCI, Maria Paula Dallari et al. **Direitos humanos e políticas públicas**. São Paulo: Pólis, 2001. p. 5-16.

CECCIM, R. B. Criança hospitalizada: a atenção integral como uma escuta à saúde. **Criança Hospitalizada: Atenção integral como escuta à vida**. Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRGS, 1997. p. 27-41.

CURY, C.R.J. Direito à educação: direito à igualdade, direito à diferença. **Cadernos de pesquisa**, n. 116, p. 245-262, jun. 2002.

DUARTE, Clarice Seixas. A educação como um direito fundamental de natureza social. **Educação & Sociedade**, v. 28, p. 691-713, 2007.

ENCONTRO NACIONAL DE ATENDIMENTO ESCOLAR HOSPITALAR E DOMICILIAR, 1., 2000, Rio de Janeiro. **Anais** [...]. Rio de Janeiro: UERJ, 2000. Disponível em <http://www.escolahospitalar.uerj.br/anais.htm>. Acesso em: out 2022

ENCONTRO NACIONAL DE ATENDIMENTO ESCOLAR HOSPITALAR E DOMICILIAR, 3., 2004, Salvador. **Anais** [...]. Salvador: UFBA, 2004. Disponível em: <http://docplayer.com.br/13880509-livro-encontro-nacional-e-i-encontro-baiano-sobre-atendimento-escolar-no-a-mbiente-hospitalar-sumario.html>. Acesso em: 17 out. 22

ENCONTRO NACIONAL DE ATENDIMENTO ESCOLAR HOSPITALAR E DOMICILIAR, 6., 2009, Niterói. **Anais** [...]. Niterói: UFF, 2009. Disponível em: <http://quandoaescolaenohospital.blogspot.com/2009/09/anais-do-vi-encontronacional-de.html>. Acesso em: 08 nov. 2022.

ENCONTRO NACIONAL DE ATENDIMENTO ESCOLAR HOSPITALAR E DOMICILIAR, 9.; CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO, 12., 2015, Curitiba. **Anais** [...]. Curitiba: PUCPR, 2015. Disponível em: <https://doity.com.br/anais/xii-congresso-nacional-de-pesquisa-em-educacao>. Acesso em: 08 nov. 2022.

ENCONTRO NACIONAL DE ATENDIMENTO ESCOLAR HOSPITALAR E DOMICILIAR, 11., 2021, Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: UERJ, 2021. Disponível em <https://www.nucleoneei.org>. Acesso em: 08 nov. 2022.

FERNANDES, E.M.; ORRICO, H; ISSA, R.M, **Pedagogia Hospitalar Princípios, Políticas e Práticas de uma Educação para todos**, Curitiba, PR: CRV, 2014.

FERNANDES, E.M. Diálogos sobre a Pedagogia Hospitalar, **Ensino em Revista** v.28, p.1, Uberlândia - MG, 2021.

FERNANDES, Ediclea Mascarenhas; CERQUEIRA, Sandra Santos; JUSTINO, Lara Thailany Rademacker da Silva; DIAS, Rafaelly de Carvalho. **Licenciatura em Pedagogia: Diretrizes Curriculares e o campo de atendimento educacional hospitalar e domiciliar.** - *Anais do XI CONINTER - Congresso Internacional Interdisciplinar em Sociais e Humanidades, 14 a 18 de nov/2022. Publicado em 23/06/2023 - ISBN: 978-85-5722-695-1*

FERNANDES, Edicléa Mascarenhas; MEDEIROS, Jucélia Linhares Granemann de, VARGAS, Liliana Angel; BARBOSA, Sandra Regina (Orgs). - **11º Encontro Nacional de Atendimento Escolar Hospitalar e Domiciliar e 1º Simpósio Internacional de Atendimento Escolar Hospitalar e Domiciliar – GIEI, 1ª Ed.** Rio de Janeiro: Hypatia, 2022

FERNANDES, E.M.; MEDEIROS, J.L.G.; ORRICO, H.F. **El estado del arte de las Políticas de Atención Educativa em hospitales y entornos domésticos em Brasil.** Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação, Araraquara, v.17, n.esp.2, p.1049-1070, jun.2022, e ISSN: 1982-5587.DOI: <https://doi.org/10.21723/riaee.v.17.iesp.2.16054>

FIREMAN, Maria Deise. **O trabalho do pedagogo em instituição não escolar.** Alagoas, 2006 (Dissertação de Mestrado). Universidade Federal de Alagoas. Disponível em: [http://www.ufal.edu.br/unidade\\_academica/cedu/pos-graduacao/mestrado-e-doutorado-em-educacao/dissertacoes/2003-mestrado/maria-derisi-fireman](http://www.ufal.edu.br/unidade_academica/cedu/pos-graduacao/mestrado-e-doutorado-em-educacao/dissertacoes/2003-mestrado/maria-derisi-fireman), acesso em maio/2022.

FONSECA, Eneida Simões da. **Atendimento escolar no ambiente hospitalar.** São Paulo: Memnon, 2003.

FONSECA, Eneida Simões da. **Atendimento escolar no ambiente hospitalar.** 2. ed. São Paulo: Memnon, 2008.

FONSECA, E.S. **Encontros Nacionais e Informativos Semestrais sobre Atendimento escolar hospitalar: Contribuições aos professores? Educere XII Congresso Nacional de educação,** 2015

FONSECA, E.S. A escolaridade na doença, **Rev. Educação | Santa Maria |** v. 45 |2020 Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/reeducacao>

FONTES, Rejane de Souza. **O desafio da Educação no Hospital.** Presença Pedagógica, Belo Horizonte, v.11, n. 64, jul/ago. 2005a. p. 21-29.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

FREITAS, P.V.; ISSA, R.M.; OLIVEIRA, V.S.; FERNANDES, E.M. Classe hospitalar: o fazer pedagógico no hospital infantil. **EDUCERE XII CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO,** 2015

FURLEY, Ana Karyne Loureiro; RODRIGUES, José Raimundo (org.). **Atendimento pedagógico domiciliar e classe hospitalar**: aspectos teóricos, legais e práticos. Itapiranga – SC. Ed.Schreiben, 2022.páginas 27-43.

GIL, Antônio Carlos. Como classificar as pesquisas. **Como elaborar projetos de pesquisa**, v. 4, n. 1, p. 44-45, 2002.

GADOTTI, M. *et al.* Declaração mundial sobre educação para todos e plano de ação para satisfazer as necessidades básicas de aprendizagem. 1990.

GONZALEZ, C.*et al.* (2014). **Emocionar: una experiencia en el aula hospitalaria del HUC**. Anais III Jornadas de buenas prácticas en atención a la diversidad:

HUMANOS, Declaração Universal Dos Direitos. Adotada e proclamada pela resolução 217 A (III) da Assembléia Geral das Nações Unidas em 10 de dezembro de 1948. **Disponível na Biblioteca Virtual de Direitos Humanos da Universidade de São Paulo: [www.direitoshumanos.usp.br](http://www.direitoshumanos.usp.br), 2013.acesso em 23 mai.2022**

ISSA, R.M.; FERNANDES, E.M.; ROSA, S.D.I., OLIVEIRA, V.S.; CRUZ, M.I.A. **A classe hospitalar na concepção de seus usuários**.VI CONGRESSO BRASILEIRO MULTIDISCIPLINAR DE EDUCAÇÃO ESPECIAL, ISSN 2175-960X- Pg.1849-1860. 2011

ISSA, R.M.; FERNANDES, E.M.; ROSA, S.D.I.; OLIVEIRA, V.S.; CRUZ, M.I.A. **ESTRATÉGIAS DE ADEQUAÇÕES CURRICULARES UTILIZADAS EM AMBIENTE DE CLASSE HOSPITALAR**, V CBEE - Congresso Brasileiro de Educação Especial - 2012

LEMOS, I. B, CABRAL, C. L. Oliveira de, O PEDAGOGO E OS CAMPOS DE ATUAÇÃO NÃO ESCOLAR: DESAFIOS/DIFICULDADES PARA INSERÇÃO DESSE PROFISSIONAL, **Revista Fundamentos**, V.2, n.2, 2015. **Revista do Departamento de Fundamentos da Educação da Universidade Federal do Piauí**. ISSN 2317-2754

MACHADO, Lourdes Marcelino e OLIVEIRA, Romualdo Portela de. Direito à educação e legislação de ensino. In: WITTMANN, Lauro Carlos e GRACINDO, Regina Vinhaes (org.) **O estado da arte em política e gestão de educação no Brasil – 1991-1997**. Brasília: ANPAE e MEDEIROS Campinas: Autores Associados, 2001.

MAINARDES, J.; STREMEL, S.; SOARES, S.T. Aspectos teórico-epistemológicos da pesquisa em Política Educacional no Brasil: mapeamento e reflexões. **Movimento** , **Niterói** v.5, n.8 p.43-74, jan.jun. 2018.

MAINARDES, J. Metapesquisa no campo da política educacional: elementos conceituais e metodológicos. **Educação em Revista**, Curitiba, v.34, n.72, nov./dez., 2018b. Disponível em: <https://www.scielo.br>. Acesso em: 10 jan. 2022.

MAINARDES, J. A Metapesquisa no campo da política educacional: aspectos teórico-conceituais e metodológicos. *In*: MAINARDES, J.(org). **Metapesquisa no campo da política educacional**. Curitiba: CRV, 2021. p. 19-43.

MATOS, E. L. M.; MUGGIATI, M. **Pedagogia hospitalar: a humanização integrando educação e saúde**. 4. ed. Petrópolis: Vozes, 2009.

MATOS, Elizete Lúcia, MUGIATTI, Margarida Maria Teixeira de Freitas. **Pedagogia Hospitalar: a humanização integrando educação e saúde**. 4. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.

MEDEIROS, Jucélia Linhares Granemann. Atendimento educacional em ambiente hospitalar: estruturação, funcionamento e políticas implementadas. **Educação**, v. 45, p. 1-20, 2020.

MEDEIROS, J.L.G.; FERNANDES, E.M.; ORRICO, H.F.; BARBOSA, S.R.; CERQUEIRA, S.S. CLASE HOSPITALARIA: ESTRUCTURACIÓN Y FUNCIONAMIENTO EN BRASIL. **REVISTA EDUC@RNOS NÚM. 46**, "PEDAGOGÍA HOSPITALARIA", JULIO-SEPTIEMBRE DE 2022

MENEZES, Cinthya Vernizi A. de. **A necessidade da formação do pedagogo para atuar em ambiente escolar: um estudo de caso em enfermarias pediátricas do hospital de clínicas da UFPR**. Dissertação de Mestrado. 2004.

MUTTI, Maria do Carmo da Silva; **Pedagogia Hospitalar e Formação Docente: A Arte de Ensinar, Amar e Se Encantar**. Jundiaí; Paco Editorial, 2016.

OLIVEIRA, Tyara Carvalho de **O. Um breve histórico sobre as Classes Hospitalares no Brasil e no mundo**. XI Congresso Nacional de Educação, II Seminário Internacional de Representações Sociais, Subjetividade e Educação e IV Seminário Internacional sobre Profissionalização Docente, PUCPR, Curitiba, 2013.

OLIVEIRA, V. S. FERNANDES, E. M. **Políticas de Formação de professores para atuar em classes hospitalares. Mesa-Redonda - Homenagem, Premiações, divulgação do próximo Congresso do 11º Encontro Nacional de Atendimento Escolar Hospitalar e Domiciliar**

ORTIZ, Leodi Conceição Meireles; FREITAS, Soraia Napoleão. Classe Hospitalar: um olhar sobre sua práxis educacional. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**, Brasília, v. 82, n.2000/2002, p.70-77, jan/dez.2001.

PEREIRA, R.T, Processo de efetivação das Políticas Públicas para a Educação Hospitalar na região norte do país, **Revista Humanidades e Inovação** v.5, n.6 - 2018

QUADROS, Neli Helena Bender de. **Políticas públicas voltadas para a qualidade da educação no ensino fundamental: inquietudes e provocações a partir do plano de desenvolvimento da educação**. [Dissertação de Mestrado em Educação]. Passo Fundo-RS: Faculdade de Educação da Universidade de Passo Fundo, 2008.

RAMOS, Maria Alice de Moura. **A História da Classe Hospitalar Jesus** / Maria Alice de Moura. – 2007. 105 f. ; 30 cm. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2007.



Bibliografia: f. 95-98. 1. Classe Hospitalar. 2. Representações. 3. Processo Civilizador. I. Título.

ROSENBAUM, A. LANGHINRICHSEN-ROHLING, J. Meta-research on violence and victims: the impact of data collection methods on findings and participants.

**Violence and Victims**, v. 21, n. 4, p. 404-409, 2006. DOI:

<http://dx.doi.org/10.1891/vivi.21.4.404>.

SAVIANI, Dermeval. **A lei da educação: LDB: trajetória, limites e perspectivas**. Autores associados, 2019.

SILVA, Edna Lúcia da; MENEZES, Estera Muszkat. **Metodologia da pesquisa e elaboração de Dissertação**. 3. Ed. Florianópolis: Laboratório de Ensino à Distância da UFSC, 2001.

SANTOS, C. B.; SOUZA, M.R. Ambiente hospitalar e escolar. In: MATTOS,

E. L. M. (Org.) **Escolarização Hospitalar: A educação e saúde de mãos dadas para humanizar**. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2009

TAVARES, André Ramos. **Direito fundamental à educação. Direitos sociais: fundamentos, judicialização e direitos sociais em espécie**. Rio de Janeiro: Lumen Juris, p. 771-788, 2008.

TEIXEIRA, R. A. G. TEIXEIRA, U. S. C., SOUZA, M. J. de, & RAMOS P. P. P. (2017). Políticas de inclusão escolar: um estudo sobre a classe hospitalar no Brasil. **Revista Brasileira De Política E Administração Da Educação**, 33(2), 421–447.

TEODORO, Grazielle Cristina; GODINHO, Maíra Cássia Santos; HACHIMINE, Aparecida Helena Ferreira. A inclusão de alunos com Transtorno do Espectro Autista no Ensino Fundamental. *Education. Research, Society and Development*, v. 1, n. 2, p. 127-143, 2016.

VASCONCELOS, Sandra. **Acompanhamento escolar em hospital e o discurso do adolescente. III encontro nacional e I encontro baiano sobre atendimento escolar no ambiente hospitalar, 2005**. Disponível em: [http://\[III-econtro-nacional-e-i-encontro-baiano-sobre-atendimento-escolar-no-a-ambiente-hospitalar-sumario.html\]](http://[III-econtro-nacional-e-i-encontro-baiano-sobre-atendimento-escolar-no-a-ambiente-hospitalar-sumario.html) Acesso em: 18 set. 2022.

VYGOTSKI, L. S. **Fundamentos de Defectologia-Obras Escogidas**, VV Madrid: Visor. Relações de ensino, práticas escolares, práticas discursivas. 1997.